

GASTO PÚBLICO EM SANEAMENTO BÁSICO

GOVERNO FEDERAL E FUNDOS FINANCIADORES

RELATÓRIO DE APLICAÇÕES DE 2009



MINISTÉRIO DAS CIDADES

Ministro de Estado

Marcio Fortes de Almeida

Secretário Executivo

Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental

Leodegar da Cunha Tiscoski

Diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica

Manoel Renato Machado Filho

Diretor de Água e Esgotos

Márcio Galvão Fonseca

Diretora de Articulação Institucional

Viviana Simon

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral e Revisão de Conteúdo

Manoel Renato Machado Filho

Equipe Técnica

Lauseani Santoni

Gislene Flávio Lopes

Marcus Vinícius Neto

Marcelo Eustáquio de Carvalho

Luis Fernando Lima Oliveira

Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA

Setor de Autarquias Sul - Quadra 01, lote 01/06, bloco "H", Ed. Telemundi II

Brasília/DF - CEP - 70070010

Telefone: (61) 2108-1779

contato: lauseani.santoni@cidades.gov.br

<http://www.cidades.gov.br>

Elaborado em outubro de 2010

GASTO PÚBLICO EM SANEAMENTO BÁSICO

GOVERNO FEDERAL E FUNDOS FINANCIADORES

Relatório de Aplicações de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2009

INTRODUÇÃO	8
1. PLANEJAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO	10
1.1. Planejamento dos Investimentos Federais com Recursos Orçamentários.....	10
1.1.1. Incremento de Recursos Não Onerosos em 2009	13
1.2. Planejamento dos Investimentos com Recursos Onerosos	15
1.3. Recursos Totais Programados para Investimentos em Saneamento Básico em 2009	16
2. GASTOS EM SANEAMENTO BÁSICO EM 2009	18
2.1 Compromissos de Gastos e Desembolsos por Região e Fonte de Recursos	19
2.1.1 Compromissos de Gastos e Desembolsos com Recursos do OGU	20
2.1.1.1 Compromissos de Gastos e Desembolsos com Recursos do OGU por Órgão.....	21
2.1.1.2 Compromissos de Gasto e Desembolsos com Recursos do OGU por Programa de Governo	22
2.1.2 Compromissos de Gastos e Desembolsos com Recursos Onerosos	23
2.1.3 Compromissos de Gastos e Desembolsos Per Capita (Recursos Onerosos e Não Onerosos)	24
2.1.4 Gastos Comprometidos e Desembolsados por Modalidade	26
2.1.5 Evolução dos Gastos Comprometidos e Desembolsados	28
2.1.5.1 Evolução dos Gastos Comprometidos e Desembolsados por Fonte de Recursos	29
2.1.5.2 Evolução dos Gastos Comprometidos e Desembolsados por Região	31
2.1.5.3 Evolução dos Gastos Comprometidos e Desembolsados por Modalidade.....	32
3 EXECUÇÃO FÍSICA DOS EMPREENDIMENTOS	33
3.1 Situação Geral dos Investimentos.....	34
3.1.1 Situação geral dos investimentos apoiados com recursos do OGU (Não Onerosos)	35
3.1.2 Situação geral dos investimentos financiados com recursos do FGTS/FAT (Onerosos).....	37
3.2 Carteira de Investimentos (1988 a 2009).....	38
3.2.1 Carteira de Investimentos por Região e por Fonte de Recursos	40
3.2.2 Carteira de Investimentos por Modalidade.....	41
3.2.3 Carteira de Investimentos por Situação do Empreendimento	42
3.2.4 Empreendimentos da Carteira de Investimentos em Andamento	43
a. Execução Física dos Empreendimentos em Andamento	44
b. Empreendimentos em Andamento com Início em 2009.....	46
3.2.5 Empreendimentos do PAC na Carteira de Investimentos	47
3.2.6 Situação da Execução dos Empreendimentos contratados com recursos do PAC.....	47
3.2.7 Empreendimentos Concluídos	48
3.2.6.1 Concluídos no exercício de 2009	51
a. Concluídos no exercício por Região e Fonte de Recursos	51
b. Concluídos no exercício por Modalidade.....	52
c. Contrapartidas.....	53
4 INDICADORES DE ACESSO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	54
4.1 Acesso aos serviços de saneamento – PNAD 2008	54
4.2 Evolução do acesso aos serviços de saneamento básico	56
4.2.1 Evolução do acesso aos serviços de saneamento básico por Região	56
4.2.2 Evolução do acesso aos serviços de saneamento básico por faixa de renda	61
5 CONCLUSÃO	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos recursos federais não onerosos na LOA 2009 para o Saneamento Básico	10
Tabela 2 - Evolução do grau de liberdade orçamentária dos recursos federais programados para o saneamento básico (em valores históricos)	11
Tabela 3 - Recursos federais livres e emendados na LOA 2009 para o saneamento básico, por órgão executor	12
Tabela 4 - Recursos federais livres e emendados na LOA 2009, por programa de governo	13
Tabela 5 - Distribuição dos recursos federais da LOA para o saneamento em 2009 (LOA + créditos adicionais, cancelamentos e remanejamentos), por órgão executor	14
Tabela 6 - Distribuição dos recursos federais da LOA para o saneamento básico em 2009 (LOA + dotações adicionais), por programa de governo	14
Tabela 7 - Distribuição dos recursos federais da LOA para o saneamento básico em 2009 (LOA + dotações adicionais), por modalidade de intervenção	15
Tabela 8 - Distribuição dos recursos do FGTS (setor público) para o saneamento básico em 2009, por Região	16
Tabela 9 - Recursos programados para investimentos em Saneamento Básico (em valores históricos)	16
Tabela 10 - Recursos não onerosos comprometidos para o saneamento básico, por Região e por Órgão	21
Tabela 11 - Recursos não onerosos desembolsados para o saneamento básico, por Região e por Órgão	22
Tabela 12 - Recursos não onerosos comprometidos e desembolsados, por programa de governo	23
Tabela 13 - Valores per capita comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2009	25
Tabela 14 - Recursos onerosos e não-onerosos comprometidos e desembolsados por modalidade e fonte de recursos em 2009	27
Tabela 15 - Gastos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico (em valores históricos de 2003 a 2009)	28
Tabela 16 - Situação geral dos investimentos em saneamento sob gestão do MCidades, em dezembro de 2009, por ano de contratação	35
Tabela 17 - Situação geral dos contratos sob gestão do MCidades, em dezembro de 2009, por ano de contratação	35
Tabela 18 - Situação geral dos investimentos apoiados com recursos do OGU, sob gestão do MCidades, por ano de contratação	36
Tabela 19 - Situação dos empreendimentos apoiados com recursos do OGU (MCidades) por ano de contratação	37
Tabela 20 - Situação dos empreendimentos financiados com recursos (FGTS/FAT), sob gestão do MCidades, por ano de contratação	38
Tabela 21 - Situação dos contratos assinados com recursos de financiamentos (FGTS/FAT), sob gestão do MCidades, por ano de contratação	38
Tabela 22 - Carteira de investimentos vigente, por ano de assinatura do contrato	39
Tabela 23 - Carteira de investimentos total (MCidades) e valores médios por operação e por Região	40
Tabela 24 - Carteira de investimentos total (MCidades) por modalidade e fonte de recursos	42
Tabela 25 - Situação dos empreendimentos da carteira de investimentos por Região	42
Tabela 26 - Situação dos empreendimentos da carteira de investimentos por fonte de recursos	43
Tabela 27 - Carteira de investimentos da União e empreendimentos em andamento, segundo ano de contratação	44
Tabela 28 - Distribuição dos investimentos da União por faixa de percentual de execução dos empreendimentos	44

Tabela 29 - Distribuição percentual dos investimentos da União por ano de início e faixa de percentual de execução	45
Tabela 30 - Empreendimentos em andamento com início em 2009, segundo o ano de contratação	46
Tabela 31 - Distribuição dos empreendimentos iniciados em 2009 por Região	46
Tabela 32 - Investimentos do PAC na carteira de Investimentos ao final do exercício de 2009.....	47
Tabela 33 - Empreendimentos concluídos de 1988 a 2009.....	49
Tabela 34 - Durações média, mínima e máxima de execução dos empreendimentos (de 1988 a 2009).....	49
Tabela 35 - Distribuição regional dos empreendimentos concluídos.....	50
Tabela 36 - Distribuição dos empreendimentos concluídos por modalidade.....	50
Tabela 37 - Empreendimentos concluídos no exercício, por ano de contratação.....	51
Tabela 38 - Percentuais dos recursos investidos em empreendimentos concluídos por ano de assinatura e ano de conclusão	51
Tabela 39 - Percentual de contrapartida por ano de assinatura do contrato, fonte e Região	53
Tabela 40 - Domicílios urbanos com acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2008.....	55
Tabela 41 - Domicílios urbanos totais e com acesso aos serviços de abastecimento de água por faixa de rendimento mensal domiciliar – Brasil, 2001 a 2008.....	62
Tabela 40 - Domicílios urbanos totais e com acesso aos serviços de esgotamento sanitário por rede geral, segundo a faixa de rendimento mensal domiciliar – Brasil, 2001 a 2008	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do grau de liberdade orçamentária dos recursos federais destinados ao saneamento básico* (LOAs 2004 a 2009)	12
Gráfico 2 - Evolução dos recursos programados para investimentos em saneamento básico (Em R\$ bilhões)	17
Gráfico 3 - Gastos totais comprometidos em iniciativas de saneamento básico por Região em 2009 (Em %)	19
Gráfico 4 - Gastos totais desembolsados em iniciativas de saneamento básico por região em 2009 (Em %)	20
Gráfico 5 - Gastos não onerosos comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2009 ..	21
Gráfico 6 - Recursos onerosos (FAT/FGTS) comprometidos e desembolsados, para o saneamento básico em 2009	24
Gráfico 7 - Valores per capita comprometidos para o saneamento básico de 2003 a 2009	25
Gráfico 8 - Valores per capita desembolsados para o saneamento básico de 2003 a 2009.....	26
Gráfico 9 - Valores comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2009 por modalidade - (% em relação ao total)	28
Gráfico 10 - Evolução dos gastos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico*	29
(Em R\$ bilhões)	29
Gráfico 11 - Evolução dos gastos comprometidos em iniciativas de saneamento básico - 2003 a 2009* (Em R\$ bilhões)	30
Gráfico 12 - Evolução dos gastos desembolsados em iniciativas de saneamento básico - 2003 a 2009* (Em R\$ bilhões)	30
Gráfico 13 - Valores Totais comprometidos e desembolsados com recursos do OGU em iniciativas de saneamento básico, por Região – 2003 a 2009 (Em R\$ bilhões)	31
Gráfico 14 - Valores Totais comprometidos e desembolsados com recursos de financiamentos em iniciativas de saneamento básico, por região – 2003 a 2009 (Em R\$ bilhões)	32
Gráfico 15 - Valores totais comprometidos e desembolsados com em iniciativas de saneamento básico, por modalidade – 2003 a 2009 (Em R\$ bilhões)	32
Gráfico 16 - Situação geral dos investimentos em saneamento sob gestão do Ministério das Cidades, em dezembro de 2009, por ano de contratação	34
Gráfico 17 - Situação geral dos investimentos apoiados com recursos do OGU, sob gestão do MCidades, por ano de contratação.....	36
Gráfico 18 - Situação geral dos investimentos financiados com recursos do FGTS/FAT, por ano de contratação	37
Gráfico 19 - Distribuição da carteira de investimentos total (MCidades), por Região.....	41
Gráfico 20 - Valores dos investimentos da União (MCidades) em empreendimentos em andamento ao término de 2009, por Região e por Fonte de Recursos (Em R\$ Bilhões)	45
Gráfico 21 - Parcela do PAC na carteira de investimentos (%), por fonte de recursos.....	47
Gráfico 23 - Situação geral dos Investimentos do PAC em Saneamento Básico contratados até 2009.....	48
Gráfico 24 - Valores dos empreendimentos concluídos em 2009 por Região e fonte de recursos	52
Gráfico 25 - Valores dos empreendimentos concluídos por modalidade	53
Gráfico 26 - Evolução da cobertura percentual dos serviços de abastecimento de água por rede geral em áreas urbanas por Região – Brasil, 2001 a 2008	57

Gráfico 27 - Domicílios urbanos sem acesso aos serviços da rede de abastecimento de água por Região – Brasil, 2001 a 2008 (mil unidades)	58
Gráfico 28 - Evolução do percentual de domicílios urbanos com acesso aos serviços de rede de esgotos ou fossa séptica por Região – Brasil, 2001 a 2008	59
Gráfico 29 - Domicílios urbanos sem acesso à rede de esgotamento sanitário ou fossa séptica, por Região – Brasil, 2001 a 2008 (mil domicílios)	60
Gráfico 30 - Percentual dos domicílios particulares permanentes urbanos com acesso simultâneo aos serviços de saneamento, segundo as Regiões – Brasil, 2008.....	61

GASTO PÚBLICO EM SANEAMENTO BÁSICO

GOVERNO FEDERAL E FUNDOS FINANCIADORES

Relatório de Aplicações de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2009

INTRODUÇÃO

A atuação do Governo Federal no setor de saneamento básico¹ é caracterizada por uma multiplicidade de agentes intervenientes e uma complexa estrutura institucional que demanda, além de um significativo aporte de recursos financeiros, iniciativas que promovam o planejamento setorial, a coordenação entre os órgãos, a articulação das ações e a identificação das competências institucionais, a fim de evitar a superposição das atividades.

Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, orientada pela necessidade de ampliar a transparência na gestão dos recursos públicos e de fornecer informações sobre a alocação dos investimentos no setor, detalha e caracteriza, neste documento, os investimentos em saneamento básico realizados no ano de 2009.

A primeira parte destaca o planejamento dos investimentos no setor, com ênfase na alocação dos recursos disponíveis na Lei Orçamentária Anual de 2009 (LOA) para os órgãos e programas com ações em saneamento básico e no orçamento operacional para financiamento de ações de saneamento básico com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Na segunda parte, são identificados e caracterizados os gastos realizados pelo Governo Federal e pelos fundos financiadores (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Fundo de Amparo ao Trabalhador), em iniciativas de saneamento básico, de 01 janeiro a 31 de dezembro de 2009.

Na terceira seção, têm destaque as informações relativas às obras em andamento em 2009, bem como as obras concluídas no período apoiadas e/ou financiadas por recursos públicos. Embora a execução das obras do setor sejam, por sua natureza, plurianuais, a tentativa de reunir a carteira de investimentos que compõe o montante de contratos vigentes em sucessivos períodos é um esforço importante para dimensionar e analisar a evolução da aplicação dos recursos públicos em saneamento.

¹ São contabilizados como gastos em saneamento básico aqueles realizados para a promoção do abastecimento público de água, o esgotamento sanitário, a drenagem urbana, a coleta e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, incluindo o saneamento integrado em assentamentos precários e as despesas com a elaboração de estudos e projetos de engenharia, capacitação de recursos humanos e desenvolvimento institucional e operacional dos prestadores de serviços.

Com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, em 2007, diversas intervenções federais no setor de saneamento básico estão incluídas entre as ações do Programa. O presente documento inclui tanto informações dos investimentos que fazem parte PAC, quanto dados dos investimentos não incluídos no Programa. Da mesma forma, no que se refere às informações acerca da execução física das obras, optou-se por individualizar as obras em andamento com recursos do PAC, das que não estão inseridas no Programa.

Além disso, inclui-se, ao final do Relatório, alguns indicadores de acesso aos serviços de saneamento básico disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), divulgada em 2009, relativa ao ano de 2008, que mostram a evolução positiva da cobertura dos serviços no Brasil.

Os dados utilizados na realização deste relatório foram obtidos no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal; nas Leis Orçamentárias Anuais, (LOA's); nas Medidas Provisórias (MP's) que dispõem sobre os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); em pesquisas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); nas informações obtidas junto aos gestores dos fundos financiadores e em sítios eletrônicos oficiais. No Anexo 1, estão listadas as ações orçamentárias utilizadas na apropriação dos valores dos gastos federais em saneamento. Para atualização monetária, os dados financeiros dos anos de 2003 a 2008 foram indexados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) médio anual da Fundação Getúlio Vargas - FGV². É importante mencionar que, para contabilização dos investimentos, não foram apropriados os valores gastos a título de contrapartida por Estados, Municípios e Prestadores de Serviço.

² Os índices que compõem o IGP-DI refletem a evolução de preços das atividades produtivas bem como o movimento de operações de comercialização no atacado e na construção civil.

1. PLANEJAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO

Os investimentos no setor de saneamento básico são constituídos por recursos não onerosos e onerosos. Os recursos de fontes não onerosas são oriundos da Lei Orçamentária Anual - também conhecido como Orçamento Geral da União (OGU), e não prevêem retorno financeiro direto dos investimentos, pois os agentes beneficiados não precisam ressarcir os cofres da União. Já os recursos onerosos são provenientes de operações de crédito e têm como fontes o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Trata-se de empréstimos de longo prazo concedidos a taxas de juros reduzidas para investimentos em ações de saneamento básico.

1.1. Planejamento dos Investimentos Federais com Recursos Orçamentários

No processo orçamentário brasileiro, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), encaminhado pelo Poder Executivo para apreciação pelo Poder Legislativo, é o instrumento legal que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro. O PLOA, depois de apreciado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente da República, torna-se a Lei Orçamentária Anual (LOA) e passa a disciplinar os dispêndios do Governo Federal.

Na Lei Orçamentária Anual de 2009 foram destinados R\$ 6,99 bilhões para as iniciativas de saneamento básico com recursos não onerosos, valor superior aos R\$ 5,9 bilhões, programado para o ano de 2008. A Tabela 1 detalha a divisão dos recursos na LOA entre os órgãos do governo federal, executores de saneamento básico. O Ministério das Cidades foi o órgão contemplado com a maior parcela da programação de recursos, cerca de 67,7% do total programado, valor superior em R\$1,5 bilhão em relação ao programado em 2008.

Tabela 1 - Distribuição dos recursos federais não onerosos na LOA 2009 para o Saneamento Básico

ÓRGÃO	RECURSOS NÃO ONEROSOS	
	R\$ 1,00	%
MCIDADES - Ministério das Cidades	4.737.667.404	67,70
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde (Ministério da Saúde)	1.122.457.510	16,04
MI - Ministério da Integração	1.069.827.573	15,29
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	55.277.879	0,79
MMA - Ministério do Meio Ambiente*	13.189.970	0,19
TOTAL	6.998.420.336	100

*Inclui ações da Agência Nacional de Águas (ANA) e Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)

Na LOA, os recursos para os investimentos podem ser livres ou provenientes de emendas parlamentares³. Os recursos livres são utilizados para implementar as políticas públicas e estão sob a governabilidade dos órgãos setoriais. A alocação desses recursos tem caráter discricionário, ou seja, fica a critério do Executivo a definição das intervenções e dos beneficiários. No orçamento aprovado para 2009, foram destinados R\$ 3,48 bilhões em recursos para investimentos de livre alocação (49,67%). Desse total, R\$ 3,29 bilhões (94,61%) compreendem recursos programados para investimentos do Programa de Aceleração do

³ As emendas parlamentares são a forma regimental de alteração do PLOA sugeridas por parlamentares e órgãos do Poder Legislativo, acrescentando, suprimindo ou modificando itens na programação financeira proposta pelo Poder Executivo. As emendas podem ser individuais (no máximo 20 emendas por parlamentar) ou coletivas. As emendas coletivas se subdividem em: emendas de bancadas e emendas de comissões permanentes do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

Crescimento - PAC. A divisão desses recursos entre os Ministérios com ações no PAC foi a seguinte: R\$ 1,9 bilhão para o MCidades; R\$ 0,64 bilhão para o MI; e, R\$ 0,65 bilhão para a FUNASA/MS.

Já as emendas parlamentares têm vinculação específica e destinatário determinado pelos autores das emendas. Na LOA de 2009, do montante total de recursos aprovados para investimentos em saneamento básico, 50,32% foram destinados às emendas parlamentares (R\$ 3,52 bilhões). O elevado grau de comprometimento dos recursos do Orçamento por emendas parlamentares enrijece a execução orçamentária e deixa pouca flexibilidade para que o Executivo adote critérios mais eficientes na alocação dos recursos disponíveis.

Alguns estudos sobre o processo orçamentário brasileiro constataam que as emendas parlamentares representam uma pequena percentagem do orçamento global, ou seja, isso significa que os parlamentares, individualmente, têm pouca capacidade de influir no processo decisório de alocação dos recursos públicos⁴. No entanto, essa tendência não é observada no orçamento para o saneamento básico, ao menos desde o ano de 2004⁵, conforme se observa na Tabela 2. A Tabela detalha, em valores históricos (de 2004 a 2009), os investimentos programados nas Leis Orçamentárias Anuais, os valores destinados às emendas parlamentares e o percentual de emendas em relação ao total programado. A partir desses dados, paralelamente ao substantivo crescimento dos recursos disponíveis, observa-se que a situação de baixa liberdade orçamentária se inverte no orçamento aprovado para o ano de 2008 e 2009, especialmente em virtude do PAC.

Tabela 2 - Evolução do grau de liberdade orçamentária dos recursos federais programados para o saneamento básico (em valores históricos)

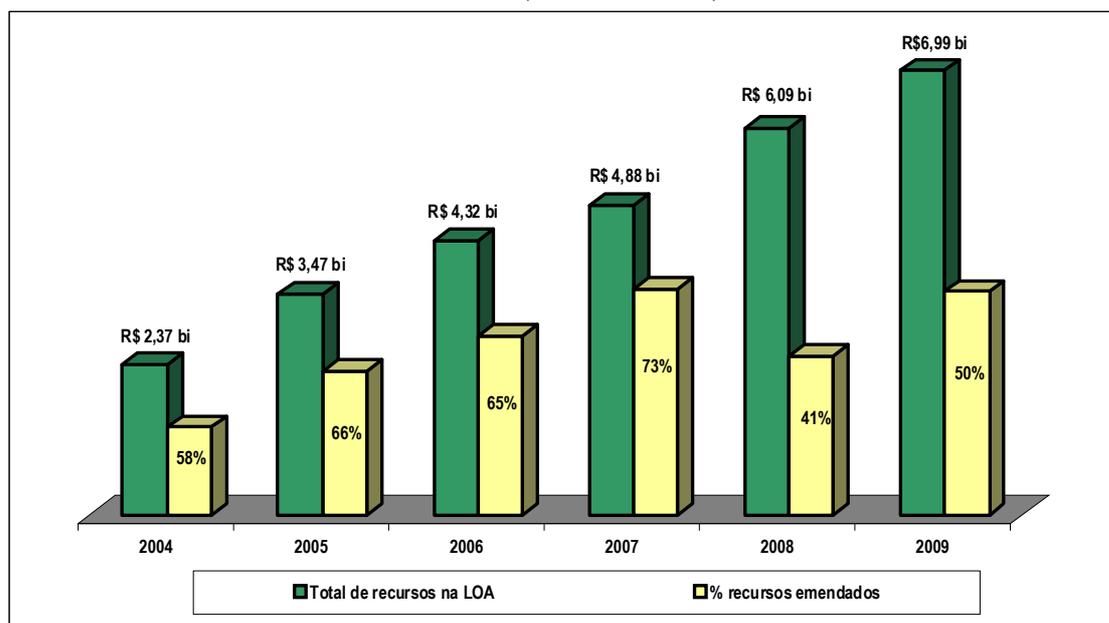
RECURSOS FEDERAIS PROGRAMADOS NAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS PARA AÇÕES DE SANEAMENTO (R\$ 1,00)						
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Recursos totais programados na LOA	1.847.982.501	2.869.427.410	3.635.481.847	4.307.636.667	5.990.192.960	6.998.420.336
Recursos de emendas	1.079.086.446	1.880.922.582	2.362.217.124	3.134.666.227	2.456.413.685	3.522.138.909
% Emendas/ Total programado	58,4%	65,6%	65,0%	72,8%	41,0%	50,3%

No Gráfico 1, pode-se observar a evolução da programação dos recursos orçamentários e o percentual de recursos emendados nas LOAs para os investimentos federais em saneamento básico de 2004 a 2009, com correção monetária pelo IGP-DI médio de 2009 da FGV. Destaca-se, além do expressivo incremento de recursos orçamentários, a relevância da participação do Poder Legislativo na alocação dos recursos para investimentos em saneamento básico.

4 PEREIRA, C. e MUELLER, B., 2002. Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre o Executivo e o Legislativo na Elaboração do Orçamento Público. Revista Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro e FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. (1999) As Relações Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro, Editora FGV.

5 MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006. Investimentos Federais em Saneamento – Relatório de Aplicações entre 01 de janeiro de 2003 a 15 de junho de 2006.

Gráfico 1 - Evolução do grau de liberdade orçamentária dos recursos federais destinados ao saneamento básico* (LOAs 2004 a 2009)



* As séries foram indexadas pelo índice IGP-DI da FGV para o ano de 2009.

Na Tabela 3 estão detalhadas os valores dos recursos federais livres e emendados na LOA 2009, por Órgão Executor. Observa-se que o MCidades concentra o maior percentual de emendas parlamentares (77,45% do total destinado às emendas).

Tabela 3 - Recursos federais livres e emendados na LOA 2009 para o saneamento básico, por órgão executor

ÓRGÃO	RECURSOS NÃO ONEROSOS			
	Recursos de Emendas		Recursos Livres	
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%
MCIDADES - Ministério das Cidades	2.727.924.921	77,45	2.009.742.483	57,81
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	750.000	0,02	54.527.879	1,57
MI - Ministério da Integração Nacional	401.132.988	11,39	668.694.585	19,24
MMA – Ministério do Meio Ambiente	1.000.000	0,03	12.189.970	0,35
MS – Ministério da Saúde	391.331.000	11,11	731.126.510	21,03
TOTAL	3.522.138.909	100	3.476.281.427	100

A Tabela 4 detalha a distribuição dos recursos de livre alocação, os valores emendados e os recursos totais disponíveis na Lei Orçamentária Anual aprovada para o ano de 2009, por programa de governo. Os programas Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano e Resíduos Sólidos Urbanos têm a maior parcela dos seus recursos comprometidos com emendas parlamentares (99,69% e 89,09%, respectivamente). O Proágua Infraestrutura teve um aumento considerável do percentual de recursos emendados em relação ao ano de 2008. O programa, que em 2008 tinha 18,62% dos seus recursos emendados, passou a ter 47,45% de emendas.

Tabela 4 - Recursos federais livres e emendados na LOA 2009, por programa de governo

RECURSOS FEDERAIS POR PROGRAMA				
PROGRAMA	EMENDADOS (R\$ 1,00)	LIVRES (R\$ 1,00)	TOTAL (R\$ 1,00)	% de recursos emendados
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	276.620.000	1.539.520.579	1.816.140.579	15,23
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	2.524.954.921	7.800.000	2.532.754.921	99,69
Proágua Infra-Estrutura	234.671.216	259.905.958	494.577.174	47,45
Drenagem Urbana Sustentável	208.011.772	147.102.229	355.114.001	58,58
Saneamento Rural	41.800.000	209.654.956	251.454.956	16,62
Resíduos Sólidos Urbanos	230.231.000	28.189.970	258.420.970	89,09
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade	-	347.272.000	347.272.000	0,0
Acesso à Alimentação	750.000	54.527.879	55.277.879	1,36
Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	4.750.000	805.947.856	810.697.856	0,59
Fortalecimento da Gestão Urbana	-	13.960.000	13.960.000	0,0
Integração de Bacias Hidrográficas	350.000	62.400.000	62.750.000	0,56
TOTAL GERAL	3.522.138.909	3.476.281.427	6.998.420.336	50,32

1.1.1. Incremento de Recursos Não Onerosos em 2009

Durante a fase de execução do orçamento, se houver necessidade de realização de despesas acima do limite previsto na LOA, o orçamento pode ser retificado visando atender a situações não previstas à época de sua elaboração. Portanto, a dotação orçamentária é composta de dotação inicial, que é a constante da LOA, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, e das dotações adicionais. O instrumento para as retificação no orçamento é o crédito adicional, que, por definição legal, é a autorização de despesa não computada ou insuficientemente dotada na LOA, que pode ser de três tipos: Suplementar, Especial ou Extraordinário⁶. Nesses casos, para acompanhamento dos créditos adicionais ao Orçamento de 2009, devem ser verificados no Diário Oficial da União, ao longo do exercício financeiro, as Medidas Provisórias, Leis de Créditos Adicionais e Decretos Presidenciais editados no período, para verificar o tipo de crédito, os valores e as destinações específicas das dotações adicionais.

Assim, ao término do exercício financeiro de 2009, com os créditos adicionais, cancelamentos e remanejamentos de créditos, a dotação orçamentária prevista para 2009 foi reforçada, adicionando-se R\$ 589,4 milhões aos recursos aprovados na LOA para o saneamento básico. Com essas medidas, incrementaram-se em 8,42% os recursos não onerosos para os investimentos, que passou a dispor de R\$ 7,58 bilhões em recursos orçamentários,

⁶ A dotação suplementar é aberta ou reaberta no exercício para reforço de dotação proveniente de saldo anterior, excesso de arrecadação, operações de crédito, superávit e doações, que representam valores que aumentam o orçamento. A dotação especial refere-se a dotação não prevista no orçamento, mas solicitada para atender uma necessidade específica de um novo programa e ou ação. A dotação extraordinária, não era prevista no orçamento inicial e é destinada às despesas imprevistas e urgentes. Na maioria das vezes, a abertura do crédito é feita através de Medida Provisória. Há, ainda, dotações canceladas ou remanejadas entre as unidades de um mesmo órgão e/ou entidade, que não altera o valor da dotação orçamentária final, embora internamente possa haver alteração numérica e /ou qualitativa (FONTE: SIAFI).

conforme os dados da Tabela 5. A Tabela detalha os recursos que foram inicialmente previstos na LOA, as dotações adicionais (incluindo-se aí os créditos suplementares, especiais e extraordinários, bem como os cancelamentos e os remanejamentos) e o orçamento global disponível para o saneamento básico no final do exercício financeiro de 2009, por órgão executor.

Tabela 5 - Distribuição dos recursos federais da LOA para o saneamento em 2009 (LOA + créditos adicionais, cancelamentos e remanejamentos), por órgão executor

ÓRGÃO	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS					
	LOA 2009		Créditos adicionais/ Cancelamentos/ Remanejamentos	TOTAL		Incremento de Recursos (%)
	R\$ 1,00	%		R\$ 1,00	%	
MCIDADES	4.737.667.404	67,70	356.331.615	5.093.999.019	67,13	7,52
FUNASA (MS)	1.122.457.510	16,04	265.402.000	1.387.859.510	18,29	23,64
MI	1.069.827.573	15,29	- 100.949.586	968.877.987	12,77	- 9,44
MDS	55.277.879	0,79	59.547.214	114.825.093	1,51	107,72
MMA	13.189.970	0,19	9.106.648	22.296.618	0,29	69,04
TOTAL	6.998.420.336	100	589.437.891	7.587.858.227	100	8,42

Na Tabela 6 estão detalhados os recursos que foram inicialmente previstos na LOA, os créditos adicionais, cancelamentos, remanejamentos e o orçamento final disponível para o saneamento básico no ano de 2009, por programa de governo.

Tabela 6 - Distribuição dos recursos federais da LOA para o saneamento básico em 2009 (LOA + dotações adicionais), por programa de governo

PROGRAMAS	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS					
	LOA 2009		Créditos adicionais/ Cancelamentos/ Remanejamentos	TOTAL		
	R\$ 1,00	%		R\$ 1,00	%	
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	1.816.140.579	25,95	475.398.493	2.291.539.072	30,20	
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	2.532.754.921	36,19	- 551.310.947	1.981.443.974	26,11	
Proágua Infra-Estrutura	494.577.174	7,07	- 76.447.325	418.129.849	5,51	
Drenagem Urbana Sustentável	355.114.001	5,07	299.861.352	654.975.353	8,63	
Saneamento Rural	251.454.956	3,59	108.206.542	359.661.498	4,74	
Resíduos Sólidos Urbanos	258.420.970	3,69	- 69.112.828	189.308.142	2,49	
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade	347.272.000	4,96	40.195.390	387.467.390	5,11	
Acesso à Alimentação	55.277.879	0,79	59.547.214	114.825.093	1,51	
Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	810.697.856	11,58	281.000.000	1.091.697.856	14,39	
Fortalecimento da Gestão Urbana	13.960.000	0,20	19.400.000	82.150.000	1,08	
Integração de Bacias Hidrográficas	62.750.000	0,90	2.700.000	16.660.000	0,22	
TOTAL	6.998.420.336	100	589.437.891	7.587.858.227	100	

Gasto Público em Saneamento Básico - 2009

A Tabela 7 detalha os recursos que foram inicialmente previstos na LOA, os créditos adicionais, cancelamentos, remanejamentos e o orçamento final disponível e o orçamento global disponível para os investimentos em saneamento básico no ano de 2009, por modalidade de intervenção.

Tabela 7 - Distribuição dos recursos federais da LOA para o saneamento básico em 2009 (LOA + dotações adicionais), por modalidade de intervenção

MODALIDADE	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS				
	LOA 2009		Créditos adicionais/ Cancelamentos/ Remanejamentos	TOTAL	
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	R\$ 1,00	%
Saneamento Integrado	1.105.668.856	15,80	421.706.542	1.527.375.398	20,13
Abastecimento de Água	1.275.934.111	18,23	238.669.038	1.514.603.149	19,96
Esgotamento Sanitário	1.358.756.967	19,42	231.103.734	1.589.860.701	20,95
Drenagem Urbana	354.114.001	5,06	299.861.352	653.975.353	8,62
Resíduos Sólidos Urbanos	276.627.530	3,95	- 70.103.405	206.524.125	2,72
Pro-Municípios	2.532.754.921	36,19	- 551.310.947	1.981.443.974	26,11
Estudos e Projetos	15.160.000	0,22	2.700.000	17.860.000	0,24
Outros ⁷	79.403.950	1,13	16.811.577	96.215.527	1,27
TOTAL	6.998.420.336	100	589.437.891	7.587.858.227	100

1.2. Planejamento dos Investimentos com Recursos Onerosos

Para o ano de 2009 foi previsto inicialmente um orçamento operacional de R\$ 4,6 bilhões para financiamento de ações de saneamento básico com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS⁸, sendo R\$ 3,9 bilhões para o setor público e R\$ 0,7 bilhão para o setor privado, conforme a Instrução Normativa nº 60, de 30 de dezembro de 2008.

A alocação dos recursos onerosos (tanto para os mutuários públicos como para os mutuários privados de serviços de saneamento) é realizada por processos de seleção pública, cujas instruções e calendários de realização são publicados periodicamente no sítio eletrônico do Ministério das Cidades e no Diário Oficial da União.

Após a conclusão dos processos de seleção e hierarquização das propostas para mutuários públicos, e considerando o orçamento operacional destinado por Unidade da Federação para o ano de 2009, verificou-se a necessidade de proceder, excepcionalmente, o remanejamento dos recursos destinados ao saneamento básico. Para tanto, o Conselho Curador do FGTS, publicou a Resolução nº 585, de 19 de dezembro de 2008, que faculta ao Gestor da Aplicação, a partir da solicitação prévia, fundamentada e formulada pelo agente operador, promover a alocação final do Orçamento Operacional do FGTS. Tal procedimento foi feito para o orçamento de 2009. Isto ocorreu porque as condições para contratação de financiamentos estão vinculadas à capacidade de pagamento e do limite de endividamento

⁷ Inclui rubricas não classificadas em nenhuma das modalidades apresentadas, como: Gestão e Administração do Programa, Apoio a Projetos de Ação Social em Saneamento, apoio ao desenvolvimento institucional de prestadores de serviço, apoio à gestão dos sistemas de saneamento básico e implantação de melhorias na infra-estrutura domiciliar, dentre outras.

⁸ A programação de investimentos em saneamento do BNDES para 2008 não foi disponibilizada ao Ministério das Cidades.

do ente federado, aferidos, respectivamente, pelos agentes financeiros e pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Após os remanejamentos e ajustes, a posição final do orçamento do FGTS para saneamento básico em 2009 foi consolidada na Instrução Normativa nº 08, de 27 de janeiro de 2010, que dá nova redação à Instrução Normativa nº 59, de 12 de novembro de 2009, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento Operacional e Financeiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2009. Foram mantidos, sem distinção prévia de modalidade, os R\$ 4,6 bilhões para o orçamento operacional do FGTS em 2009, sendo R\$ 0,18 bilhão para o setor privado e R\$ 4,42 bilhões para setor público. A Tabela 8 detalha o orçamento inicial do FGTS e os valores finais autorizados para contratação, por região para o setor público:

Tabela 8 - Distribuição dos recursos do FGTS (setor público) para o saneamento básico em 2009, por Região

REGIÃO	PLANEJAMENTO DOS INVESTIMENTOS COM RECURSOS DO FGTS			
	Orçamento Inicial		Orçamento Final	
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%
Centro-Oeste	414.960.000	10,64	333.558.000	7,54
Nordeste	1.072.500.000	27,50	1.062.300.000	24,01
Norte	306.930.000	7,87	378.704.000	8,56
Sudeste	1.531.530.000	39,27	1.803.262.000	40,76
Sul	574.080.000	14,72	845.826.000	19,12
TOTAL	3.900.000.000	100	4.423.650.000	100

1.3. Recursos Totais Programados para Investimentos em Saneamento Básico em 2009

O montante de recursos disponíveis para os investimentos em saneamento básico (total de onerosos e não onerosos) no ano de 2009 foi de R\$ 12 bilhões, sendo 63% oriundos do Orçamento Geral da União e 37% de financiamentos. Cabe ressaltar que o valor total disponível é, efetivamente mais elevado, já que não está incluída a parcela relativa aos financiamentos disponibilizados pelo BNDES e das contrapartidas ofertadas pelos proponentes.

A Tabela 9 mostra a programação de recursos para investimentos em saneamento básico desde o ano de 2004, quando se iniciou esta metodologia de contabilização de gastos em saneamento básico.

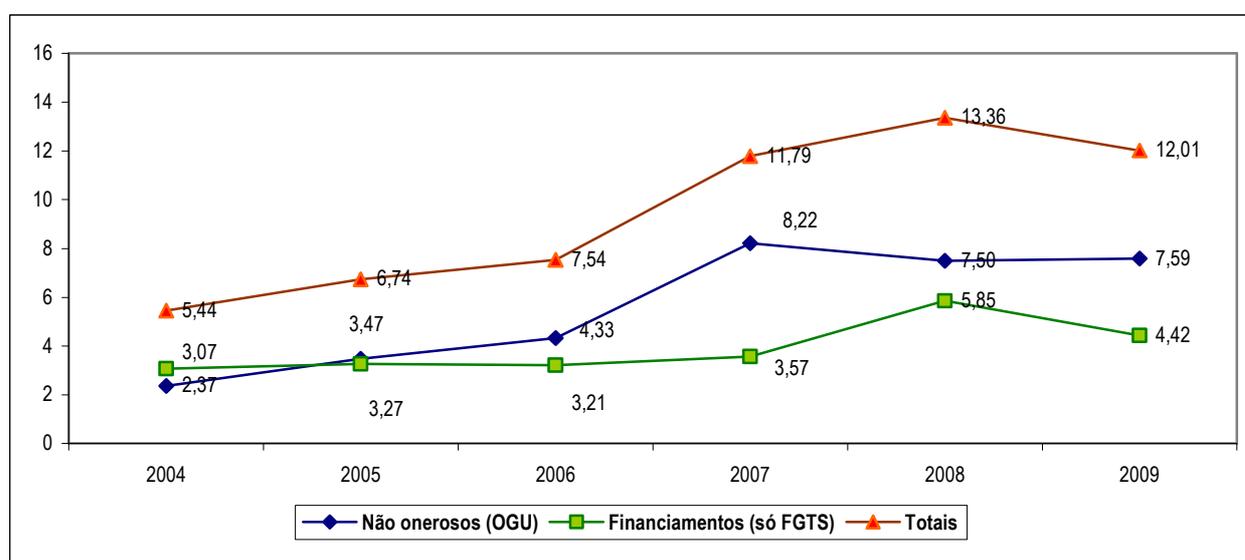
Tabela 9 - Recursos programados para investimentos em Saneamento Básico (em valores históricos)

FONTE DE RECURSOS	RECURSOS PROGRAMADOS PARA INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO (R\$ 1,00)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Não onerosos (OGU)	1.847.982.501	2.869.427.410	3.635.481.847	7.259.057.737	7.371.435.449	7.587.858.227
Onerosos (só FGTS)	2.397.201.000	2.700.000.000	2.700.000.000	3.150.000.000	5.750.000.000	4.423.650.000
TOTAL	4.245.183.501	5.569.427.410	6.335.481.847	10.409.057.737	13.321.435.449	12.011.508.227

A comparação da evolução dos recursos disponíveis para investimentos em saneamento básico, com correção monetária pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2009, disponível no Gráfico 2, demonstra os significativos avanços do Governo Federal na tentativa de ampliar os recursos para investimentos em saneamento básico. Embora o investimento total em saneamento no ano de 2009 (R\$12,01 bilhões) tenha ficado ligeiramente abaixo do investimento realizado no ano de 2008 (R\$13,36 bilhões), deve-se considerar que os recursos oriundos do Orçamento Geral da União foram maiores no ano de 2009, R\$ 7,59 bilhões contra os R\$ 7,50 bilhões de 2008.

A consolidação desta tendência é um objetivo estratégico a ser perseguido, tendo em vista a necessidade de equacionar os problemas decorrentes da falta de saneamento básico para a população brasileira e de enfrentar o déficit social existente.

Gráfico 2 - Evolução dos recursos programados para investimentos em saneamento básico (Em R\$ bilhões)



*As séries foram indexadas pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2009

A retomada dos investimentos federais e dos fundos financiadores no setor de saneamento básico está sendo consolidada pelo Programa de Aceleração do Crescimento, que ampliou consideravelmente os recursos disponíveis para o quadriênio (2007 a 2010). A regularidade e a previsibilidade da oferta de recursos num horizonte quadrienal proporcionam condições básicas importantes para o planejamento do setor, principalmente em função da gestão descentralizada dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil. A gestão descentralizada pressupõe o aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação federativa para garantir o sucesso da execução dos empreendimentos, uma vez que, no desenho institucional do setor de saneamento básico, compete aos Estados e Municípios a prestação dos serviços e a execução das intervenções, incluindo a realização das obras.

2. GASTOS EM SANEAMENTO BÁSICO EM 2009

De forma a contabilizar adequadamente os gastos do Governo Federal e dos fundos financiadores em saneamento básico, adotaram-se duas metodologias de classificação dos gastos: i) compromissos de gastos; e ii) desembolsos.

Os compromissos de gastos firmados sinalizam os investimentos futuros comprometidos pela União e contemplam os valores dos contratos de empréstimos (financiamentos) somados aos valores dos empenhos realizados com recursos não onerosos do Orçamento Geral da União⁹. Os desembolsos realizados representam os recursos financeiros efetivamente depositados pela União nas contas correntes dos empreendimentos e, usualmente, estão associados à execução física das etapas dos empreendimentos¹⁰.

No exercício financeiro de 2009 foram comprometidos R\$ 9,7 bilhões e desembolsados R\$ 6,8 bilhões para iniciativas de saneamento básico com recursos federais e dos fundos financiadores.

Os resultados revelam que, dentre os compromissos de gastos assumidos em 2009 (R\$ 9,7 bilhões), os recursos do OGU foram a principal fonte de gastos comprometidos, responsáveis por 67,50% do total comprometido, enquanto os recursos de financiamento comprometeram 32,50% do total. Em relação aos compromissos realizados com recursos orçamentários (R\$ 6,58 bilhões), o MCidades foi responsável pelo empenho de 68% do montante total (R\$ 4,47 bilhões). Ainda em relação ao total empenhado, à Região Nordeste foram destinados cerca de 40,6% do total de recursos orçamentários comprometidos em 2009. Vale destacar que, em 2009, dentre os valores comprometidos com recursos do OGU, R\$ 4,59 bilhões (70%) foram realizados em rubricas orçamentárias do PAC. Dentre os financiamentos, o FGTS foi a principal fonte de recursos comprometidos no ano: 52,6% (R\$ 1,67 bilhões) dos recursos de financiamentos para o saneamento básico originaram-se do fundo. Do total de contratos de empréstimos assinados, 99% correspondem a empreendimentos incluídos no PAC.

No que diz respeito aos desembolsos no período (R\$ 6,8 bilhões), os valores desembolsados com recursos orçamentários superaram os montantes dos financiamentos: 52,13% dos valores desembolsados em 2009, que correspondem a R\$ 3,55 bilhões, foram oriundos de recursos do OGU. Em relação ao total desembolsado com recursos do OGU no ano de 2009, o MCidades foi responsável por 60% do total desembolsado (R\$ 2,13 bilhões). Vale destacar que, do total desembolsado com recursos do OGU para o saneamento no período, 74,5% (R\$ 2,64 bilhões) correspondem às ações do PAC.

Já com recursos de financiamentos, do total desembolsado (R\$ 3,26 bilhões), o FGTS constituiu-se na principal fonte de recursos, responsável por 53,8% dos desembolsos (R\$ 1,75 bilhões), enquanto os desembolsos com recursos do FAT alcançaram R\$ 1,5 bilhões. Destaca-se que 73,7% dos desembolsos com recursos de financiamentos (R\$ 2,40 bilhões) correspondem a desembolsos para empreendimentos incluídos no PAC. Dentre os valores desembolsados pelo FAT/BNDES, 86,2% (R\$ 1,30 bilhões) correspondem a desembolsos para empreendimentos incluídos no PAC. Com recursos do FGTS, esse percentual é menor (62,9%) e o valor absoluto é

⁹ O empenho constitui-se em uma garantia ao credor de que os valores comprometidos têm respaldo orçamentário e é o principal instrumento à disposição da administração pública para controle e acompanhamento da execução dos seus compromissos de gasto.

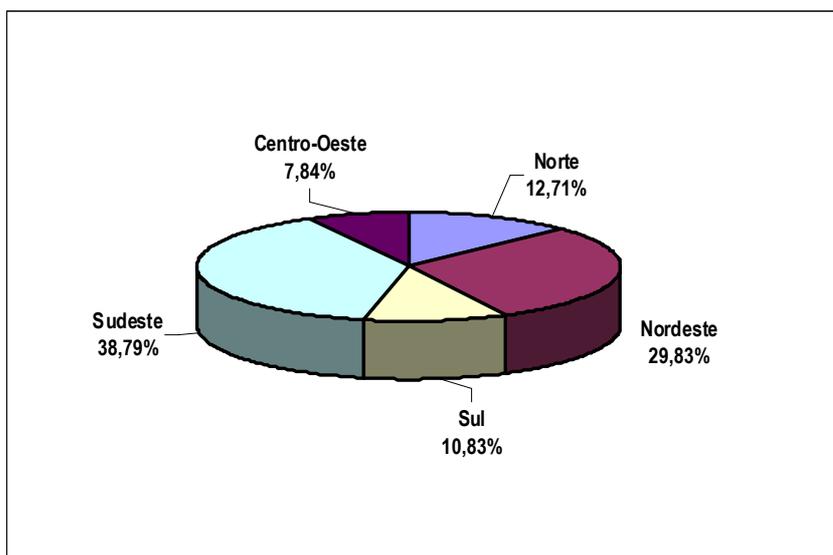
¹⁰ Considerando-se a plurianualidade da execução das obras de infra-estrutura urbana, ou seja, que grande parte da execução ultrapassa um exercício orçamentário, é importante mencionar que os desembolsos, no caso dos recursos do OGU, incluem os "valores pagos", bem como os valores dos "restos a pagar pagos" no exercício financeiro.

de R\$ 1,10 bilhão. Vale ressaltar que os desembolsos com recursos de financiamentos foram 30% superiores aos montantes desembolsados em 2008.

2.1 Compromissos de Gastos e Desembolsos por Região e Fonte de Recursos

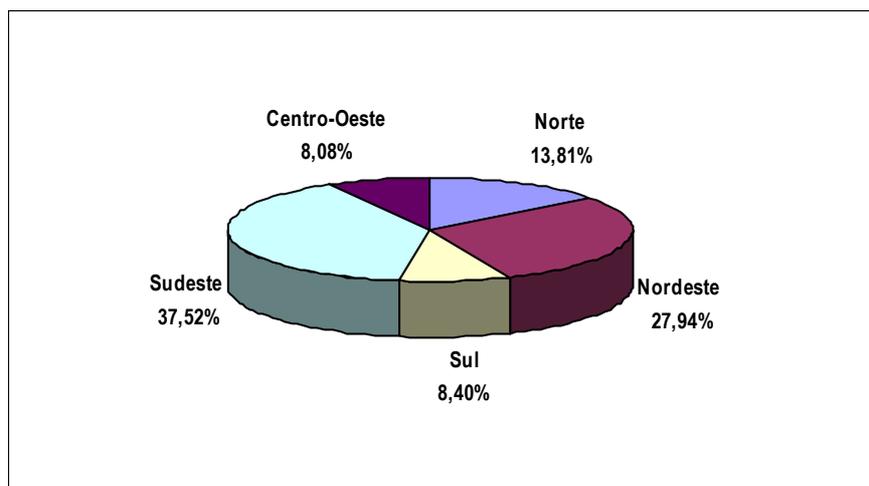
O Gráfico 3, que detalha a distribuição total dos compromissos de gastos por Grandes Regiões, revela que a maior parte dos gastos comprometidos (soma de gastos onerosos e não onerosos) em 2009 foi direcionada para os Estados e Municípios das Regiões Sudeste (38,79%, correspondente a R\$ 3,78 bilhões) e Nordeste do país (29,83%, correspondente a R\$ 2,91 bilhões). No Anexo 2, estão detalhados por UF e fonte de recursos, os valores comprometidos no exercício financeiro de 2009 e o número de empregos gerados.

Gráfico 3 - Gastos totais comprometidos em iniciativas de saneamento básico por Região em 2009 (Em %)



O Gráfico 4, que apresenta a distribuição total dos desembolsos por macrorregiões, revela que a maior parte dos valores desembolsados (soma de onerosos e não onerosos) em 2009 foi direcionada para os Estados e Municípios das Regiões Sudeste (37,52%, correspondente a R\$ 2,55 bilhões) e Nordeste (27,94%, correspondente a R\$ 1,90 bilhões) do país. No Anexo 3, estão detalhadas, por UF e fonte de recursos, os valores desembolsados no exercício financeiro de 2009, bem como o número estimado de famílias beneficiadas.

Gráfico 4 - Gastos totais desembolsados em iniciativas de saneamento básico por região em 2009 (Em %)



2.1.1 Compromissos de Gastos e Desembolsos com Recursos do OGU

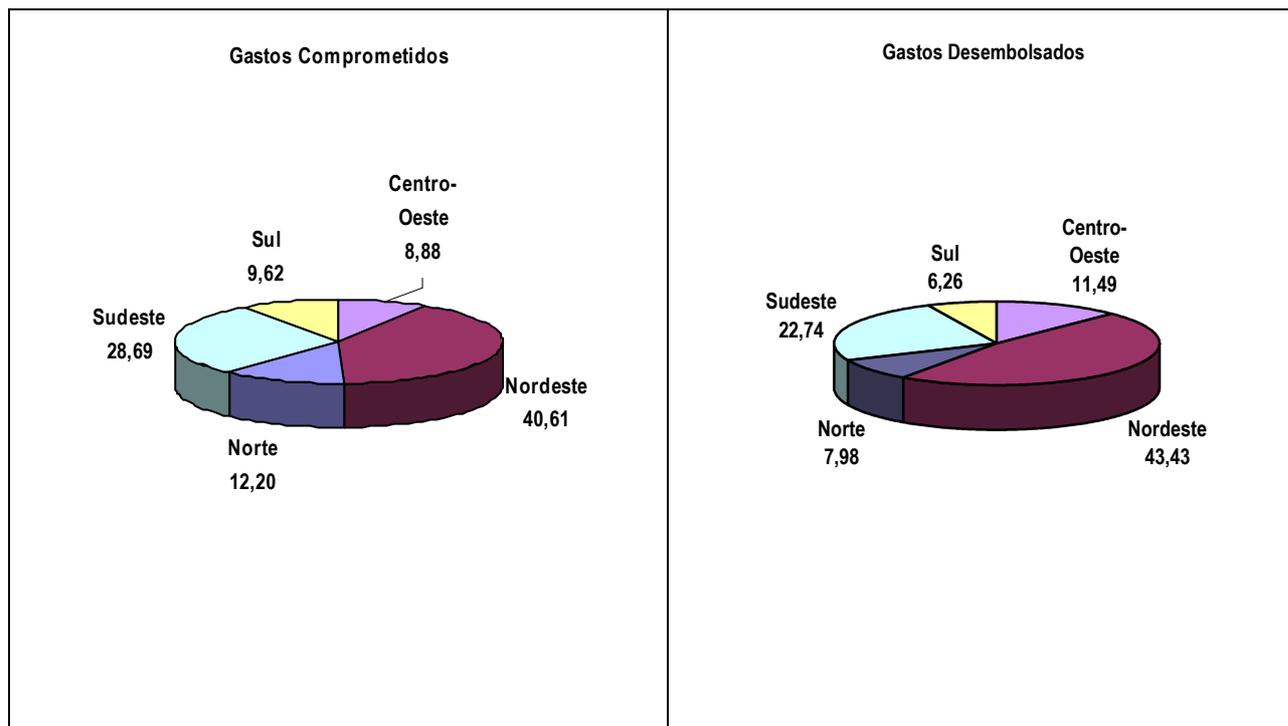
Na análise da alocação dos gastos oriundos de fontes não onerosas, destaca-se que, do valor total comprometido (R\$ 6,6 bilhões) e desembolsado (R\$ 3,5 bilhões) com recursos do OGU, a Região Nordeste foi beneficiada com 40,60% (R\$ 2,67 bilhões) dos compromissos de gastos e 43,43% (R\$ 1,54 bilhões) dos desembolsos. Esse processo de focalização do gasto nas regiões mais pobres do país é um importante instrumento à disposição dos gestores para fazer frente às desigualdades regionais de acesso aos serviços públicos¹¹. É na Região Nordeste que estão localizadas as áreas com as maiores carências relativas na prestação dos serviços, abrangendo os Municípios e Estados onde são mais restritas as possibilidades de autofinanciamento dos sistemas que prestam os serviços.

Por isso, essa focalização dos recursos objetiva colaborar para a superação das dificuldades de acesso aos financiamentos decorrentes da menor capacidade de pagamento e das restrições ao endividamento público interpostas pela legislação fiscal vigente, que atinge de forma mais intensa os Municípios e Estados localizados nas regiões mais carentes do país.

O Gráfico 5 abaixo detalha, por Região, os valores comprometidos e desembolsados oriundos de recursos não onerosos no exercício de 2009.

¹¹ De acordo com os dados de 2006 da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, PNAD, os Municípios da Região Nordeste apresentam uma das menores taxas de cobertura dos serviços de saneamento, com apenas 34,5% dos domicílios com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário por rede geral e coleta de lixo.

Gráfico 5 - Gastos não onerosos comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2009



2.1.1.1 Compromissos de Gastos e Desembolsos com Recursos do OGU por Órgão

A Tabela 10 detalha os valores comprometidos com recursos do OGU em 2009, de acordo com Órgão Executor e a Região beneficiada. O MCidades foi responsável pelo empenho de 67,91% do montante total, seguido pela FUNASA, com 19,78% e pelo Ministério da Integração com 11,32%.

Do montante de compromissos de gastos com recursos orçamentários, 69,86% dos empenhos realizados em 2009 correspondiam a ações incluídas no PAC. Em termos absolutos, o MCidades foi o Órgão que empenhou o maior valor em ações do PAC: R\$ 2,97 bilhões, seguido pela FUNASA com R\$ 969,5 milhões. O MI foi o órgão que, proporcionalmente, teve maior parcela de seu orçamento comprometido com ações incluídas no Programa: 88,15%, seguido pela FUNASA, com 74,47%.

Tabela 10 - Recursos não onerosos comprometidos para o saneamento básico, por Região e por Órgão

VALORES COMPROMETIDOS PARA O SANEAMENTO BÁSICO EM 2009 (Em R\$)					
REGIÃO	MCidades	Ministério da Integração	MDS, MTE e MMA	Funasa/MS	TOTAL
CENTRO-OESTE	423.844.388,13	20.721.350,53	2.315.217,81	137.909.860,83	584.790.817,30
NACIONAL*	-	8.711,67	-	-	8.711,67
NORDESTE	1.399.768.387,15	538.752.245,95	59.241.908,33	674.968.598,98	2.672.731.140,41
NORTE	567.668.116,29	1.400.000,00	1.190.151,49	232.748.042,89	803.006.310,67
SUDESTE	1.575.288.433,17	182.442.857,96	1.106.470,37	129.508.171,94	1.888.345.933,44
SUL	503.667.747,87	2.004.181,30	870.638,56	126.792.531,77	633.335.099,50
TOTAL	4.470.237.072,61	745.329.347,41	64.724.386,56	1.301.927.206,41	6.582.218.012,99
TOTAL (%)	67,91	11,32	0,98	19,78	100

*Gastos que beneficiam mais de uma Região

A Tabela 11 detalha os valores desembolsados com recursos do OGU em 2009 por Órgão e Região. Em relação aos desembolsos, observa-se que o MCidades foi responsável por 60,05% dos desembolsos, seguido pelo MI, com 24,42%.

Considerando-se o total desembolsado pelos órgãos, de R\$ 3,55 bilhões, 74,54% das ações foram incluídas no PAC. Em termos absolutos, o MCidades foi o Órgão que desembolsou o maior valor em ações do PAC: R\$ 1,6 bilhão, seguido pelo Ministério da Integração, com R\$ 781 milhões. O MI foi o órgão que, proporcionalmente, teve maior parcela de seus desembolsos para o saneamento incluído no PAC: 90,2%, seguido pelo MCidades, com 75,6%.

Tabela 11 - Recursos não onerosos desembolsados para o saneamento básico, por Região e por Órgão

VALORES DESEMBOLSADOS PARA O SANEAMENTO BÁSICO EM 2009 (Em R\$)					
REGIÃO	MCidades	Ministério da Integração	FUNASA/MS	MDS, MTE, MT e MMA	TOTAL
CENTRO-OESTE	183.957.605,26	121.597.204,57	100.733.193,92	1.277.878,68	407.565.882,43
NACIONAL*	277.634.354,33	417,27	-	10.000.000,00	287.634.771,60
NORDESTE	631.239.835,48	628.083.848,76	224.945.629,54	56.260.877,47	1.540.530.191,25
NORTE	203.770.718,20	5.139.672,54	73.557.982,00	530.175,49	282.998.548,23
SUDESTE	643.691.116,75	106.306.791,71	55.939.366,89	610.465,19	806.547.740,54
SUL	189.849.713,08	5.182.383,11	27.047.113,13	-	222.079.209,32
TOTAL	2.130.143.343,10	866.310.317,96	482.223.285,48	68.679.396,83	3.547.356.343,37
TOTAL (%)	60,05	24,42	13,59	1,94	100

*Gastos que beneficiam mais de uma Região

2.1.1.2 Compromissos de Gasto e Desembolsos com Recursos do OGU por Programa de Governo

Os programas de governo concretizam e orientam a ação governamental para atendimento das demandas sociais. É essencialmente por meio deles que o Governo Federal planeja as intervenções e promove a alocação dos investimentos.

A Tabela 12 detalha os gastos federais empenhados e desembolsados com recursos não onerosos de acordo com os programas orçamentários constantes na LOA 2009. Destaca-se que o Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, que promove intervenções de apoio à implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em áreas urbanas foi o programa com maior expressão orçamentária e financeira no período: recebeu 32,82% dos valores comprometidos e 34,22% dos valores desembolsados.

Em seguida, destaca-se o programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, executado, essencialmente, com recursos de emendas parlamentares. O programa recebeu 22,1% dos compromissos, mas foi responsável por somente 6,04% dos desembolsos de 2009. Destaca-se que, na execução orçamentária de 2007 e 2008, grande parte do orçamento e das ações antes empenhadas sob a rubrica do Programa Pró-Municípios¹² (executado, exclusivamente, com recursos de emenda parlamentares) foram transferidas para esse

12 No orçamento, corresponde aos Programas "Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio Porte" e "Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte".

Programa. Assim, pode-se observar que quase 8% dos desembolsos realizados em 2009 correspondem a ações do Pró-Municípios. Ou seja, apesar da transferência de ações do Pró-Municípios para o Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano em 2008, os desembolsos incluem, além dos valores pagos no exercício, também os restos a pagar pagos provenientes de exercícios anteriores.

Tabela 12 - Recursos não onerosos comprometidos e desembolsados, por programa de governo

RECURSOS NÃO ONEROSOS				
PROGRAMA	COMPROMETIDOS		DESEMBOLSADOS	
	R\$	%	R\$	%
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	2.160.448.500,08	32,82	1.213.948.999,48	34,22
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	1.454.751.640,27	22,10	214.152.275,09	6,04
Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	1.091.697.833,45	16,59	655.934.720,08	18,49
Drenagem Urbana Sustentável	541.086.544,90	8,22	132.225.583,22	3,73
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade	381.851.020,84	5,80	223.176.983,94	6,29
Saneamento Rural	335.599.999,45	5,10	117.938.578,54	3,32
Proágua Infra-Estrutura	300.194.836,23	4,56	569.757.743,60	16,06
Resíduos Sólidos Urbanos	162.490.573,82	2,47	21.436.737,12	0,60
Integração de Bacias Hidrográficas	80.800.000,00	1,23	62.656.215,02	1,77
Acesso à Alimentação*	57.367.813,62	0,87	55.495.034,11	1,56
Fortalecimento da Gestão Urbana	15.929.250,33	0,24	2.423.860,65	0,07
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte (Pró-Municípios)	-	-	204.688.208,96	5,77
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio Porte (Pró-Municípios)	-	-	72.946.145,37	2,06
Produção de Material Bélico**	-	-	575.258,19	0,02
TOTAL	6.582.218.012,99	100	3.547.356.343,37	100

* Ação 11V1: Construção de cisterna para armazenamento de água

** Ação 3500: Implantação de Sistema de Saneamento e Proteção

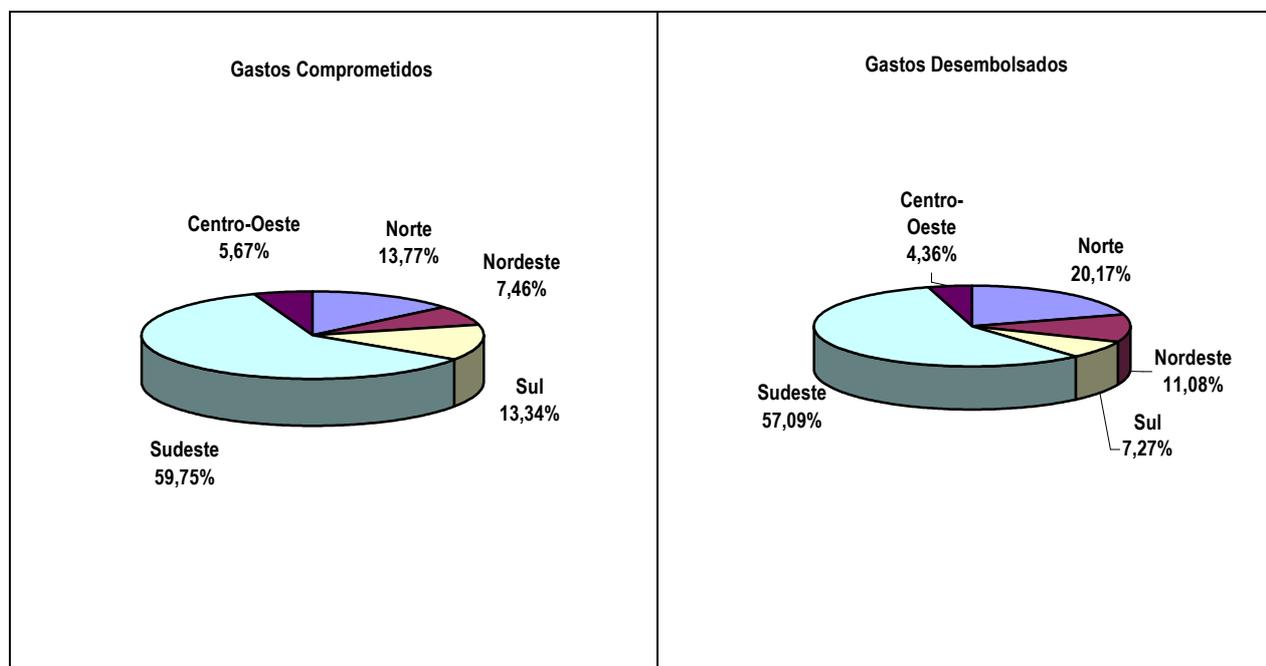
2.1.2 Compromissos de Gastos e Desembolsos com Recursos Onerosos

O Gráfico 6 detalha os valores comprometidos e desembolsados com recursos onerosos por fonte de recursos e Região. Em relação à distribuição dos recursos de financiamentos, vale destacar que a subordinação das contratações à análise das capacidades de pagamento e de endividamento dos tomadores dos empréstimos determina uma concentração dos investimentos em áreas economicamente mais dinâmicas, o que se reflete no maior aporte de gastos comprometidos e desembolsados para os Municípios e Estados da Região Sudeste (59,75% e 57,09%, respectivamente).

Destaca-se que, dentre os financiamentos, o FGTS constituiu-se na principal fonte de recursos, responsável por 52,6% do total comprometido com recursos onerosos. Nota-se um padrão menos concentrado na alocação dos recursos do FGTS: 43,9% dos recursos totais comprometidos pelo fundo destinaram-se ao Sudeste, ante a um percentual de 77,4% dos financiamentos com recursos do FAT.

Dentre os valores desembolsados, o FGTS constituiu-se na principal fonte de recursos, responsável por 53,8% do total desembolsado com recursos onerosos. Na análise dos desembolsos por fonte e Região, da mesma forma que os compromissos, observa-se um padrão menos concentrado dos recursos do FGTS: 43,34% dos recursos desembolsados pelo fundo destinaram-se ao Sudeste, ante a 65,61% dos financiamentos com recursos do FAT.

Gráfico 6 - Recursos onerosos (FAT/FGTS) comprometidos e desembolsados, para o saneamento básico em 2009



2.1.3 Compromissos de Gastos e Desembolsos Per Capita (Recursos Onerosos e Não Onerosos)

Os dados reunidos revelam que no exercício financeiro de 2009 foram comprometidos, em média, R\$ 53,86 e desembolsados R\$ 34,03 per capita em iniciativas de saneamento básico. Dentre os valores médios comprometidos e desembolsados, apurou-se na Região Norte o maior valor *per capita*: R\$ 86,08 e R\$ 61,19 respectivamente.

A análise dos valores *per capita* comprometidos mostra que os maiores valores per capita foram destinados às seguintes UFs: Amapá (R\$ 489,5), Roraima (R\$ 209,9) e Rondônia (R\$ 191,2). Já os maiores desembolsos *per capita* foram apurados no Rio Grande do Norte (R\$ 215,5), Distrito Federal (R\$ 124,5) e Tocantins (R\$ 114,2).

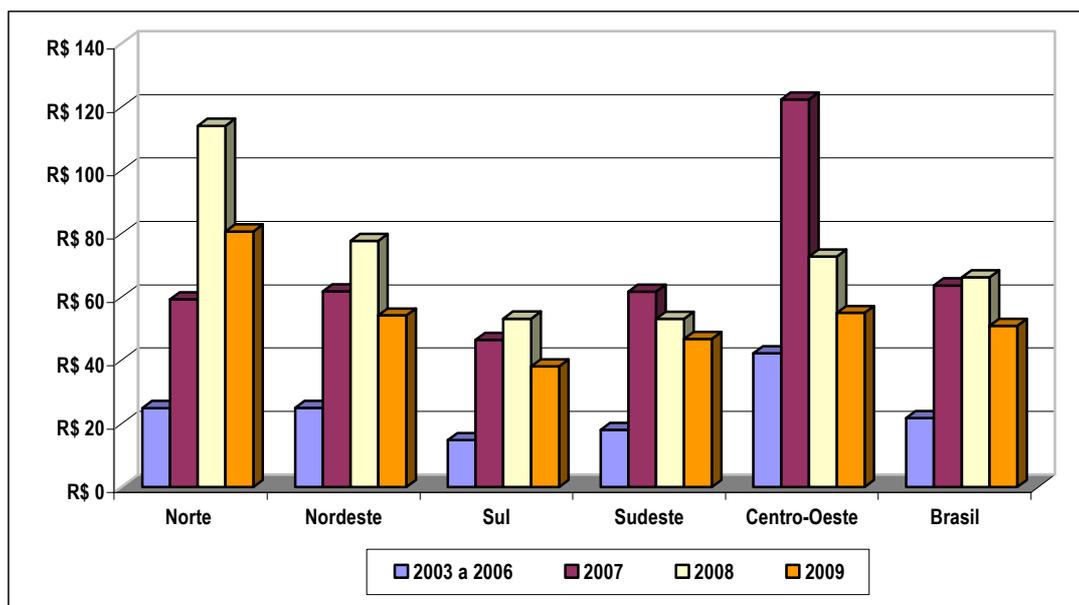
A Tabela 13 detalha os gastos *per capita* comprometidos e desembolsados para o saneamento básico no ano de 2009, segundo a fonte de recursos e Região. No Anexo 4 estão listados os valores *per capita*, comprometidos e desembolsados com iniciativas de Saneamento Básico, por Unidade da Federação e por Fonte de Recursos.

Tabela 13 - Valores per capita comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2009

GASTOS PER CAPITA EM SANEAMENTO BÁSICO – 2009						
REGIÃO	Comprometidos (R\$)			Desembolsados (R\$)		
	Não onerosos	Onerosos	Total	Não Onerosos	Onerosos	Total
NORTE	52,28	33,8	86,08	18,42	42,76	61,19
NORDESTE	49,87	4,66	54,53	28,75	6,74	35,48
SUL	22,85	16,91	39,76	8,01	8,54	16,55
SUDESTE	23,34	28,33	51,67	9,97	22,98	32,95
CENTRO-OESTE	42,09	14,52	56,61	29,33	10,23	39,56
BRASIL	34,38	19,49	53,87	17,02	17,01	34,03

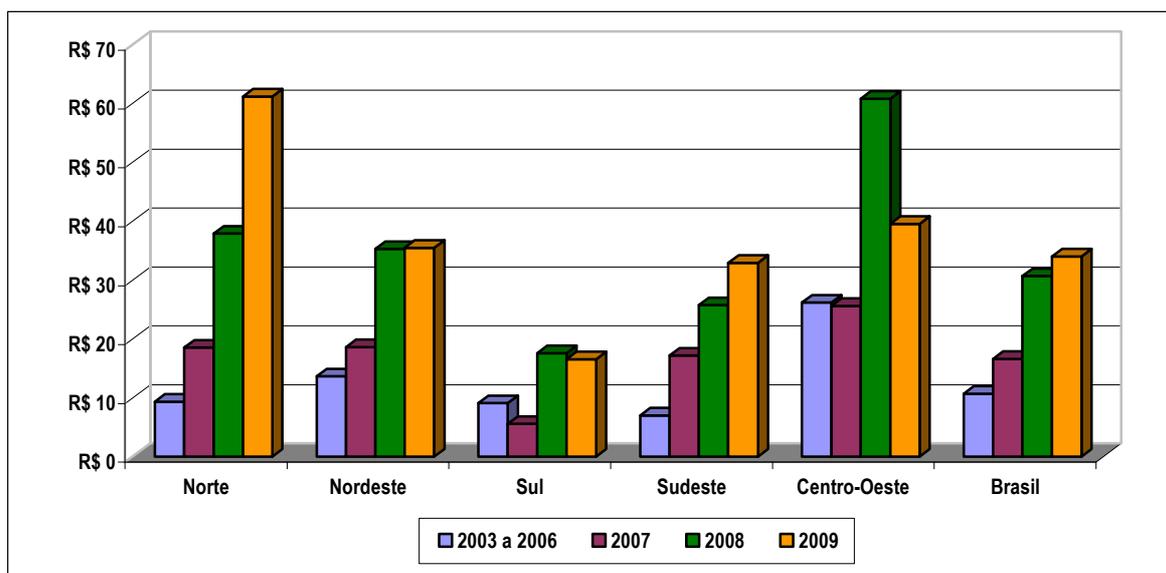
No Gráfico 7, pode-se observar a evolução dos compromissos de gasto *per capita* de 2003 a 2009, em valores históricos, por Grandes Regiões. A análise da evolução dos gastos *per capita* comprometidos mostra que houve, em 2009, um decréscimo de 18,74% dos valores comprometidos em iniciativas de saneamento básico em relação ao ano de 2008. O valor médio *per capita* comprometido passou de R\$ 66,28 em 2008 para R\$ 50,93 em 2009.

Gráfico 7 - Valores per capita comprometidos para o saneamento básico de 2003 a 2009



No Gráfico 8, pode-se observar a evolução dos desembolsos *per capita* de 2003 a 2009, por Grandes Regiões. Os dados relativos aos desembolsos *per capita* realizados em 2009 revelam um crescimento de 10,81% dos valores desembolsados *per capita* em relação ao ano de 2008. Observou-se que a média de desembolso *per capita* passou de R\$ 30,71 em 2008 para R\$ 34,03 em 2009. Foi na Região Norte que se apurou o maior crescimento (61,44%), seguida pela Região Sudeste (28,13%).

Gráfico 8 - Valores per capita desembolsados para o saneamento básico de 2003 a 2009



2.1.4 Gastos Comprometidos e Desembolsados por Modalidade

No Gasto Público em Saneamento, são consideradas as seguintes classificações de modalidades de intervenções em saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana (manejo de águas pluviais urbanas), resíduos sólidos urbanos (manejo de resíduos sólidos urbanos), saneamento integrado, estudos e projetos, desenvolvimento institucional e pró-municípios.

A modalidade saneamento integrado inclui empreendimentos que envolvem mais de uma modalidade de intervenção simultânea em saneamento na mesma parcela do território, voltada, nos últimos anos, principalmente para ações de urbanização de favelas e assentamentos precários.

A modalidade pró-municípios (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte e Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte) diz respeito a intervenções de saneamento conjugadas com outras obras de desenvolvimento urbano, que incluem variadas melhorias de infra-estrutura urbana, principalmente pavimentação, que representa cerca de 2/3 das intervenções. Vale lembrar que os recursos destinados à modalidade classificada como pró-municípios, são oriundos somente de emendas parlamentares e, por questões metodológicas, foram individualizadas em uma modalidade específica.

Na categoria "diversos" estão incluídos os gastos dirigidos a saneamento domiciliar, gestão e administração dos programas, saneamento nas escolas, outras obras de engenharia, controle de qualidade de água, dentre outros.

A Tabela 14 detalha os recursos comprometidos e desembolsados por modalidade de intervenção e por fonte de recursos em 2009, o número estimado de famílias beneficiadas e de empregos gerados. De maneira geral foram comprometidos R\$ 9,7 bilhões, desembolsados R\$ 6,8 bilhões e gerados, em média, 730 mil empregos no ano de 2009.

Gasto Público em Saneamento Básico - 2009

Tabela 14 - Recursos onerosos e não-onerosos comprometidos e desembolsados por modalidade e fonte de recursos em 2009

GASTOS POR MODALIDADE E FONTE DE RECURSOS							
MODALIDADE		COMPROMETIDOS		DESEMBOLSADOS		Famílias Beneficiadas	Empregos Gerados
		(R\$)	%	(R\$)	%		
Abastecimento de Água	Financiamento	1.896.629.604,96		1.272.909.080,38			
	Orçamentário	1.317.142.456,67	33	1.110.913.382,56	35	2.955.546	279.880
	TOTAL	3.213.772.061,63		2.383.822.462,94			
Esgotamento Sanitário	Financiamento	565.777.423,07		700.999.129,02			
	Orçamentário	1.490.413.800,46	21,1	811.278.039,06	22,2	873.322	178.423
	TOTAL	2.056.191.223,53		1.512.277.168,08			
Drenagem Urbana	Financiamento	184.463.544,77		251.999.116,20			
	Orçamentário	540.204.624,86	7,4	130.902.916,87	5,6	298.431	55.379
	TOTAL	724.668.169,63		382.902.033,07			
Resíduos Sólidos Urbanos	Financiamento	56.687.849,10		21.710.324,34			
	Orçamentário	176.133.144,20	2,4	25.102.948,93	0,7	599.857	13.982
	TOTAL	232.820.993,30		46.813.273,27			
Saneamento Integrado	Financiamento	448.578.820,47		679.542.791,58			
	Orçamentário	1.504.988.031,47	20	896.204.633,81	23,2	165.054	176.466
	TOTAL	1.953.566.851,94		1.575.747.425,39			
Pró-Municípios	Orçamentário	1.454.751.640,27	14,9	491.786.629,42	7,2	-	
	TOTAL	1.454.751.640,27		491.786.629,42			
Estudos e Projetos	Financiamento	17.674.142,00		16.553.670,81			
	Orçamentário	15.929.250,33	0,3	7.306.627,27	0,4	629.636	2.873
	TOTAL	33.603.392,33		23.860.298,08			
Diversos*	Financiamento	-		208.020.470,71			
	Orçamentário	82.655.064,73	0,8	73.861.165,45	4,1	-	18.227
	TOTAL	82.655.064,73		281.881.636,16			
Desenvolvimento Institucional	Financiamento	-	0	105.403.635,10	1,5	-	5.270
	TOTAL	-		105.403.635,10			
TOTAL		9.752.029.397,36	100	6.804.494.561,51	100	**	730.499

Obs: Os valores apresentados correspondem apenas aos valores dos empréstimos e repasses, excluindo-se, portanto, os valores aportados a título de contrapartida.

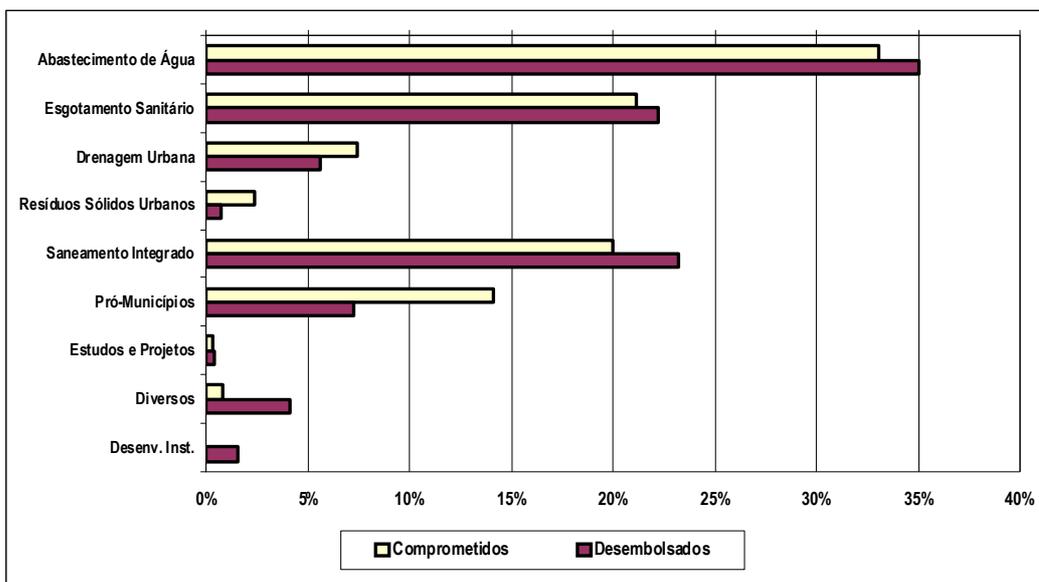
* Na modalidade "diversos" não foi possível calcular o número de famílias beneficiadas em função da amplitude de unidades de medida para as iniciativas contabilizadas.

** Optou-se por não incluir o número total de famílias beneficiadas, dada a possibilidade de duplicação, já que uma mesma família pode estar sendo beneficiada por investimentos realizados em mais de uma modalidade.

O Gráfico 9 mostra a distribuição percentual total dos gastos realizados em 2009 por modalidade, segundo a categoria de gasto. Pode-se perceber, dentre os valores comprometidos, a priorização das ações de abastecimento de água, com 33,0% do total de recursos comprometidos, seguidas por intervenções em esgotamento sanitário, responsáveis por 21,1% dos valores comprometidos. Em relação ao ano de 2008, pôde-se observar o crescimento dos valores comprometidos em ações da modalidade de Resíduos Sólidos, que teve um aumento de 146% dos recursos comprometidos na modalidade.

Em relação aos totais desembolsados, as principais modalidades contempladas foram: abastecimento de água (35,0%), saneamento integrado (23,2%) e esgotamento sanitário (22,2%). É possível observar significativo crescimento nos desembolsos da modalidade de abastecimento de água, que em 2008, respondia por 28,8% dos desembolsos.

Gráfico 9 - Valores comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2009 por modalidade - (% em relação ao total)



2.1.5 Evolução dos Gastos Comprometidos e Desembolsados

A Tabela 15 apresenta os valores históricos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico desde o ano de 2003, atualizados pelo IGP-DI para o ano de 2009.

Tabela 15 - Gastos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico (em valores históricos de 2003 a 2009)

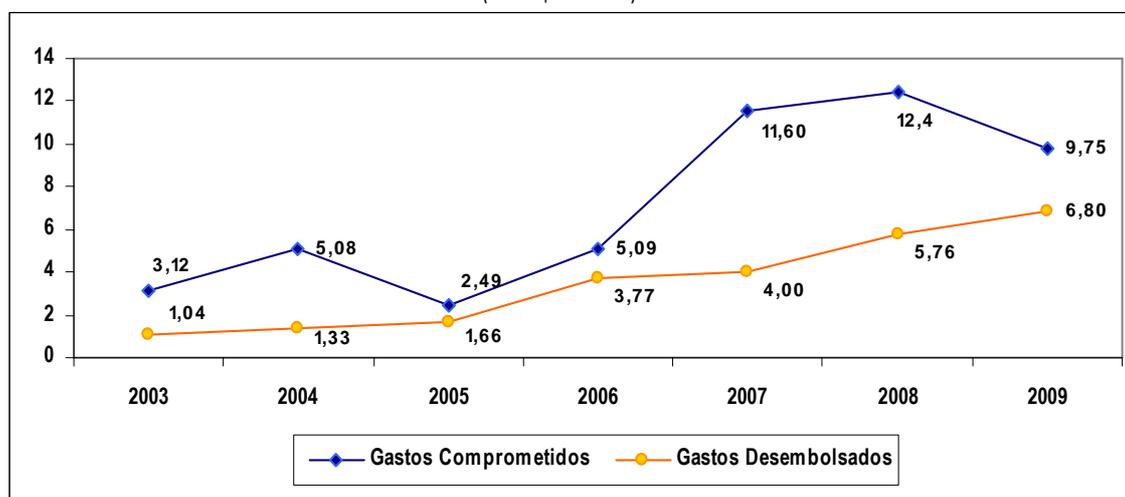
ANO	COMPROMETIDOS (R\$)			DESEMBOLSADOS (R\$)		
	Financiamentos	OGU	Total	Financiamentos	OGU	Total
2003	1.668.985.331,90	551.538.773,64	2.220.524.105,54	119.025.437,76	619.662.218,19	738.687.655,95
2004	2.857.529.020,48	1.103.793.780,02	3.961.322.800,50	329.572.192,15	704.576.107,11	1.034.148.299,26
2005	53.856.562,77	2.004.748.837,21	2.058.605.399,98	575.091.370,82	799.186.508,57	1.374.277.879,39
2006	1.823.215.881,01	2.451.828.882,89	4.275.044.763,90	1.734.863.874,96	1.430.599.979,05	3.165.463.854,01
2007	5.304.435.865,19	4.940.512.277,00	10.244.948.142,19	1.718.163.799,83	1.810.617.261,95	3.528.781.061,78
2008	6.225.356.185,82	5.971.220.657,52	12.196.576.843,34	2.209.028.967,80	3.446.691.212,35	5.655.720.180,15
2009	3.169.811.384,37	6.582.217.562,99	9.752.028.947,36	3.257.138.218,14	3.547.356.068,47	6.804.494.286,61
TOTAL	21.103.190.231,54	23.605.860.771,27	44.709.051.002,81	9.942.883.861,46	12.358.689.355,69	22.301.573.217,15

A evolução dos valores comprometidos e desembolsados para o saneamento básico desde 2003, com correção monetária pelo IGP-DI da FGV para o ano de 2009, disponível no Gráfico 10, demonstra os avanços do Governo Federal na retomada das contratações de operações de crédito e repasses com recursos do OGU. O gráfico revela que os valores comprometidos nos anos entre 2007 e 2009 (média dos três anos) é 185% superior aos valores dos compromissos de gastos apurados entre 2003 a 2006 (média dos quatro anos), já atualizados pelo IGP-DI para o ano de 2009. Esse notável incremento de recursos investidos no

setor a partir de 2007 está associado à implementação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC para o setor de saneamento básico.

Em relação aos desembolsos, a melhoria do desempenho dos valores desembolsados em 2009 é resultado da ampliação das contratações realizadas a partir de 2007, fruto da prioridade conferida ao PAC. Na comparação com os anos de 2003 a 2006, os valores médios desembolsados entre 2007 e 2009 são 183% superiores aos valores médios apurados nos quatro anos anteriores, já corrigidos pelo IGP-DI para o ano de 2009. O valor apurado em 2009 é 18% superior ao desembolsado em 2008. Esse resultado é, por um lado, decorrência do aumento expressivo da disponibilidade de recursos proporcionada pelo PAC, que além de ampliar consideravelmente a oferta de recursos para a contratação de novos investimentos, impede que os empreendimentos incluídos no Programa estejam sujeitos aos efeitos dos contingenciamentos orçamentários e financeiros.

Gráfico 10 - Evolução dos gastos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico*
(Em R\$ bilhões)

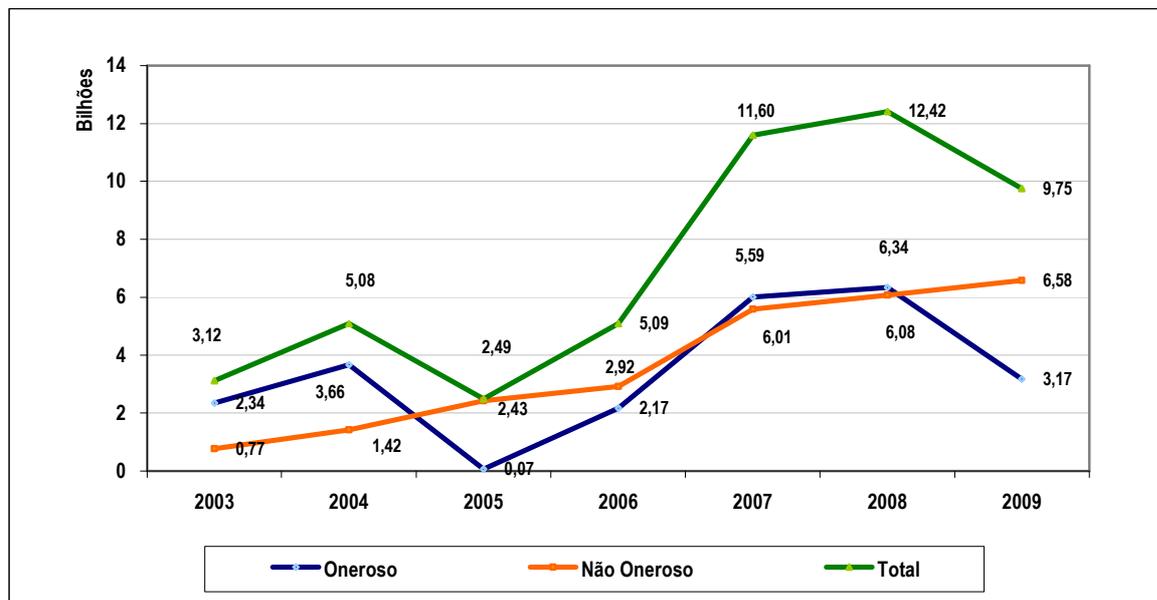


* As séries foram indexadas pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2009

2.1.5.1 Evolução dos Gastos Comprometidos e Desembolsados por Fonte de Recursos

Na análise da evolução dos valores comprometidos por ano, referentes a contratos assinados entre 2003 e 2009, disponíveis no Gráfico 11, atualizados pelo IGP-DI para o ano de 2009, observa-se que no ano de 2009 os recursos não onerosos foram a principal fonte de gastos comprometidos, 100% superiores aos valores comprometidos com recursos onerosos.

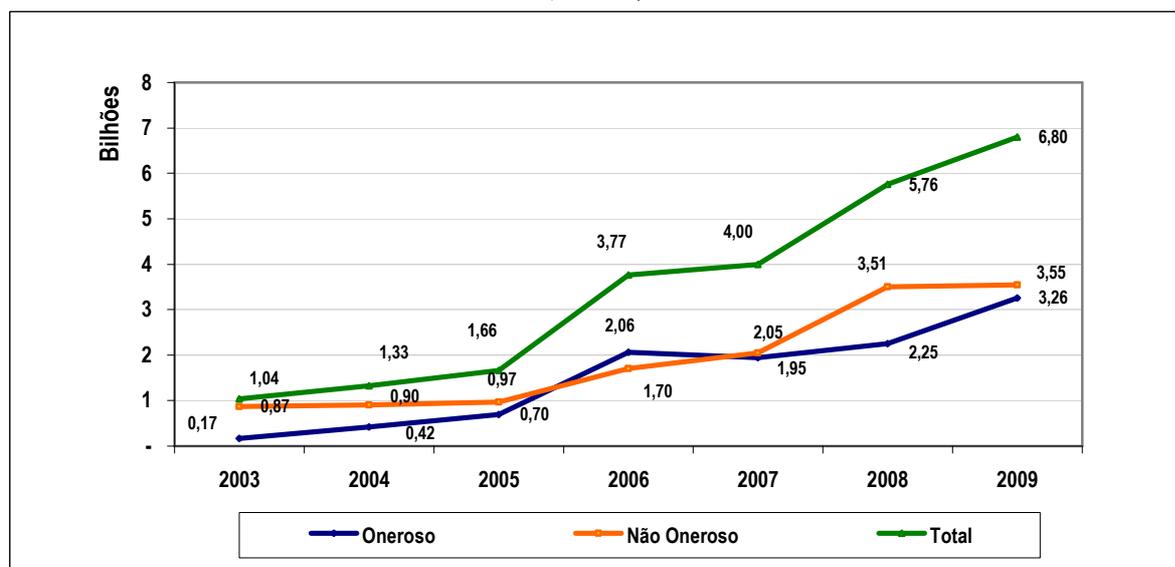
Gráfico 11 - Evolução dos gastos comprometidos em iniciativas de saneamento básico - 2003 a 2009* (Em R\$ bilhões)



* Valores atualizados pelo IGP-DI para o ano de 2009

Na análise da evolução dos valores desembolsados por ano, referentes a contratos assinados entre 2003 e 2009, atualizados pelo IGP-DI para o ano de 2009, observa-se um incremento de 18% nos valores desembolsados no ano de 2009, em relação ao ano de 2008. A partir da análise dos dados do Gráfico, observa-se que os recursos não onerosos (OGU) foram ligeiramente superiores aos recursos oriundos de empréstimos. Nota-se que os desembolsos com recursos de empréstimos cresceram 45% em relação ao ano de 2008, enquanto os desembolsos com recursos do OGU cresceram cerca de 1%.

Gráfico 12 - Evolução dos gastos desembolsados em iniciativas de saneamento básico - 2003 a 2009* (Em R\$ bilhões)



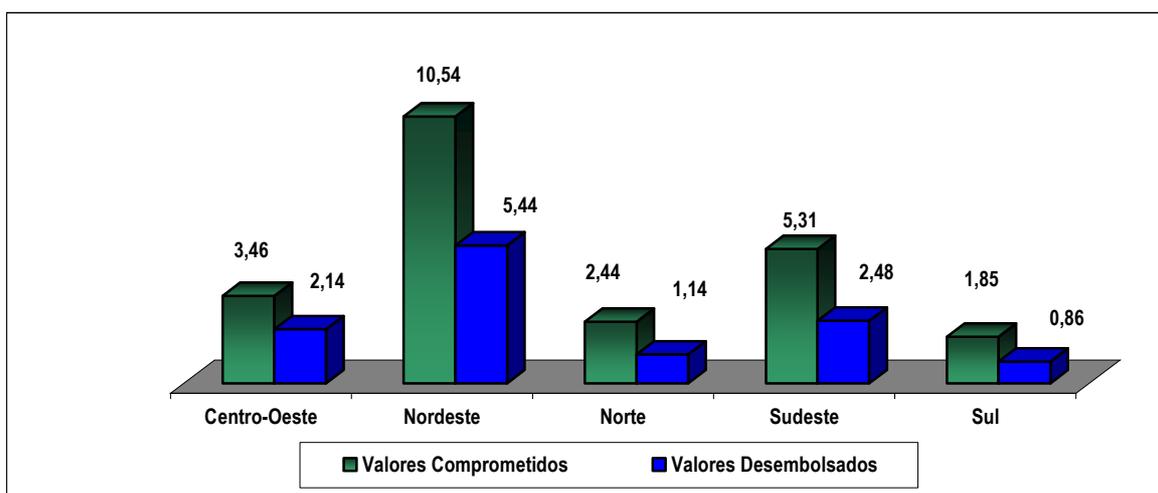
* Valores atualizados pelo IGP-DI para o ano de 2009

2.1.5.2 Evolução dos Gastos Comprometidos e Desembolsados por Região

A análise dos valores comprometidos e desembolsados com recursos do OGU referentes a contratos assinados entre o Governo Federal e os entes federados, entre os anos de 2003 e 2009, mostra a importância dos recursos não onerosos para a Região Nordeste. A priorização da destinação de recursos para a Região revela a atuação estratégica governamental que visa melhorar as situações sanitárias de áreas que, além de apresentarem os piores indicadores de acesso aos serviços, têm menor capacidade de acesso aos recursos de financiamentos.

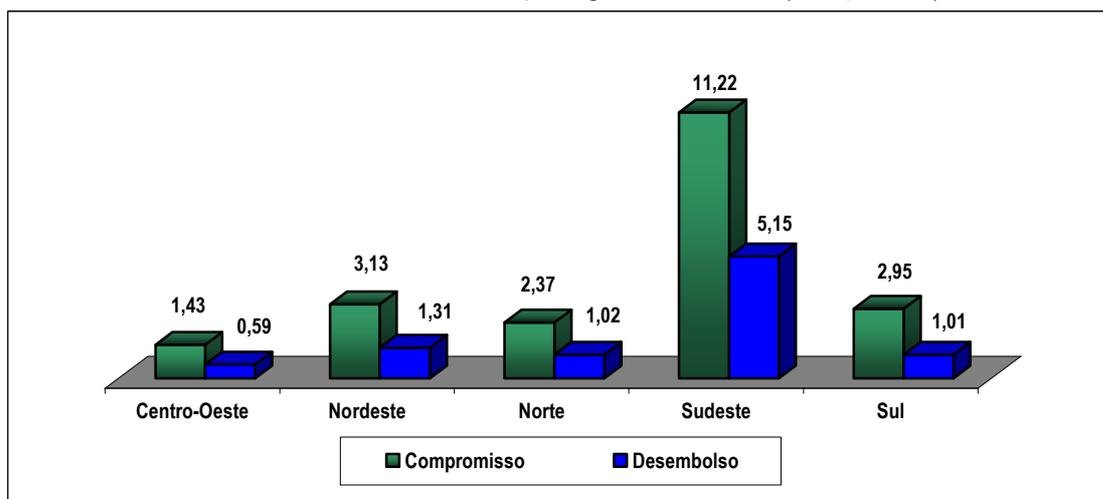
O Gráfico 13 mostra, em valores históricos, que a Região Nordeste foi beneficiada por 44,65% dos valores comprometidos (R\$ 10,5 bilhões) e 44,07% dos desembolsos (R\$ 5,4 bilhões) com recursos do OGU, entre os anos de 2003 a 2009.

Gráfico 13 - Valores Totais comprometidos e desembolsados com recursos do OGU em iniciativas de saneamento básico, por Região – 2003 a 2009 (Em R\$ bilhões)



A análise dos valores comprometidos e desembolsados com recursos de financiamentos referentes a contratos assinados entre os anos de 2003 e 2009 mostra a concentração da destinação dos recursos onerosos na Região Sudeste. A priorização da destinação de recursos para a Região é resultado dos critérios adotados para acesso aos recursos de financiamentos, que privilegiam as áreas com maior dinamismo econômico. O Gráfico 14 mostra, em valores históricos, que a região Sudeste foi beneficiada por 53,18% dos valores comprometidos (R\$ 11,22 bilhões) e 56,72% dos desembolsos (R\$ 5,15 bilhões) com recursos de financiamentos, de 2003 a 2009.

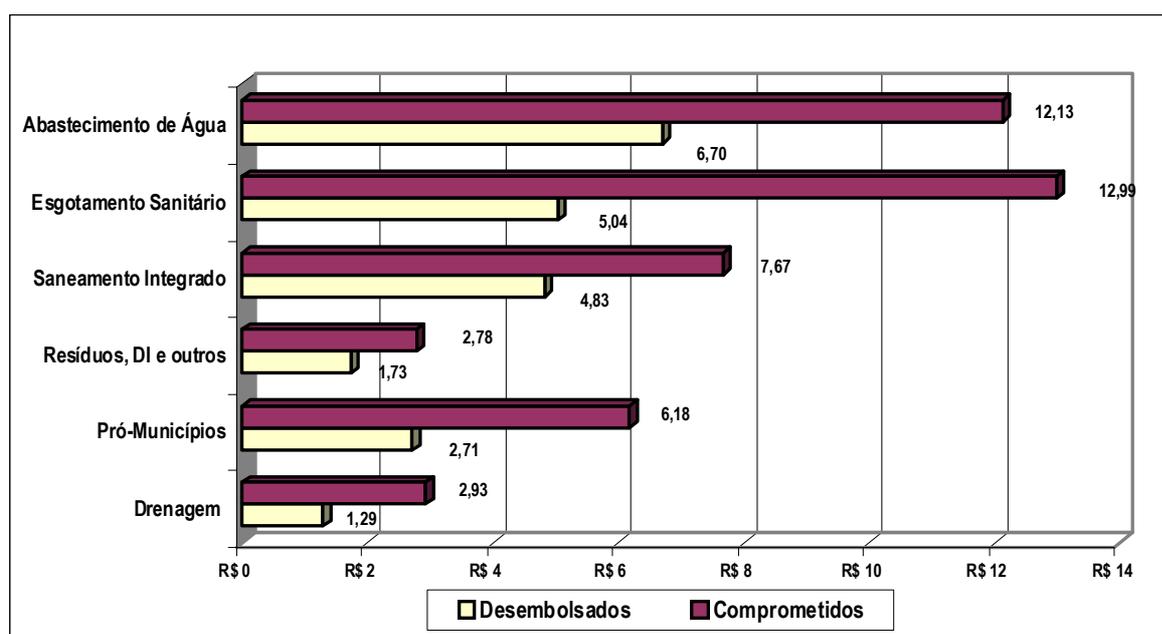
Gráfico 14 - Valores Totais comprometidos e desembolsados com recursos de financiamentos em iniciativas de saneamento básico, por região – 2003 a 2009 (Em R\$ bilhões)



2.1.5.3 Evolução dos Gastos Comprometidos e Desembolsados por Modalidade

A análise dos valores comprometidos e desembolsados totais por modalidade mostra que, entre os anos de 2003 e 2009, foram priorizadas as intervenções destinadas ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário. O Gráfico 15 mostra, em valores históricos, que à modalidade de abastecimento de água foram destinados 27,1% dos valores comprometidos e 30,0% dos valores desembolsados entre 2003 a 2009. À modalidade de esgotamento sanitário foram destinados 29,1% dos gastos comprometidos e 22,6% dos gastos desembolsados no período.

Gráfico 15 - Valores totais comprometidos e desembolsados com em iniciativas de saneamento básico, por modalidade – 2003 a 2009 (Em R\$ bilhões)



* DI: Desenvolvimento Institucional

3 EXECUÇÃO FÍSICA DOS EMPREENDIMENTOS

O acompanhamento da execução física dos empreendimentos visa disponibilizar alguns indicadores da execução acumulada dos investimentos em saneamento básico contratados entre os anos de 1988 e 2009, para os contratos de empréstimo, e, de 1996 a 2009, para os contratos de repasse (assinados com recursos orçamentários). Assim, o objetivo principal da seção é possibilitar a análise sintética do andamento físico dos empreendimentos apoiados com recursos federais e dos fundos financiadores ao término do exercício financeiro de 2009.

Com esse intuito, apresenta-se, inicialmente, a situação geral dos investimentos apoiados e/ou financiados com recursos do Orçamento Geral da União e de empréstimos (recursos do FAT e do FGTS). Esse tópico inclui a classificação dos empreendimentos segundo o estágio de execução: empreendimentos não iniciados, em andamento e já concluídos, considerando-se somente os valores aportados pela União a título de repasse ou empréstimo.

Em seguida, são detalhados os investimentos que compõem a carteira de investimentos da União no setor de saneamento no ano de 2009. Essa carteira inclui o rol de contratos vigentes ao final do exercício (inclusive com empreendimentos não iniciados e em andamento), sob gestão do MCidades e dos fundos financiadores, independentemente do ano de assinatura do contrato. Os investimentos da carteira vigente excluem contratos já finalizados ao término do ano. Vale mencionar que, na carteira, estão incluídos os valores das contrapartidas dos proponentes. Na seqüência, estão reunidas as informações sobre a situação dos empreendimentos da carteira, tomando-se como referência o final do exercício de 2009, classificando-os em: em andamento, concluídos e iniciados.

As informações apresentadas estão organizadas por Grande Região, por modalidade de intervenção, por origem dos recursos e por ano de assinatura dos contratos. Para facilitar a leitura e compreensão de alguns termos utilizados ao longo da seção, apresenta-se, a seguir, sumário com os principais conceitos utilizados:

- Empreendimentos iniciados no exercício de 2009: referem-se a empreendimentos iniciados no exercício, independente do ano de assinatura do contrato. Inclui os empreendimentos concluídos e exclui os empreendimentos não iniciados.
- Empreendimentos em andamento no exercício de 2009: refere-se a empreendimentos já iniciados, independente do ano de início e do ano de assinatura do contrato. Exclui os empreendimentos concluídos.
- Empreendimentos concluídos no exercício de 2009: refere-se a empreendimentos concluídos no ano de exercício de 2009, independente do ano de assinatura do contrato.

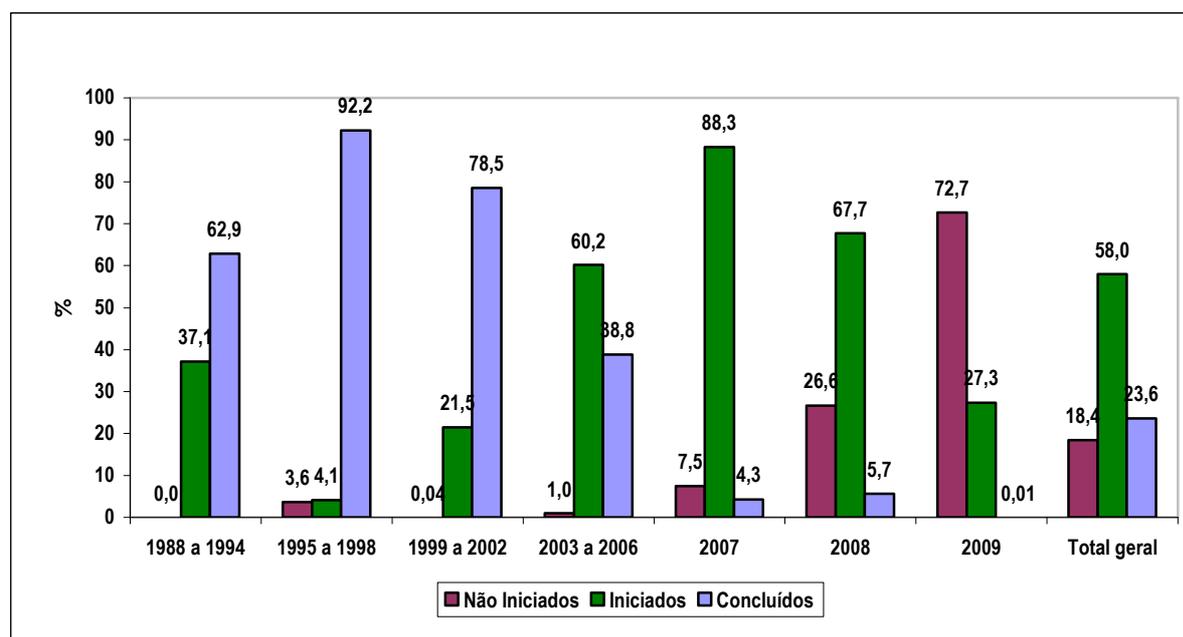
Embora a execução das obras do setor seja, por sua natureza, plurianual, especialmente por se tratar de empreendimentos que, em geral, envolvem quantia expressiva de investimentos com um longo tempo de maturação, a tentativa de reunir e monitorar a execução dos investimentos que compõem o montante dos contratos vigentes em sucessivos períodos é um esforço importante para dimensionar e comparar a evolução da aplicação dos recursos públicos.

3.1 Situação Geral dos Investimentos

O Gráfico 16 mostra a situação geral, em dezembro de 2009, das intervenções em saneamento básico realizadas com aporte de recursos da União, segundo o ano da assinatura dos contratos de repasse ou empréstimo. Inclui, portanto, informações dos valores históricos dos contratos de empréstimo firmados entre 1988 e 2009 e de contratos de repasse e termos de compromisso¹³ assinados entre 1996 e 2009, entre a União e os Estados, Distrito Federal, Municípios e prestadores de serviços, excluindo-se os valores aportados a título de contrapartida pelos proponentes. Os investimentos realizados no período, que ultrapassam R\$ 45 bilhões, em valores históricos, foram classificados ao final de 2009 segundo a seguinte situação: 18,45% não foram iniciados, 57,9% estavam em andamento e 23,6% foram concluídos.

Observa-se que, em 2009, em relação aos investimentos contratados entre 2003 e 2006, 38,8% tiveram seus empreendimentos concluídos, 60,2% estavam em fase de obras e restavam 1% ainda não iniciados. Dentre os investimentos contratados em 2007, 7,5% não haviam iniciados, 88,3% estavam em andamento e 4,3% foram concluídos. Em relação aos investimentos contratados no ano de 2008, 67,7% estavam em andamento, 26,6% não foram iniciados e 5,7% foram concluídos. Já em relação aos investimentos contratados no ano de 2009, 27,3% estavam em andamento, 72,7% não foram iniciados e menos de 1% foram concluídos.

Gráfico 16 - Situação geral dos investimentos em saneamento sob gestão do Ministério das Cidades, em dezembro de 2009, por ano de contratação



As Tabelas 16 e 17 detalham a situação geral dos investimentos em saneamento sob gestão do MCidades, em valores (Tabela 16) e em quantidade de operações (Tabela 17), segundo o ano de contratação e situação dos empreendimentos.

¹³ Termo de Compromisso: instrumento administrativo de transferência obrigatória de recursos financeiros que se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União, de acordo com a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

Gasto Público em Saneamento Básico - 2009

Tabela 16 - Situação geral dos investimentos em saneamento sob gestão do MCidades, em dezembro de 2009, por ano de contratação

Situação dos Empreendimentos Contratados	Valores de investimentos da União por ano de contratação (Em R\$ milhões)															
	1988 a 1994		1995 a 1998		1999 a 2002		2003 a 2006		2007		2008		2009		Total	
	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%
Concluídos	1.449	62,9	2.879	92,2	2.222	78,5	2.989	38,8	592	4,3	489	5,7	1	0,0	10.620	23,59
Em Andamento	856	37,2	129	4,1	608	21,5	4.635	60,2	12.212	88,3	5.857	67,7	1.795	27,3	26.092	57,96
Não Iniciados	0	0	114	3,7	1	0,5	78	1,0	1.032	7,5	2.303	26,6	4.777	72,7	8.305	18,45
TOTAL	2.305	100	3.121	100	2.831	100	7.703	100	13.836	100	8.648	100	6.572	100	45.017	100

Em relação ao número total de contratos assinados entre 1988 e 2009 (35.548) disponíveis na Tabela 17, observa-se que ao final do exercício de 2009, 19,81% dos contratos não tiveram as obras iniciadas, 15,21% estavam em andamento e 64,98% foram concluídos.

Os contratos assinados em 2007 e que não tiveram obras iniciadas correspondiam a 20,18% das operações; os que estavam em andamento representavam 44,44% das operações; e os contratos concluídos eram equivalentes a 35,38% das operações. Os investimentos contratados em 2008 que estavam em andamento correspondiam a 29,96% das operações, os investimentos não iniciados correspondiam a 57,31% das operações e os concluídos correspondiam a um percentual equivalente 12,73% das operações. Dos investimentos contratados em 2009, 2,38% das operações estavam em andamento, os investimentos não iniciados correspondiam a 97,48% das operações e os concluídos representavam 0,14% das operações.

Tabela 17 - Situação geral dos contratos sob gestão do MCidades, em dezembro de 2009, por ano de contratação

Situação dos empreendimentos contratados	QUANTIDADE DE CONTRATOS POR ANO DE CONTRATAÇÃO															
	1988 a 1994		1995 a 1998		1999 a 2002		2003 a 2006		2007		2008		2009		Total geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Concluídos	107	84,25	7.473	98,47	5.960	98,24	7.279	80,97	1.730	35,38	544	12,73	5	0,14	23.098	64,98
Em Andamento	20	15,75	104	1,37	105	1,73	1.638	18,22	2.173	44,44	1.281	29,96	86	2,38	5.407	15,21
Não Iniciados	0	0,00	12	0,16	2	0,03	73	0,81	987	20,18	2.450	57,31	3.519	97,48	7.043	19,81
TOTAL	127	100	7.589	100	6.067	100	8.990	100	4.890	100	4.275	100	3.610	100	35.548	100

Do total de contratos firmados (35.548), 35% (12.450) permanecem ativas, demandando providências gerenciais e administrativas do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal.

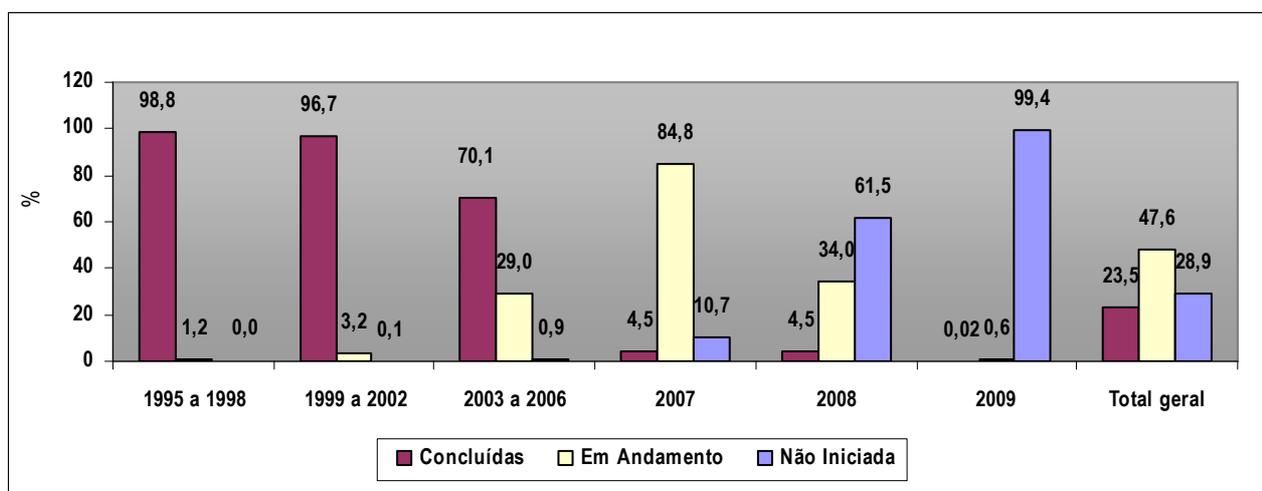
3.1.1 Situação geral dos investimentos apoiados com recursos do OGU (Não Onerosos)

O Gráfico 17 disponibiliza as informações da situação geral, ao término de 2009, dos investimentos contratados com recursos do OGU entre os anos de 1995 a 2009. A partir dos dados do gráfico e da Tabela 18, observa-se que, do montante total de investimentos realizados no período (R\$ 19,5 bilhões), 28,91% dos investimentos não tinham sido iniciados, 47,61% estavam em andamento e 23,48% foram concluídos.

Ao término de 2009, dos investimentos contratados entre 2003 e 2006, 70,1% tiveram as obras concluídas; 29% estavam em fase de obras; e, restavam 0,9% não iniciados. Dos

investimentos contratados em 2007, 10,7% das obras não foram iniciadas; 84,8% estavam em andamento; e, 4,5% tiveram as obras concluídas. Em relação aos contratos assinados em 2008, 34% estavam em andamento; 61,5% não foram iniciados; e, 4,5% foram concluídos. Já em relação aos contratos firmados no ano de 2009, 99,4% não foram iniciados. Esse elevado percentual de investimentos não iniciados explica-se em virtude do tempo de maturação necessário para o início das obras. Ou seja, depois de assinados os contratos de investimentos, são necessárias providências relacionadas aos projetos de engenharia, titularidade das áreas de intervenção, licenciamentos ambientais e procedimentos licitatórios.

Gráfico 17 - Situação geral dos investimentos apoiados com recursos do OGU, sob gestão do MCidades, por ano de contratação



A Tabela 18 detalha o resumo da situação, em dezembro de 2009, dos investimentos de saneamento básico contratados com recursos orçamentários, por ano de contratação, em valores históricos.

Tabela 18 - Situação geral dos investimentos apoiados com recursos do OGU, sob gestão do MCidades, por ano de contratação

Situação dos empreendimentos - OGU	VALORES DE INVESTIMENTOS DA UNIÃO POR ANO DE CONTRATAÇÃO (R\$ MILHÕES)													
	1995 a 1998		1999 a 2002		2003 a 2006		2007		2008		2009		Total geral	
	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%
Concluídos	1.271	98,81	1.417	96,71	1.371	70,09	423	4,52	89	4,47	1	0,02	4.572	23,48
Em Andamento	15	1,18	47	3,22	567	28,98	7.943	84,77	676	33,98	21	0,61	9.269	47,61
Não Iniciados	0,1	0,00	1	0,07	18	0,93	1.004	10,71	1.225	61,55	3.381	99,37	5.629	28,91
TOTAL (R\$/%)	1.286	100	1.466	100	1.956	100	9.370	100	1.991	100	3.403	100	19.471	100
TOTAL (%)	6,6		7,5		10,0		48,1		10,2		17,5		100	
Valor Médio de Investimento por contrato (R\$ Milhões)	0,12		0,25		0,23		2,05		0,53		0,99		0,60	

A Tabela 19 mostra o resumo da situação, em dezembro de 2009, do número total de contratos de saneamento básico assinados com recursos orçamentários entre 1995 e 2009. Observa-se que, do montante total de contratos de investimentos assinados (32.454), desse total, 6.768 não tiveram obras iniciadas (20,85%), 4.196 estavam com obras em andamento (12,93%) e 21.490 foram concluídos (66,22%).

Tabela 19 - Situação dos empreendimentos apoiados com recursos do OGU (MCidades) por ano de contratação

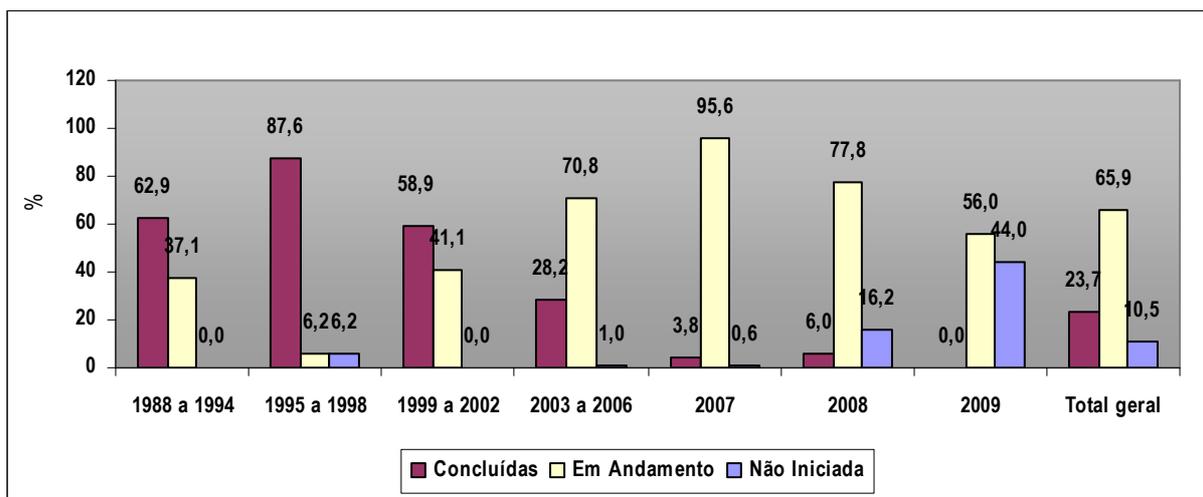
Situação dos empreendimentos - OGU	QUANTIDADE DE CONTRATOS POR ANO DE CONTRATAÇÃO													
	1995 a 1998		1999 a 2002		2003 a 2006		2007		2008		2009		Total geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Concluídos	6.448	99,34	5.792	98,77	7.022	84,54	1.706	37,35	517	13,67	5	0,15	21.490	66,22
Em Andamento	42	0,65	70	1,19	1.214	14,62	1.882	41,21	969	25,62	19	0,55	4.196	12,93
Não Iniciados	1	0,02	2	0,03	70	0,84	979	21,44	2.296	60,71	3.420	99,30	6.768	20,85
TOTAL	6.491	100	5.864	100	8.306	100	4.567	100	3.782	100	3.444	100	32.454	100
TOTAL (%)	20,0		18,1		25,6		14,1		11,7		10,6		100	

3.1.2 Situação geral dos investimentos financiados com recursos do FGTS/FAT (Onerosos)

O Gráfico 18 disponibiliza as informações da situação geral dos investimentos contratados com recursos de financiamentos entre os anos de 1988 a 2009. Observa-se que, em 2009, do montante total de investimentos contratados (R\$ 25,5 bilhões), 10,5% das obras não foram iniciadas, 65,9% estavam em andamento e 23,7% foram concluídas.

Ao término de 2009, dos investimentos contratados entre 2003 até 2006, 28,2% tiveram suas obras concluídas; 70,8% estavam em fase de obras; e, restavam 1,0% não iniciados. Dos investimentos contratados em 2007, 0,6% das obras não foram iniciadas; 95,6% estavam em andamento; e, 3,8% estavam concluídas. Dos investimentos contratados em 2008, 77,8% estavam em andamento; 16,2% não foram iniciados; e, 6% estavam concluídos. Já em relação aos investimentos contratados em 2009, 56,0% estavam em andamento e 44,0% não foram iniciados.

Gráfico 18 - Situação geral dos investimentos financiados com recursos do FGTS/FAT, por ano de contratação



A Tabela 20 detalha o resumo da situação, em dezembro de 2009, dos investimentos em saneamento básico contratados com recursos de financiamentos, por ano de contratação, em valores históricos.

Tabela 20 - Situação dos empreendimentos financiados com recursos (FGTS/FAT), sob gestão do MCidades, por ano de contratação

Situação dos empreendimentos - Empréstimos	VALORES DE INVESTIMENTOS DA UNIÃO POR ANO DE CONTRATAÇÃO															
	1988 a 1994		1995 a 1998		1999 a 2002		2003 a 2006		2007		2008		2009		Total geral	
	Milhões (R\$)	%	Milhões (R\$)	%	Milhões (R\$)	%	Milhões (R\$)	%	Milhões (R\$)	%	Milhões (R\$)	%	Milhões (R\$)	%	Milhões (R\$)	%
Concluídos	1.449	62,8	1.608	87,6	805	58,9	1.618	28,2	169	3,8	400	6,0	0	0,0	6.048	23,7
Em Andamento	856	37,1	113	6,2	561	41,1	4.069	70,8	4.269	95,6	5.180	77,8	1.774	56,0	16.822	65,8
Não Iniciados	0	0,0	114	6,2	0	0,0	60	1,0	28	0,6	1.078	16,2	1.396	44,0	2.676	10,5
TOTAL	2.305	0	1.835	100	1.365	100	5.747	100	4.466	100	6.658	100	3.170	100	25.546	100
TOTAL (%)	9,0		7,2		5,3		22,5		17,5		26,1		12,4		100,0	
Valor Médio de Investimento por contrato (R\$ Milhões)	18,15		1,67		6,72		8,41		13,83		13,50		19,01		8,26	

Observa-se que a porcentagem de empreendimentos concluídos, financiados com recursos do OGU, especialmente nos período de 1995 a 1998 e 1999 e 2002, são em média 10% superiores aos empreendimentos financiados com recursos do FGTS/FAT.

A Tabela 21 mostra a situação resumida, em dezembro de 2009, do número total de contratos de saneamento básico assinados com recursos de financiamentos entre 1988 e 2009. Observa-se que, do montante total de contratos de investimentos assinados (3.094), em 2009, 275 não tinham sido iniciados, 1.211 estavam em andamento e 1.608 foram concluídos.

Tabela 21 - Situação dos contratos assinados com recursos de financiamentos (FGTS/FAT), sob gestão do MCidades, por ano de contratação

SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS - Empréstimos	QUANTIDADE DE CONTRATOS POR ANO DE CONTRATAÇÃO															
	1988 a 1994		1995 a 1998		1999 a 2002		2003 a 2006		2007		2008		2009		Total geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Concluídos	107	84,25	1.025	93,35	168	82,76	257	37,57	24	7,43	27	5,48	0	0,00	1.608	51,97
Em Andamento	20	15,75	62	5,65	35	17,24	424	61,99	291	2,10	312	63,29	67	40,36	1.211	39,14
Não Iniciados	0	0,00	11	1,00	0	0,00	3	0,44	8	0,06	154	31,24	99	59,64	275	8,89
TOTAL	127	100	1.098	100	203	100	684	100	323	100	493	100	166	100	3.094	100
TOTAL (%)		4,1		35,5		6,6		22,1		10,4		15,9		5,4		100,0

3.2 Carteira de Investimentos (1988 a 2009)

A análise dos recursos que compõe a carteira de investimentos no período de 1988 a 2009 fornece um indicativo importante para o dimensionamento do montante de investimentos em curso no setor de saneamento no período, que estão sob a gestão do MCidades e dos fundos financiadores. A carteira de investimentos engloba os contratos vigentes ao final do exercício de 2009, correspondentes a investimentos apoiados e/ou financiados com recursos orçamentários¹⁴ e dos fundos financiadores (FAT e FGTS) para o setor de saneamento básico. Portanto, na carteira de investimentos, são excluídos os contratos de investimentos já

¹⁴ Considerou-se somente os empreendimentos gerenciados pelo MCidades.

concluídos ao final do ano de 2009 e são incluídos os valores aportados a título de contrapartida pelos proponentes.

A carteira de investimentos, ao final de 2009, perfazia um montante de R\$ 44,3 bilhões em investimentos em um total de 12.450 contratos vigentes. Destaca-se que a contrapartida correspondia a 22,52% do valor total dos investimentos.

Vale ressaltar que a carteira de investimentos em saneamento básico inclui também os contratos de investimentos firmados em anos anteriores e com obras ainda não concluídas. Assim, a carteira de investimentos vigente em 2009 contava com 20 contratos firmados antes do ano de 1995, equivalentes a um total de R\$ 868 milhões (1,96% dos investimentos); 116 contratos firmados entre os anos de 1995 e 1998, equivalentes a R\$ 311 milhões (0,70% dos investimentos); 107 contratos firmados entre os anos de 1999 e 2002 (4,73% dos investimentos); e 1.711 contratos assinados entre 2003 e 2006 (14,64% dos investimentos), equivalentes a R\$ 6,5 bilhões. É possível observar que a maior parte dos investimentos que compõem a carteira de investimentos do MCidades foi contratada a partir de 2007 (78% do total), especialmente em virtude do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, que responde por 62,6% dos investimentos da carteira. No ano de 2007, foram contratadas 3.160 operações, que equivalem a investimentos de R\$16,5 bilhões (37,37% do total). No ano de 2008, foram assinados 3.731 contratos no valor de R\$10,5 bilhões (23,71% da carteira). Por fim, em 2009, foram assinados 3.605 contratos que totalizam investimentos de R\$ 7,5 bilhões (16,89%).

A Tabela 22 detalha os investimentos e operações que compõem a carteira de investimentos vigente no ano de 2009, segundo o ano de assinatura do contrato.

Tabela 22 - Carteira de investimentos vigente, por ano de assinatura do contrato

ANO DE CONTRATAÇÃO	VALORES DE INVESTIMENTOS (VI)					Operações	
	VI Totais*		VI da União**		Contrapartida	Nº	%
	Milhões (R\$)	%	Milhões (R\$)	%			
1988 - 1994	868	1,96	856	2,49	1,33	20	0,16
1995 - 1998	311	0,70	242	0,70	21,97	116	0,93
1999 - 2002	2.094	4,73	609	1,77	70,81	107	0,86
2003 - 2006	6.484	14,64	4.714	13,70	27,25	1.711	13,74
2007	16.545	37,37	13.244	38,50	20,33	3.160	25,38
2008	10.497	23,71	8.159	23,72	22,60	3.731	29,97
2009	7.478	16,89	6.572	19,11	12,12	3.605	28,96
TOTAL	44.278	100	34.397	100	22,52	12.450	100

* Inclui as contrapartidas dos Estados, Distrito Federal, Municípios e prestados de serviço.

** O valor de investimento da União corresponde à parcela do investimento contratado cujos recursos são aportados pelo Governo Federal, por meio de repasse ou empréstimos. Não inclui a parcela aportada a título de contrapartidas.

3.2.1 Carteira de Investimentos por Região e por Fonte de Recursos

A Tabela 23 detalha a distribuição da carteira de investimentos (operações e valores de investimento) e os valores médios por operação dos contratos de empréstimo (FAT e FGTS) e de repasse da União, por Região Administrativa e por Fonte de Recursos, no período de 1988 a 2009.

Observa-se que aproximadamente 61% dos investimentos da carteira são oriundos de empréstimos, com predominância de recursos do FGTS, correspondente a 59,87% dos empréstimos totais contratados.

Em relação ao número de operações, 88% do número total de contratos correspondem a empreendimentos apoiados com recursos do OGU, o que faz com que o valor médio de investimento por operação do OGU seja cerca de 11,5 vezes inferior em relação às operações contratadas com recursos de empréstimos (FGTS e FAT). Enquanto o valor médio dos empreendimentos da carteira de investimentos com recursos orçamentários é de R\$ 1,58 milhões, o valor médio dos empreendimentos da carteira com recursos de empréstimos é de R\$ 18,11 milhões.

Além disso, é possível observar que a Região Norte apresenta um maior valor médio por operação de R\$ 6,8 milhões, que representa quase o dobro do valor médio global, que é de R\$ 3,56 milhões. Por outro lado, a Região Nordeste apresenta o menor valor médio por operação, de R\$2,51 milhões.

Tabela 23 - Carteira de investimentos total (MCidades) e valores médios por operação e por Região

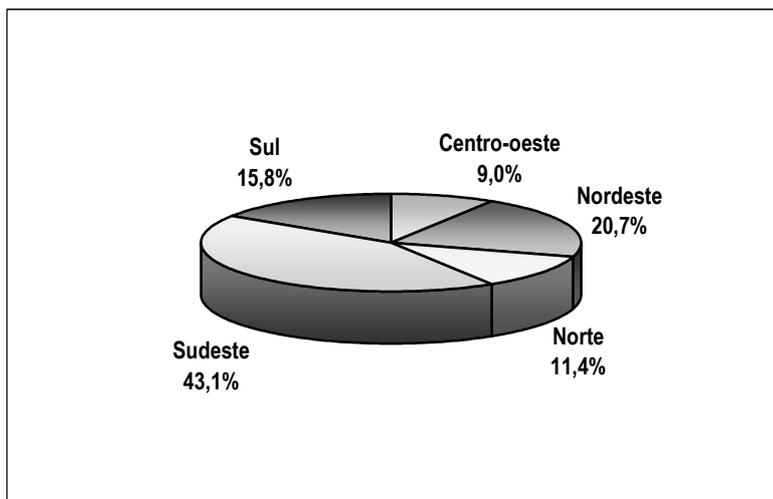
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS – MCIDADES								
REGIÃO	FIN (R\$ milhões)		OGU (R\$ milhões)		Total			
	VI*	VI* médio	VI*	VI* médio	VI*		Nº operações	VI médio (milhões R\$)
					(R\$ milhões)	%		
Centro-oeste	2.126	19,51	1.843	1,59	3.969	8,96	1.269	3,13
Nordeste	3.353	12,15	5.812	1,72	9.165	20,70	3.657	2,51
Norte	3.122	33,21	1.933	2,98	5.054	11,41	743	6,80
Sudeste	12.998	20,63	6.076	1,78	19.073	43,08	4.044	4,72
Sul	5.306	14,15	1.703	0,72	7.009	15,83	2.735	2,56
Nacional**	7	3,32	-	-	7	0,02	2	3,32
TOTAL	26.912	18,11	17.366	1,58	44.278	100	12.450	3,56
TOTAL (%)	60,78%		39,22%			100%		

* Valor de Investimento, que inclui a contrapartida de Estados e Municípios beneficiados

** Não discriminada por Região

O Gráfico 19 detalha a distribuição da carteira de investimentos por Região. A partir dos dados do gráfico, observa-se que grande parte dos investimentos que compõe a carteira está concentrada nas Regiões Sudeste (43,1%) e Nordeste (20,7%) do país.

Gráfico 19 - Distribuição da carteira de investimentos total (MCidades), por Região



3.2.2 Carteira de Investimentos por Modalidade

A Tabela 24 mostra a distribuição da carteira de investimentos (valores de investimentos e número de empreendimentos) dos contratos vigentes ao final do exercício de 2009, por modalidade de intervenção e por fonte de recursos.

Observa-se que há predominância de investimentos em empreendimentos das seguintes modalidades: esgotamento sanitário (25,5%), abastecimento de água (24,5%) e saneamento integrado (19,4%). No entanto, ao se considerar o número de operações, constata-se que essas modalidades, apesar de concentraram 69,4% dos recursos da carteira, concentram apenas 13,8% do total de contratos (6,5%; 5,4%; e, 1,8%, respectivamente). Ainda, a Tabela revela que iniciativas de saneamento, conjugadas com outras de desenvolvimento urbano (como pavimentação, drenagem, corredores de transporte, construção de habitações) reunidas na modalidade Pró-Infra/Pró-Municípios, cujos recursos são exclusivamente oriundos de emendas parlamentares, correspondem a 80,1% do número total das operações, mas representam apenas 10,2% dos investimentos totais.

Na análise da carteira de investimentos com recursos do OGU, observa-se que, a modalidade Pró-Infra/Pró-Municípios concentra 26,8% do valor do investimento, seguida pelo esgotamento sanitário (23,4%) e pelo saneamento integrado (23,3%). Já dentre os empréstimos, há predominância de investimentos na modalidade de abastecimento de água (34,6%), seguido de esgotamento sanitário (30,8%).

Tabela 24 - Carteira de investimentos total (MCidades) por modalidade e fonte de recursos

MODALIDADES	Investimentos Totais*		Operações Totais		Investimentos por fonte*					
					Contratos de Empréstimo (FIN)			Contratos de Repasse (OGU)		
	Milhões (R\$)	%	Nº	%	Milhões (R\$)	%	Nº	Milhões (R\$)	%	Nº
Abastecimento de água	10.836	24,47	677	5,44	6.745	34,59	457	2.002	13,44	220
Desenvolvimento institucional	878	1,98	82	0,66	736	3,77	79	17	0,11	3
Drenagem	3.752	8,47	324	2,60	1.530	7,85	126	1.822	12,23	198
Esgotamento sanitário	11.302	25,53	810	6,51	6.012	30,83	553	3.480	23,36	257
Outros	1.975	4,46	18	0,14	889	4,56	18	0	0,00	0
Estudos e projetos	166	0,37	174	1,40	85	0,44	81	58	0,39	93
Pró-Infra/Pró-municípios	4.519	10,21	9.974	80,11	0	0,00	0	4.000	26,85	9.974
Resíduos sólidos	2.264	5,11	162	1,30	749	3,84	60	51	0,34	102
Saneamento integrado	8.585	19,39	229	1,84	2.752	14,11	112	3.469	23,28	117
TOTAL	44.278	100	12.450	100	19.498	100	1.486	14.899	100	10.964

*Inclui a contrapartida de Estados e Municípios beneficiados

3.2.3 Carteira de Investimentos por Situação do Empreendimento

A Tabela 25 detalha a situação dos empreendimentos (não iniciados e em andamento) que compõem a carteira de investimentos do MCidades em 2009, detalhados por Região. A partir dos dados observa-se que, ao final de 2009, em média, 76,78% dos investimentos da carteira (R\$ 33,9 bilhões) referiam-se a empreendimentos que estavam em andamento, quantitativo equivalente a 43,4% dos contratos vigentes.

Tabela 25 - Situação dos empreendimentos da carteira de investimentos por Região

Região	Valores de Investimentos			Operações		
	Não Iniciados (%)	Em andamento (%)	Total* (milhões R\$)	Não Iniciados (%)	Em andamento (%)	Total (Nº)
Centro-Oeste	21,50	78,50	3.969	51,54	48,46	1.269
Nordeste	23,39	76,61	9.165	50,78	49,22	3.657
Norte	20,94	79,06	5.054	51,55	48,45	743
Sudeste	25,37	74,63	19.073	62,39	37,61	4.044
Sul	19,80	80,20	7.009	59,60	40,40	2.735
Nacional**	-	100,00	7	-	100,00	2
TOTAL	23,22	76,78	44.278	56,60	43,40	12.450

* Inclui a contrapartida de Estados e Municípios beneficiados

** Não discriminada por Região.

A Tabela 26 mostra a situação dos empreendimentos da carteira de investimentos por fonte de recurso. Observa-se que as obras em andamento com recursos de financiamentos representavam 51,91% da carteira de investimentos, no entanto, correspondiam a apenas 9,73% da quantidade total de contratos da carteira. Já as obras em andamento com recursos orçamentários comprometiam 24,87% da carteira e 33,67% do número de contratos.

Observa-se que, no total de operações, era bastante expressivo o percentual de contratos firmados com recursos orçamentários com obras ainda não iniciadas (54,39%).

Tabela 26 - Situação dos empreendimentos da carteira de investimentos por fonte de recursos

Fonte de Recurso	VALOR DE INVESTIMENTO*			NÚMERO DE OPERAÇÕES		
	Não Iniciados (%)	Em andamento (%)	Total* (milhões R\$)	Não Iniciados (%)	Em andamento (%)	Total (Nº)
Empréstimos	8,87	51,91	26.912	2,21	9,73	1.486
OGU	14,35	24,87	17.366	54,39	33,67	10.964
TOTAL	100		44.278	100		12.450

* Inclui a contrapartida de Estados e Municípios beneficiados

3.2.4 Empreendimentos da Carteira de Investimentos em Andamento

A Tabela 27 detalha os valores dos empreendimentos apoiados e/ou financiados com recursos da União e dos fundos financiadores que compõe a carteira de investimentos dos empreendimentos em andamento, segundo o ano de contratação. Exclui-se, portanto, os contratos assinados, mas com empreendimentos não iniciados (em fase de ação preparatória), bem como os empreendimentos concluídos em 2009.

Em dezembro de 2009 havia 5.403 contratos da carteira de investimentos com empreendimentos em fase de execução (em andamento), perfazendo um total de investimentos de R\$26,1 bilhões. Esses investimentos representavam 75,84% do total da carteira de investimentos, referentes a 43,40% do número total de contratos.

A carteira de investimentos com recursos do OGU corresponde ao montante dos valores dos repasses dos contratos e termos de compromissos firmados entre a União e os proponentes, o que não inclui as contrapartidas. A carteira dos financiamentos corresponde aos recursos aportados a título de empréstimos aos proponentes, excluindo-se, da mesma forma, as contrapartidas.

As informações da Tabela revelam que 6,1% dos investimentos da carteira dos empreendimentos em andamento ao final de 2009 foram contratados antes de 2003 (4,24% do total de operações); 17,77% dos investimentos foram contratados entre os anos de 2003 e 2006 (30,32% das operações); 46,79% dos investimentos foram contratados em 2007 (40,20% das operações), ano de implementação do PAC; 22,45% dos investimentos no ano de 2008 (23,65% dos contratos); e 6,88% dos investimentos em andamento foram contratados no ano de 2009 (1,59% das operações).

Tabela 27 - Carteira de investimentos da União e empreendimentos em andamento, segundo ano de contratação

Ano de Contratação	Carteira de Investimentos da União*				Operações				
	Total da Carteira**		Em andamento		Total da Carteira**		Em Andamento		% (Em Andamento/Contratados)
	Milhões (R\$)	Milhões (R\$)	%	% (Em Andamento/Contratados)	Nº	Nº	%		
1988 - 1994	856	856	3,28	100,00	20	20	0,37	100,00	
1995 - 1998	242	129	0,49	53,02	116	104	1,92	89,66	
1999 - 2002	609	608	2,33	99,84	107	105	1,94	98,13	
2003 - 2006	4.714	4.635	17,77	98,34	1711	1638	30,32	95,73	
2007	13.244	12.206	46,79	92,16	3160	2172	40,20	68,73	
2008	8.159	5.856	22,45	71,77	3.731	1278	23,65	34,25	
2009	6.572	1.795	6,88	27,31	3.605	86	1,59	2,39	
TOTAL	34.397	26.085	100	75,84	12.450	5.403	100	43,40	

* O valor de investimento da União corresponde à parcela do investimento contratado cujos recursos são aportados pelo Governo Federal, por meio de repasse ou empréstimos. Não inclui a parcela aportada a título de contrapartidas dos Estados e Municípios

** Inclui empreendimentos não iniciados e em andamento

a. Execução Física dos Empreendimentos em Andamento

Na Tabela 28, observa-se a distribuição do total dos investimentos e operações com empreendimentos em andamento por faixas de percentuais de execução e por fonte de recursos. Nota-se que, do total de empreendimentos em andamento (valor de investimento total + contrapartida, equivalente a R\$ 33,9 bilhões), 73,79% das operações estavam com percentuais de execução superiores a 30%, o que corresponde a 55,13% dos investimentos totais.

Tabela 28 - Distribuição dos investimentos da União por faixa de percentual de execução dos empreendimentos

Faixas de percentual de execução dos empreendimentos em andamento	VALORES TOTAIS				PARCELA DA UNIÃO** (R\$ 1,00)		
	Investimentos		Operações		FGTS/FAT** (Valor de Empréstimo)	OGU** (Valor de repasse)	Valor total (Empréstimos + OGU)**
	Milhões (R\$)	%	Nº	%			
n/d*	1.867	5,49	40	0,74	1.211	0	1.211
0 a 15%	8.956	26,35	756	13,99	4.326	2.873	7.200
15,01 a 30%	4.428	13,03	620	11,48	2.178	1.577	3.756
30,01 a 70%	9.118	26,82	1604	29,69	4.246	3.182	7.428
> 70%	9.626	28,31	2383	44,11	4.861	1.630	6.491
Total geral	33.996	100,00	5.403	100,00	16.822	9.263	26.085

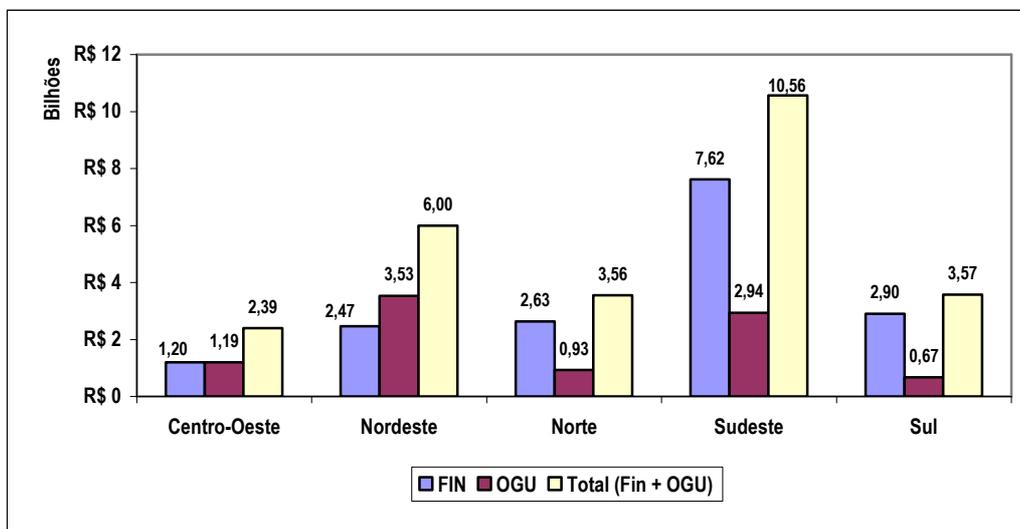
* Dados não disponíveis

** Excluída a contrapartida de Estados e Municípios beneficiados

O Gráfico 20 detalha os valores dos investimentos da União em empreendimentos em andamento ao término de 2009, por Região e por Fonte de Recursos. Os contratos de empréstimos e de repasse em andamento, ao término de 2009, estavam distribuídos da seguinte forma: R\$10,56 bilhões estavam localizados na Região Sudeste, valor que corresponde a 40,49% dos valores totais; R\$ 6 bilhões foram destinados à Região Nordeste (23 % dos recursos totais), R\$ 3,57 bilhões foram destinados à Região Sul (13,69 % dos valores totais), R\$ 3,56 bilhões

foram para a Região Norte (13,64 % dos valores totais) e para a região Centro-Oeste foram destinados R\$ 2,39 bilhões, valor correspondente a 9,18% dos recursos totais.

Gráfico 20 - Valores dos investimentos da União (MCidades) em empreendimentos em andamento ao término de 2009, por Região e por Fonte de Recursos (Em R\$ Bilhões)



A Tabela 29 detalha a distribuição percentual dos investimentos da União por faixa de percentual de execução dos empreendimentos, segundo o ano de início dos empreendimentos. Observa-se que 43,4% dos investimentos possuem empreendimentos ainda em fase inicial, ou seja, com percentuais de execução que variam de 0 a 30%.

É possível observar que do universo de obras em andamento, 51,28% foram iniciadas no ano de 2008, percentual que evidencia a relevância dos empreendimentos do PAC na carteira de investimentos, visto que as primeiras contratações tiveram início em 2007.

Tabela 29 - Distribuição percentual dos investimentos da União por ano de início e faixa de percentual de execução

Ano Início obra	Faixas de percentual de execução dos empreendimentos em andamento					Total geral
	n/d*	0 a 15%	15,01 a 30%	30,01 a 70%	>70%	
N/D*	0,05	1,66	0,00	0,00	3,27	4,97
1988 - 1994	0,00	0,65	0,52	2,90	8,03	12,09
1995 - 1998	0,00	0,00	0,00	0,13	0,01	0,14
1999 - 2002	0,00	0,01	0,01	0,04	0,30	0,36
2003 - 2006	0,74	0,01	0,01	0,14	3,66	4,56
2007	0,00	1,01	0,89	4,03	4,62	10,55
2008	0,48	15,69	10,27	17,67	7,17	51,28
2009	0,15	8,58	2,70	3,56	1,06	16,05
Total geral	1,4	27,6	14,4	28,5	28,1	100,0

* Dados não disponíveis

b. Empreendimentos em Andamento com Início em 2009

Em 2009 foram iniciados 1.614 novos empreendimentos, equivalente a investimentos de R\$4,18 bilhões. Esses empreendimentos correspondiam a cerca de 16,05% do valor total dos investimentos da carteira em andamento e 29,87% do número de contratos.

A Tabela 30 detalha os empreendimentos em andamento com início em 2009, segundo o ano de contratação e fonte de recursos. Observa-se que, do valor total de investimentos cujos contratos tiveram suas obras iniciadas em 2009, a maior parte (58,41%) dos empreendimentos foram contratados em 2008, 26,06% foram contratados em 2007, 14,08% foram contratados em 2009 e apenas 1,45% dos contratos foram firmados em anos anteriores.

Tabela 30 - Empreendimentos em andamento com início em 2009, segundo o ano de contratação

Ano de contratação	FAT/FGTS (Empréstimos)		OGU (Repasses)		Investimento Total da União *	
	Milhões (R\$)	%	Milhões (R\$)	%	Milhões (R\$)	%
1996	0,1	0,03	-	-	0,1	0,002
2005	-	-	8	0,67	8	0,20
2006	44	1,48	9	0,70	52	1,25
2007	491	16,63	600	48,63	1.091	26,06
2008	1850	62,63	596	48,33	2.446	58,41
2009	569	19,26	21	1,67	590	14,08
Total geral	2.954	100,00	1.234	100	4.188	100,00

* Exclui a contrapartida de Estados e Municípios beneficiados

b. 1. Iniciados em 2009 por Região e por Fonte de Recursos

A Tabela 31 detalha a distribuição dos empreendimentos iniciados em 2009 por Região e por fonte de recursos. Destaca-se que 70,53% dos investimentos iniciados em 2009 (apenas 19,6% das operações) correspondem a recursos provenientes de empréstimos (FAT/FGTS).

Na distribuição dos empreendimentos iniciados por Região, é possível observar a expressiva concentração de recursos na Região Sudeste (37,6% dos investimentos). Dentre os empréstimos, há também predominância de investimentos na Região Sudeste (43,75% dos recursos e 41,13% das operações). Considerando-se os empreendimentos com recursos orçamentários, a Região Nordeste destaca-se, com 40,76% dos investimentos.

Tabela 31 - Distribuição dos empreendimentos iniciados em 2009 por Região

REGIÃO	INVESTIMENTOS DA UNIÃO*							
	Empréstimos (FAT/FGTS)		OGU		TOTAL GERAL			
	Milhões (R\$)	Nº operações	Milhões (R\$)	Nº operações	Milhões (R\$)	% Investimento	Nº operações	% operações
Centro-Oeste	97	29	204	127	301	7,2	156	9,7
Nordeste	270	37	503	347	773	18,5	384	23,8
Norte	761	16	144	79	905	21,6	95	5,9
Sudeste	1.292	109	284	365	1.576	37,6	474	29,4
Sul	533	74	99	431	632	15,1	505	31,3
TOTAL GERAL	2.954	265	1.234	1.349	4.188	100	1.614	100

*Exclui a contrapartida de Estados e Municípios beneficiados

3.2.5 Empreendimentos do PAC na Carteira de Investimentos

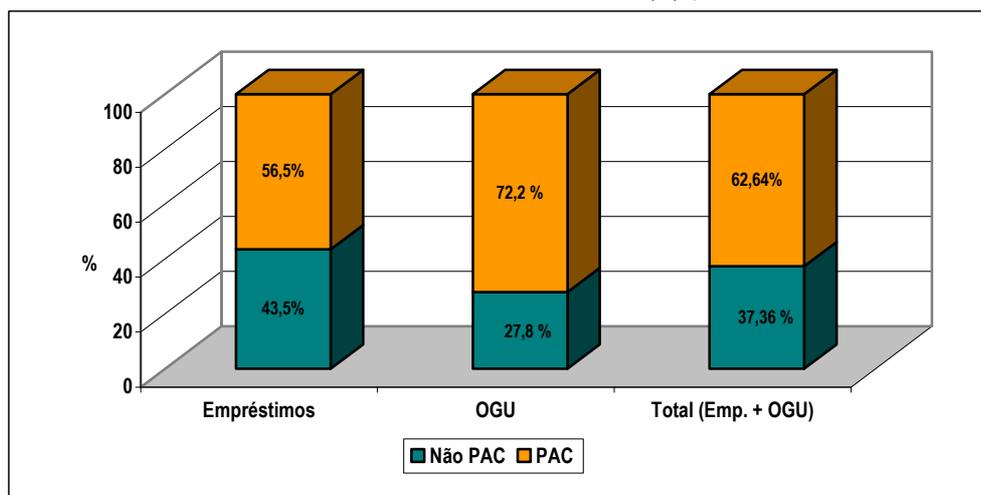
A carteira de investimentos vigente ao final do exercício de 2009 incluía grande parcela de contratos (62,6%) firmados sob a égide do PAC, que totalizam investimentos de R\$ 27,7 bilhões. A Tabela 32 e o Gráfico 21 mostram a parcela correspondente ao PAC na carteira de investimentos, segundo a fonte de recursos.

Tabela 32 - Investimentos do PAC na carteira de Investimentos ao final do exercício de 2009

INVESTIMENTOS DA CARTEIRA (R\$ Bilhões)				
Fonte de Recursos	Não PAC	PAC	TOTAL	PAC/Total
Empréstimos (FAT/FGTS)	11,7	15,2	26,9	56,5%
OGU	4,8	12,5	17,3	72,2%
TOTAL (R\$)	16,5	27,7	44,2	62,6%

Os investimentos do Programa que compõem a carteira de investimentos estão distribuídos da seguinte forma, segundo a fonte de recursos: 56,6% do total da carteira de recursos de empréstimos (R\$ 15,2 bilhões) correspondem a empreendimentos incluídos no PAC e 72,2% do total da carteira de recursos orçamentários (R\$ 12,5 bilhões) referem-se a contratos de investimentos incluídos no PAC.

Gráfico 21 - Parcela do PAC na carteira de investimentos (%), por fonte de recursos

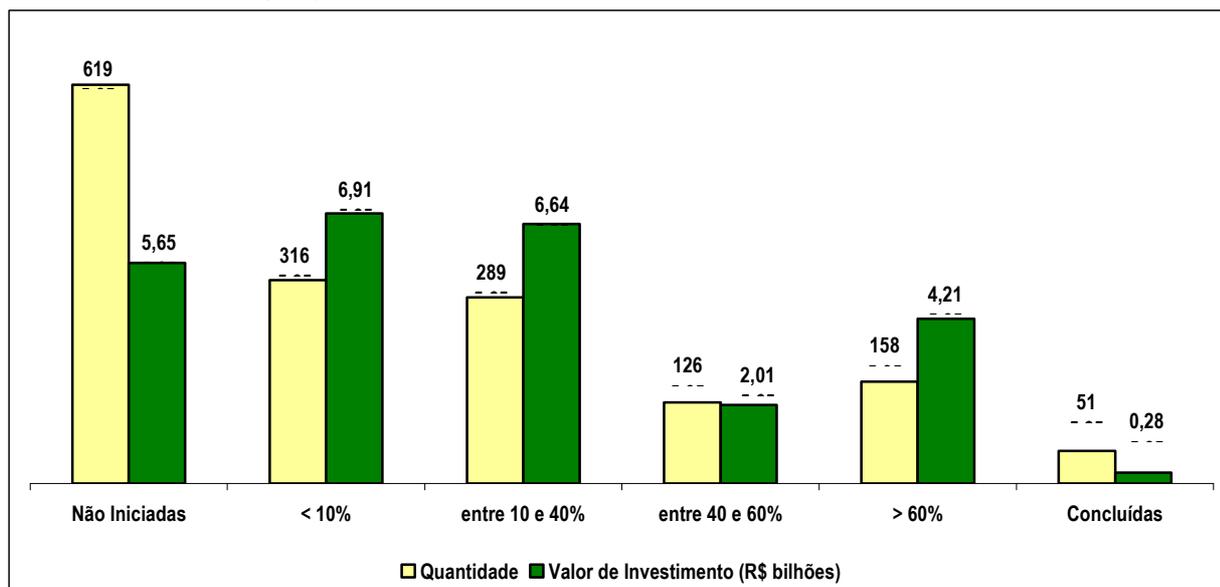


3.2.6 Situação da Execução dos Empreendimentos contratados com recursos do PAC

Na análise da execução dos empreendimentos contratados com recursos do PAC nos anos de 2007, 2008 e 2009, observa-se que dos R\$ 25,9 bilhões contratados até 04 de dezembro de 2009, estavam em execução investimentos de R\$ 19,7 bilhões. Desses investimentos contratados, foram liberados cerca de R\$ 5,6 bilhões, correspondente a uma execução média de 22%.

O Gráfico 23 detalha a situação da execução dos investimentos em saneamento básico contratados com recursos do PAC entre os anos de 2007 e 2009, sob gestão do MCidades. Nota-se que 60% das operações totais foram iniciadas e encontram-se nas diversas fases de execução (940 operações) e 3% das operações foram concluídas (51 empreendimentos), equivalente a recursos de R\$ 280 milhões.

Gráfico 23 - Situação geral dos Investimentos do PAC em Saneamento Básico contratados até 2009



* Fonte: BDSAN, data base 04/12/2009

Nota: A divergência dos valores contratados pelo programa PAC até dezembro de 2009, apresentados na Tabela 32 e no Gráfico 22 se deve às diferentes datas de fechamento dos bancos de dados.

3.2.7 Empreendimentos Concluídos

Os investimentos do Governo Federal e dos fundos financiadores no setor de saneamento, no período de 1988 a 2009, permitiram a conclusão de 23.098 empreendimentos, correspondente a R\$ 10,6 bilhões (valores totais dos empréstimos e repasses). Considerando-se as contrapartidas dos Estados e Municípios beneficiados, o montante de recursos investidos se eleva para R\$ 17,3 bilhões.

A Tabela 33 detalha a distribuição dos empreendimentos concluídos, entre 1988 e 2009, por faixa de duração dos empreendimentos, contados a partir da data de início da obra. Destaca-se que 7,5% dos contratos, correspondentes a 13,4% dos investimentos, não possuem dados de início ou de conclusão dos empreendimentos, prejudicando a qualidade dos indicadores apresentados.

Em termos monetários, observa-se que a maior parte dos investimentos realizados (43,3%) foi concluída em um prazo superior a 24 meses; cerca de 22% em um período de 12 a 24 meses; 18% entre 3 e 12 meses e 3,3% foram concluídos com menos de 3 meses. Considerando-se o número total de contratos finalizados, 39,6% foram executados em um prazo superior a 12 meses; 38,9% em um período de 3 a 12 meses; e, 14% em um período inferior a 3 meses.

Tabela 33 - Empreendimentos concluídos de 1988 a 2009

Faixa de duração	Operações		INVESTIMENTOS DA UNIÃO**				Investimentos Totais***
			Orçamentários (valor de repasse)	FAT e FGTS (valor de empréstimo)	Valor Total da União		
Meses	Nº	%	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões
n/d*	1723	7,5	446	974	1.421	13,4	1.708
0 a 3	3238	14,0	333	22	355	3,3	427
3 a 12	8.987	38,9	1.459	452	1.910	18,0	2.481
12 a 24	5735	24,8	1.345	991	2.335	22,0	3.168
> 24	3415	14,8	990	3.609	4.599	43,3	9.511
TOTAL GERAL	23.098	100	4.572	6.048	10.620	100	17.295

*Dados não disponíveis

**Exclui a contrapartida de Estados e Municípios beneficiados

***Inclui a contrapartida de Estados e Municípios beneficiados

A Tabela 34 detalha a duração média, mínima¹⁵ e máxima das obras concluídas com apoio do Governo Federal e dos fundos financiadores, segundo o porte do investimento. Os dados referentes aos prazos de execução das obras concluídas revelam que esses empreendimentos levaram, em média, 15 meses para serem concluídos (considerando-se a data de início e a de conclusão física do empreendimento). Como era de se esperar, os dados indicam que existem expressivas variações segundo o porte do investimento. Ou seja, quanto maior o porte de investimento, maior será o tempo de duração da obra.

Tabela 34 - Durações média, mínima e máxima de execução dos empreendimentos (de 1988 a 2009)

PORTE DO INVESTIMENTO	Duração Média	Duração Mínima	Duração Máxima
	(Meses)		
< 500 mil	13	0	128
Entre 500 mil e 1 milhão	21	0	133
Entre 1 milhão e 5 milhões	30	0	174
Entre 5 e 10 milhões	40	0	146
Entre 10 milhões e 50 milhões	49	4	158
> 50 milhões	46	15	113
MÉDIA GERAL	15	0	174

3.3.1 Concluídos por Região e por Modalidade

A Tabela 35 apresenta a distribuição dos empreendimentos concluídos, o valor médio investido e a duração média dos empreendimentos, segundo as Regiões do país, no período de 1988 a 2009. Para o cálculo da duração média dos empreendimentos foram utilizados os dados de apenas 8.918 operações, pois foram excluídos da amostragem os empreendimentos classificados na modalidade Pró-municípios¹⁶ (8.077) e Pró-Infra¹⁷ (6.103). Optou-se por esse procedimento porque nessas modalidades estão incluídas intervenções de naturezas diversas, especialmente pavimentação, normalmente de pequeno porte, cuja duração da execução foge do padrão das demais intervenções em saneamento. Nota-se que, embora o número de contratações concluídas nas Regiões Nordeste e Sudeste (2.823 e 2.571 operações,

15 Acredita-se que os valores observados de 0 meses são atribuíveis a problemas nos bancos de dados.

16 A modalidade Pró-Municípios refere-se a empreendimentos apoiados exclusivamente com recursos de emendas parlamentares.

17 A modalidade Pró-Infra refere-se a empreendimentos apoiados exclusivamente com recursos de emendas parlamentares.

respectivamente) terem sido maiores que as contratações realizadas nas demais Regiões, a Região Sudeste se destaca pelo volume de investimentos recebidos, R\$ 6,39 bilhões, que representa 47,6% dos investimentos totais.

Importante notar que grande parte das operações concluídas (79,35%) possui valor médio de investimento superior a R\$ 1 milhão.

Tabela 35 - Distribuição regional dos empreendimentos concluídos

REGIÃO	Nº operações	Investimentos totais* (R\$ milhões)	Valor médio de investimento (R\$ milhões)	Investimentos da União** (R\$ milhões)	Duração média dos empreendimentos (meses)
Centro-Oeste	921	1.078	1,17	764	21
Nordeste	2.823	3.878	1,37	1.723	20
Norte	761	857	1,13	441	20
Sudeste	2.571	6.385	2,48	3.842	22
Sul	1.841	1.216	0,66	632	14
Nacional**	1	0,1	0,14	0,1	17
TOTAL	8.918	13.415	1,50	7.401	20

*Considerando-se a contrapartida de Estados e Municípios beneficiados

** Exclui a contrapartida de Estados e Municípios beneficiados

*** Apoio ao Programa Água Doce/Sede Zero que beneficia diversos Estados e Municípios do Nordeste

A Tabela 36 disponibiliza o tempo médio de duração dos empreendimentos de saneamento, segundo a modalidade de intervenção. Como se pode notar, os empreendimentos da modalidade Pró-Infra/Pró-municípios são concluídos num prazo médio de 12 meses, enquanto a duração média das demais intervenções é de, aproximadamente, 20 meses.

Tabela 36 - Distribuição dos empreendimentos concluídos por modalidade

MODALIDADE	Investimentos da União* (R\$ Milhões)	Nº Operações	Duração média (meses)
Abastecimento de água	2.591	3.315	19
Desenvolvimento institucional	125	81	29
Drenagem	709	346	21
Esgotamento sanitário	2.712	2.891	19
Projetos	24	46	19
Outros**	48	5	57
Pró-Infra/Pró-municípios	3.219	14.180	12
Resíduos sólidos	597	1085	20
Saneamento integrado	596	1149	20
TOTAL	10.620	23.098	15

*Exclui a contrapartida de Estados e Municípios beneficiados

**Empreendimentos não classificados em nenhuma das modalidades

3.2.6.1 Concluídos no exercício de 2009

A Tabela 37 detalha os empreendimentos concluídos no exercício de 2009 por ano de contratação. A tabela revela que em 2009 foram concluídos 2.349 empreendimentos, cujos valores totalizam R\$ 1,5 bilhão de investimentos da União. Desse total, 56,5% dos recursos são referentes a contratos de empréstimos e 43,5% dos recursos são oriundos do OGU. É válido observar que 65% das obras concluídas em 2009, que totalizam 1.527 empreendimentos, foram contratados a partir de 2007, ano de lançamento do PAC.

Tabela 37 - Empreendimentos concluídos no exercício, por ano de contratação

ANO ASSINATURA	Contratos de empréstimo (FAT/FGTS)		Contratos de repasse (OGU)		TOTAL	
	Milhões (R\$)	Nº	Milhões (R\$)	Nº	Milhões (R\$)	Nº
1995 - 1998	2,6	5	3,4	4	6,0	9
1999 - 2002	16,1	3	11,5	27	27,5	30
2003 - 2006	276,4	38	245,8	745	522,2	783
2007	148,6	12	295,2	1005	443,8	1017
2008	387,7	22	83,8	484	471,4	506
2009	-	-	0,4	4	0,4	4
TOTAL	831,3	80	640,1	2.269	1.471	2.349

A Tabela 38 mostra os percentuais dos recursos investidos em obras concluídas de 1988 a 2009, segundo o ano de assinatura dos contratos e o ano de conclusão dos empreendimentos. Observa-se, a partir dos dados da tabela, que 12,83% dos empreendimentos concluídos não tinham data de conclusão e 10,90% do total de investimentos aplicados no período foram concluídos no exercício de 2009.

Tabela 38 - Percentuais dos recursos investidos em empreendimentos concluídos por ano de assinatura e ano de conclusão

Ano de assinatura	Ano de conclusão dos empreendimentos								Total
	n/d*	1988 - 1994	1995 - 1998	1999 - 2002	2003 - 2006	2007	2008	2009	
1988 - 1994	4,21	0,18	8,02	1,67	0,24	-	-	-	14,32
1995 - 1998	0,57	-	8,80	17,19	2,74	0,25	0,36	0,07	29,97
1999 - 2002	1,37	-	-	4,97	9,36	1,08	6,05	0,34	23,16
2003 - 2006	6,57	-	-	-	3,01	2,37	8,94	3,83	24,73
2007	0,05	-	-	-	-	0,00	0,96	3,11	4,12
2008	0,06	-	-	-	-	-	0,09	3,54	3,69
2009	-	-	-	-	-	-	-	0,03	0,03
Total	12,83	0,18	16,81	23,82	15,35	3,71	16,40	10,90	100,00

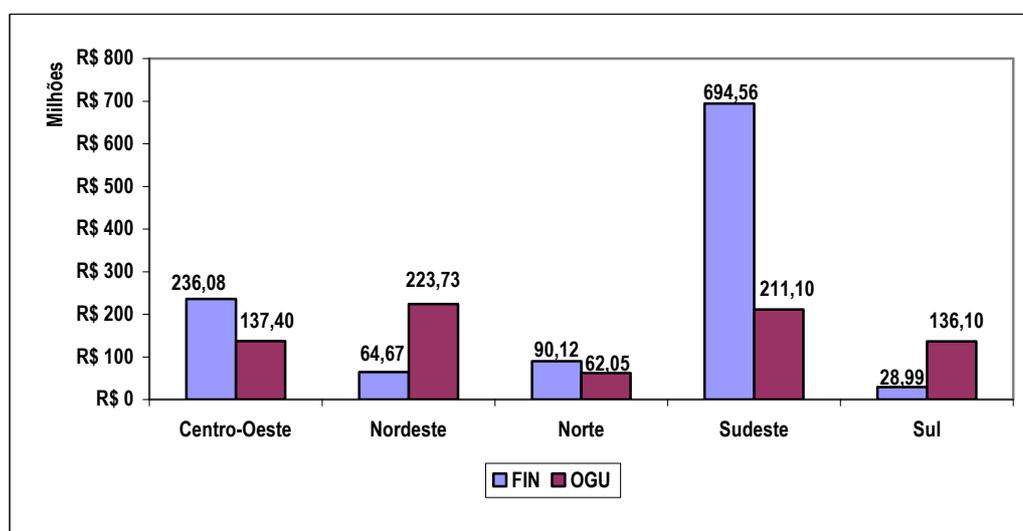
* Dados não disponíveis

a. Concluídos no exercício por Região e Fonte de Recursos

O Gráfico 24 detalha os valores de investimento dos empreendimentos de saneamento concluídos no exercício de 2009 por Região do país e por fonte de recursos. Observa-se que, dos empreendimentos concluídos em 2009 com recursos do OGU, foram aplicados 29% (R\$ 223,73 milhões) na Região Nordeste e 27,4% (R\$ 211 milhões) na Região Sudeste. Em relação ao

volume de recursos de empréstimos, foram aplicados 62,3% (R\$ 694,56 milhões) na Região Sudeste e 21,18% (R\$ 236 milhões) na Região Centro-Oeste. Do total geral de recursos investidos em empreendimentos concluídos em 2009 (R\$ 1,88 bilhões) a Região Sudeste foi responsável pela maior parcela desses investimentos, com 48%, equivalente a R\$ 905,67 milhões em investimentos concluídos.

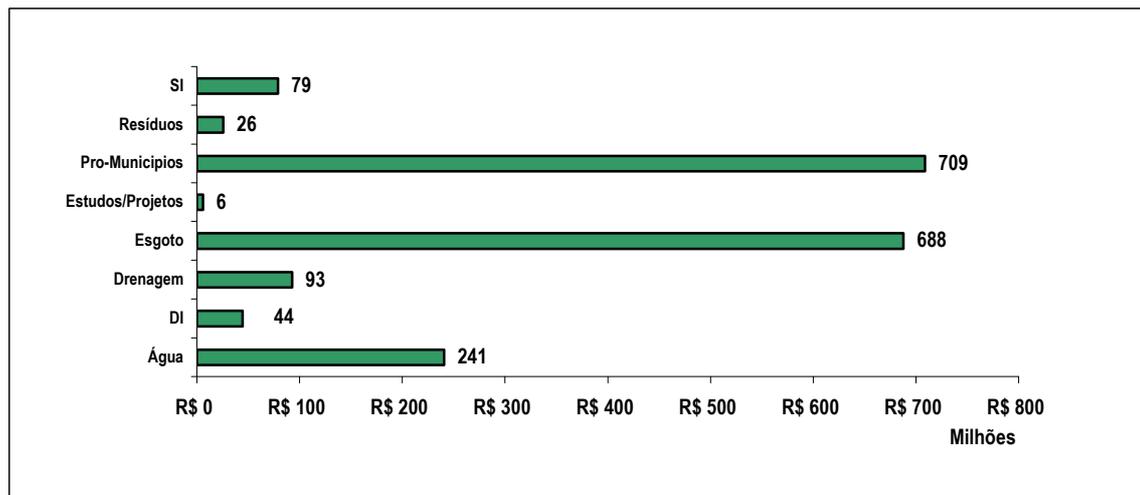
Gráfico 24 - Valores dos empreendimentos concluídos em 2009 por Região e fonte de recursos



b. Concluídos no exercício por Modalidade

O Gráfico 25 apresenta os valores dos investimentos dos empreendimentos de saneamento concluídos por modalidade no ano de 2009, que totalizam R\$ 1,88 bilhões. Dentre os empreendimentos concluídos, observa-se que, mesmo incluindo-se os contratos de financiamento, predominaram os contratos da modalidade Pró-Municípios, 37,6%, que representam R\$ 708 milhões. Considerando-se somente os recursos orçamentários, o percentual de contratos da modalidade Pró-Municípios sobe para 92%. No cômputo global, a modalidade de esgotamento sanitário representa 36,5% de empreendimentos concluídos no exercício (R\$ 688 milhões) e a modalidade de abastecimento de água 12,8% desses empreendimentos (R\$ 241 milhões).

Gráfico 25 - Valores dos empreendimentos concluídos por modalidade



SI: Saneamento Integrado
DI: Desenvolvimento Institucional

c. Contrapartidas

A Tabela 39 mostra os percentuais das contrapartidas ofertadas pelos proponentes nas obras concluídas no período de 1988 a 2009, segundo ano de contratação, fonte de recursos e Região do País.

Os dados revelam que, enquanto o percentual médio de contrapartidas ofertadas pelos proponentes no período de 1988 a 1994 foi de 33,9%, os percentuais observados nos períodos seguintes foram inferiores a 20%. Considerando-se as diferentes Regiões do País, observou-se diferenças significativas nos percentuais das contrapartidas ofertadas durante todo o período analisado, de 1988 a 2009. O percentual ofertado pelo Sul (21,2%) e Sudeste (19,9%) é significativamente superior ao observado na Região Nordeste (10,1%) e Norte (11,5%). Percebe-se ainda grande diferença do percentual de contrapartida entre as duas fontes de recursos. Os contratos assinados com recursos de empréstimos apresentaram um percentual de contrapartida duas vezes superior ao percentual de contrapartida dos contratos assinados com recursos orçamentários.

Tabela 39 - Percentual de contrapartida por ano de assinatura do contrato, fonte e Região

PERCENTUAL DE CONTRAPARTIDAS (%)										
Região	Ano de contratação							Fonte		
	1988 - 1994	1995 - 1998	1999 - 2002	2003 - 2006	2007	2008	2009	FIN	OGU	Total
Centro-Oeste	27,6	19,9	11,7	11,1	8,2	9,8	-	30,6	13,0	13,8
Nordeste	26,0	14,6	8,4	7,1	5,4	5,1	2,0	26,3	9,2	10,1
Norte	25,0	14,8	8,7	8,2	4,7	6,2	-	22,7	11,1	11,5
Sudeste	34,6	25,8	21,1	16,4	14,3	12,8	-	36,9	17,7	19,9
Sul	45,4	24,3	21,7	18,9	19,3	15,2	3,0	30,3	20,6	21,2
Total	33,9	19,8	14,9	12,9	13,3	12,7	2,4	32,0	14,5	15,8

4 INDICADORES DE ACESSO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

4.1 Acesso aos serviços de saneamento – PNAD 2008

Em relação aos indicadores de acesso aos serviços de saneamento básico, dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, referente ao ano de 2008 (PNAD 2008), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a rede geral de abastecimento de água está disponível para 82,3% dos brasileiros e de esgotamento sanitário para 52,5% dos domicílios do Brasil. Considerando-se também o percentual da população que tem acesso à solução de esgotamento sanitário por fossa séptica, esse percentual sobe para 73,17%.

Segundo a PNAD 2008 o Brasil já conseguiu atingir a meta do milênio relativa ao acesso à água potável em áreas urbanas¹⁸, estipulada para 2015: nas cidades, o acesso à rede geral de abastecimento de água alcança mais de 92% dos moradores. Outro destaque é que a cobertura da rede de esgotos em áreas urbanas passou de 56,3% em 2006 para 60,7% dos domicílios urbanos em 2008. Se considerarmos a população urbana que possui coleta de esgotos por fossa séptica, o percentual de acesso aos serviços alcança 81,7% dos domicílios urbanos.

Em termos percentuais, foi na Região Nordeste que se apurou o maior incremento nas ligações à rede geral de esgotos em 2008, com relação a 2007, passando de 39,5% para 42,4% de cobertura, seguida pela Região Centro-Oeste, que registrou um aumento na cobertura de 2,8 pontos percentuais (de 40,0% para 42,8%). A adoção das fossas sépticas diminuiu em quase todas as Regiões, à exceção da Região Norte, onde cresceu 3,2%. A maior redução das fossas foi na Região Nordeste, em que o atendimento passou de 29,9% para 26,6% dos domicílios, a que representa uma redução de 3,3 pontos percentuais.

Esses índices apontam uma melhoria significativa dos níveis de acesso aos serviços de saneamento básico no ano de 2008. Em relação a 2007, representa uma ampliação quantitativa do acesso aos serviços de abastecimento de água para mais de 1,6 milhões de domicílios brasileiros e mais de 1,6 milhões de domicílios aos serviços de esgotamento sanitário por rede geral.

A despeito da melhoria substantiva dos indicadores de acesso aos serviços, há de se considerar que indicadores que refletem médias nacionais podem mascarar a existência de importantes desigualdades regionais e sociais. A Região Norte ainda apresenta os piores indicadores de cobertura dos serviços: a rede de esgotamento sanitário está disponível para menos de 10% da população ante a uma cobertura de mais de 80% para os moradores da Região Sudeste. A rede de abastecimento de água, que alcança, em média, 82,31% da população da Região Sudeste, não chega a mais de 53,52% da população do Norte. Observa-se, também, que nas Regiões Sudeste e Sul apuraram-se níveis de cobertura dos serviços de abastecimento de água superiores a 94% da população urbana, superando em mais de 30 pontos percentuais a cobertura na Região Norte. Também, ao se considerar os indicadores de acesso aos serviços de abastecimento de água desagregados para cada uma das grandes

18 Objetivo do Milênio N° 7, Meta 10, de reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso a água potável e esgotamento sanitário.

Regiões, é possível verificar que a meta do milênio para água em áreas urbanas não foi alcançada na Região Norte.

Quando se analisa o acesso ao esgotamento sanitário por rede geral (em termos percentuais) nas áreas urbanas, a Região Norte também apresenta o pior desempenho, onde pouco mais de 12% dos domicílios urbanos têm acesso aos serviços. Esse percentual representa um quantitativo de mais de 2,7 milhões de domicílios sem acesso à rede. Entretanto, em termos absolutos, a Região Nordeste é a que apresenta o maior número de domicílios sem acesso à rede de esgotos: 6,4 milhões de domicílios urbanos, seguido pela Região Sul, com 4,6 milhões de domicílios urbanos sem acesso à rede.

Ao se considerar a rede e a fossa séptica, a Região que tem os menores índices é o Centro-Oeste, onde pouco mais de 53% da população urbana possui acesso à rede e/ou fossa, enquanto a cobertura no Norte chega a 67,8% e no Nordeste é de 69%. Em termos absolutos, o déficit de cobertura é mais elevado na Região Nordeste, onde há 3,4 milhões de habitantes que não têm acesso nem à rede nem à fossa¹⁹.

A Tabela 40 detalha o número total de domicílios, o número de domicílios com acesso aos serviços e os percentuais de cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, segundo situação do domicílio apurados pela PNAD 2008.

Tabela 40 - Domicílios urbanos com acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2008

GRANDES REGIÕES	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NO BRASIL (1.000 domicílios)									
	Área/Domicílios Totais	Abastecimento de Água [1]			Esgotamento Sanitário					
		Acesso à rede		Acesso à rede [2]		Acesso à fossa [3]		Rede + fossa		
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
NORTE	Urbana	3.125	1.992	63,74	380	12,16	1.740	55,68	2.120	67,84
	Rural	885	154	17,40	0	0,00	290	32,77	290	32,77
	TOTAL	4.010	2.146	53,52	380	9,48	2.030	50,62	2.410	60,10
NORDESTE	Urbana	11.104	10.016	90,20	4.710	42,42	2.953	26,59	7.663	69,01
	Rural	3.889	1.086	27,92	110	2,83	479	12,32	589	15,15
	TOTAL	14.994	11.102	74,04	4.820	32,15	3.432	22,89	8.252	55,04
SUDESTE	Urbana	23.439	22.609	96,46	20.061	85,59	1.804	7,70	21.865	93,28
	Rural	1.871	550	29,40	345	18,44	273	14,59	618	33,03
	TOTAL	25.310	23.160	91,51	20.406	80,62	2.077	8,21	22.483	88,83
SUL	Urbana	7.523	7.102	94,40	2.953	39,25	3.357	44,62	6.310	83,88
	Rural	1.470	432	29,39	51	3,47	549	37,35	600	40,82
	TOTAL	8.993	7.534	83,78	3.004	33,40	3.906	43,43	6.910	76,84
CENTRO-OESTE	Urbana	3.713	3.345	90,09	1.588	42,77	400	10,77	1.988	53,54
	Rural	537	91	16,95	9	1,68	63	11,73	72	13,41
	TOTAL	4.250	3.435	80,82	1.597	37,58	463	10,89	2.060	48,47
BRASIL	Urbana	48.905	45.063	92,14	29.692	60,71	10.254	20,97	39.946	81,68
	Rural	8.652	2.313	26,73	515	5,95	1.655	19,13	2.170	25,08
	TOTAL	57.557	47.377	82,31	30.208	52,48	11.909	20,69	42.117	73,17

[1] Abastecimento de água com canalização interna com rede geral

[2] Esgotamento sanitário por rede coletora

[3] Esgotamento sanitário por fossa séptica

19 Nas Regiões Norte, Sul e Nordeste observa-se que ainda é grande o percentual de domicílios urbanos com esgoto do tipo fossa séptica, solução bastante utilizada em áreas urbanas com baixa densidade demográfica.

4.2 Evolução do acesso aos serviços de saneamento básico

Ao analisar a evolução do acesso aos serviços de saneamento básico entre os anos de 2001 e 2008, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD 2001 e 2007, observa-se avanços significativos em direção à universalização dos serviços de saneamento em áreas urbanas. Os resultados apurados pelas pesquisas demonstram a intensificação dos esforços públicos e privados no sentido de cumprir as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico.

Comparando-se os dados da cobertura da rede de água em 2001 e os resultados apurados em 2008, percebe-se um acréscimo significativo no número de domicílios urbanos atendidos: de um total de 35,4 milhões de domicílios com serviços de abastecimento de água por rede geral em 2001, passou-se para uma cobertura de 45,1 milhões de domicílios em 2008. No período, o déficit de acesso, que era de 4,6 milhões de domicílios em 2001, foi reduzido para 3,8 milhões de domicílios em 2008. Essas melhorias representam um aumento no nível de cobertura da rede de abastecimento de água de 3,64 pontos percentuais, de 2001 a 2008, já contabilizado o crescimento da população. No período, a taxa de crescimento dos serviços de abastecimento de água por rede geral foi de 27,43%²⁰.

Para o esgotamento sanitário, percebe-se um acréscimo significativo no número de domicílios urbanos atendidos: de um total de 30,3 milhões de domicílios com esgotamento sanitário (rede e fossa) em 2001, passou-se para uma cobertura de 39,9 milhões de domicílios em 2008. No período, o déficit de acesso, que era de 9,7 milhões de domicílios em 2001, foi reduzido para 8,9 milhões de domicílios em 2008. Essas melhorias representam um aumento real no nível de cobertura do esgotamento sanitário (rede e fossa) de 5,96 pontos percentuais, passando de uma cobertura de 75,73% de domicílios em 2001 para 81,68% de domicílios em 2008, já contabilizado o crescimento da população. No período, a taxa de crescimento dos serviços de esgotamento sanitário por rede geral foi de 32,0%²¹.

4.2.1 Evolução do acesso aos serviços de saneamento básico por Região

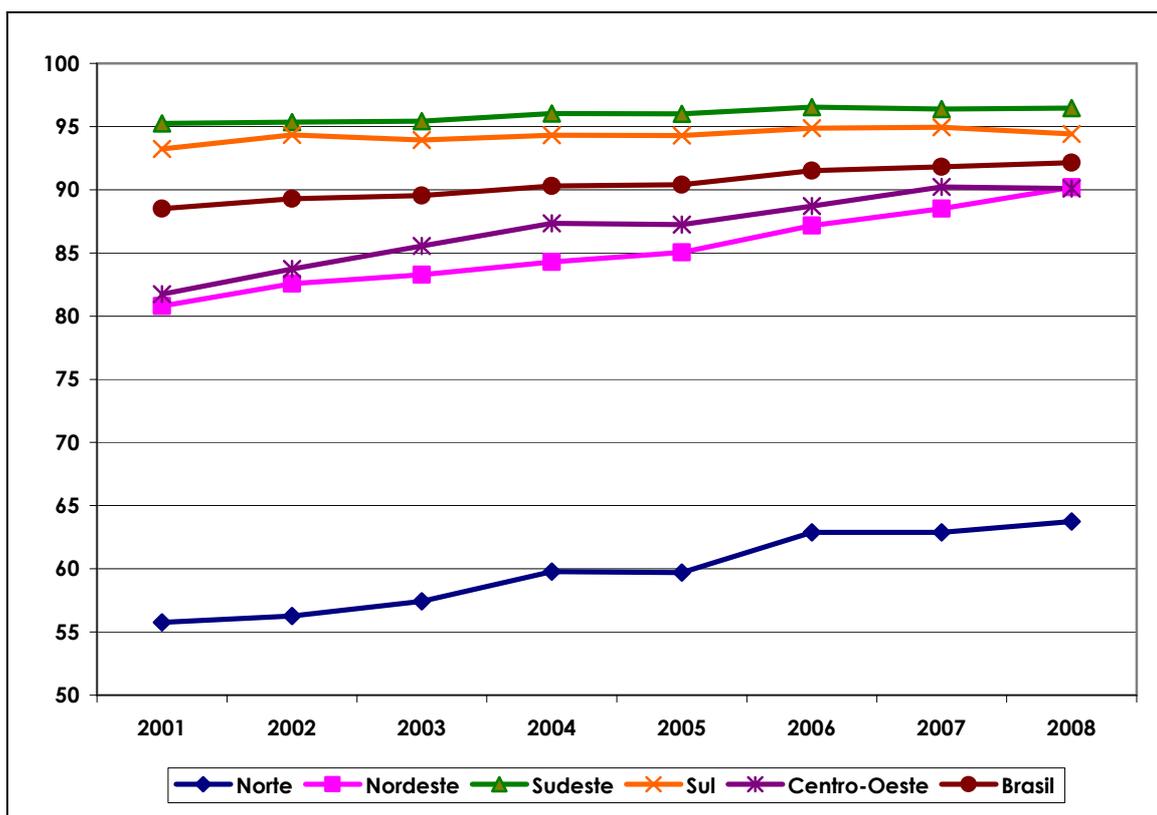
Em relação ao serviço de abastecimento de água, a diferença do percentual de cobertura do serviço entre a região com maior cobertura da rede de água e a menor, Sudeste e Norte, respectivamente, diminuiu 6,8 pontos percentuais (passou de 39,5 para 32,7 pontos percentuais de 2001 para 2008).

O Gráfico 26 mostra a evolução da cobertura da rede geral de abastecimento de água em áreas urbanas de 2001 a 2008. Observa-se que foi na Região Nordeste, que, proporcionalmente, apurou-se a maior ampliação da cobertura dos serviços (9,3%): em 2001 a rede alcançava 80,8% dos domicílios passando para 90,1% em 2008. Em seguida, apurou-se nas Regiões Centro-Oeste e Norte os maiores incrementos, ambas com acréscimo de cerca de 8 pontos percentuais na cobertura. De 2001 a 2008, a cobertura no Centro-Oeste avançou de 81,7% para 90,1%, no Norte, de 55,7% para 63,7%. No entanto, mesmo com esse crescimento, a Região Norte continua sendo a região com o menor índice de cobertura de abastecimento de água por rede geral do Brasil.

²⁰ Sem considerar o crescimento populacional do período.

²¹ Sem considerar o crescimento populacional do período.

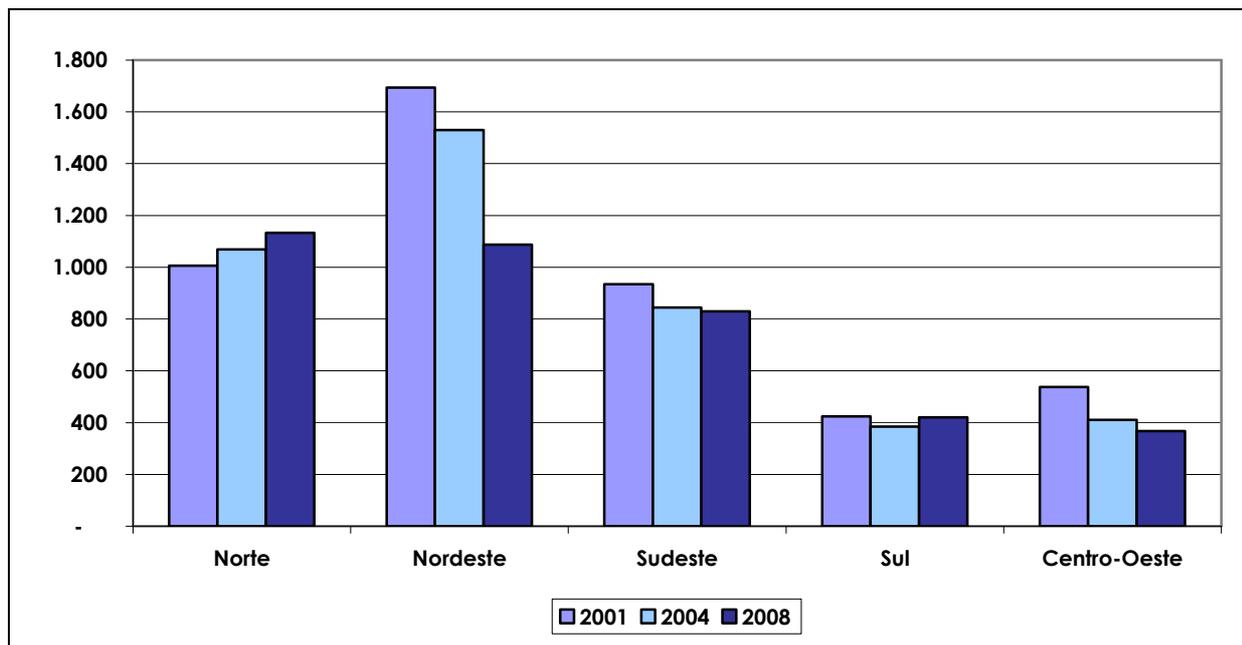
Gráfico 26 - Evolução da cobertura percentual dos serviços de abastecimento de água por rede geral em áreas urbanas por Região – Brasil, 2001 a 2008



Fontes: PNAD 2001 a 2008.

O Gráfico 27 mostra o déficit de acesso domiciliar aos serviços de abastecimento de água por rede geral (domicílios sem acesso), de 2001 a 2008, em áreas urbanas, segundo as Grandes Regiões. Como se observa a partir dos dados disponíveis, em todas as Regiões, à exceção do Norte, o número de domicílios sem acesso aos serviços de abastecimento de água reduziu-se. Em 2001, na Região Norte apurou-se um déficit de atendimento de um milhão de domicílios, número que cresceu em 12,62%, passando a ser 1,13 milhão de domicílios em 2008. Como destaque, a Região Nordeste se sobressai perante as demais por reduzir em 35,77% o déficit domiciliar, passando de 1,7 milhão em 2001 para 1,1 milhão de domicílios sem acesso em 2008.

Gráfico 27 - Domicílios urbanos sem acesso aos serviços da rede de abastecimento de água por Região – Brasil, 2001 a 2008 (mil unidades)

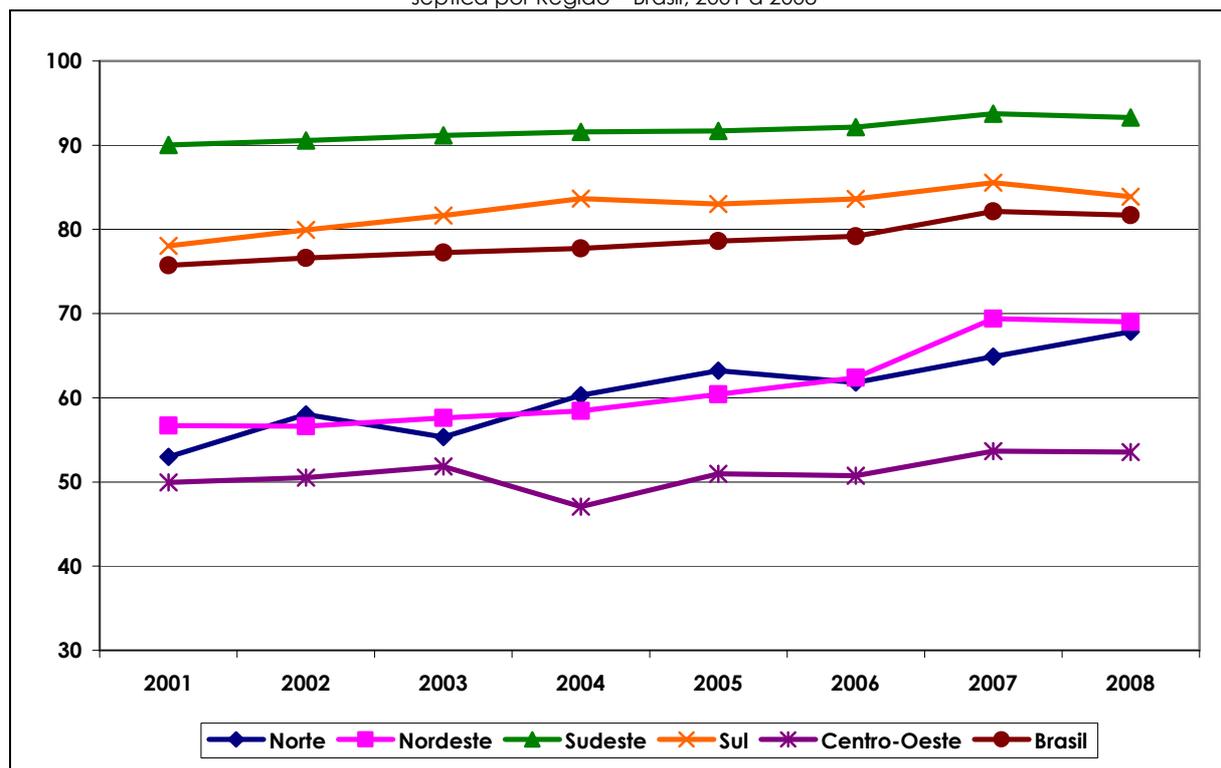


Fontes: PNAD 2001 a 2008.

Em relação aos indicadores de acesso ao esgotamento sanitário, a análise da evolução da cobertura mostra um crescimento ainda maior dos serviços de esgotos em comparação ao abastecimento de água. As soluções coletivas de esgotamento sanitário (rede coletora) e as fossas sépticas chegavam a 30,3 milhões de domicílios urbanos em 2001, cobrindo 76% do total de domicílios urbanos. Em 2008, esse número passou a abranger 39,9 milhões de domicílios, o que correspondia a uma cobertura de 82% dos domicílios urbanos e a um crescimento de cerca de 6 pontos percentuais no nível de atendimento em relação a 2001.

O Gráfico 28 apresenta a evolução percentual da cobertura dos domicílios urbanos com acesso à rede ou à fossa séptica, por Grande Região, de 2001 a 2008. Na comparação entre as Grandes Regiões, o maior crescimento da cobertura de esgotos (rede coletora e fossa séptica) foi apurado na Região Norte, com crescimento de 14,8 pontos percentuais (o número de domicílios com acesso aos serviços correspondia a 53% do total de domicílios urbanos em 2001, passando para 67,8% em 2008). Em seguida, o segundo maior crescimento, de 12,3 pontos percentuais, foi observado na Região Nordeste (a cobertura passou de 56,7% dos domicílios urbanos em 2001 para 69% em 2007). Por outro lado, o menor índice de crescimento foi observado na Região Centro-Oeste, de 3,5 pontos percentuais no período (passou de 50% em 2001 para 53,5% dos domicílios urbanos em 2008).

Gráfico 28 - Evolução do percentual de domicílios urbanos com acesso aos serviços de rede de esgotos ou fossa séptica por Região – Brasil, 2001 a 2008



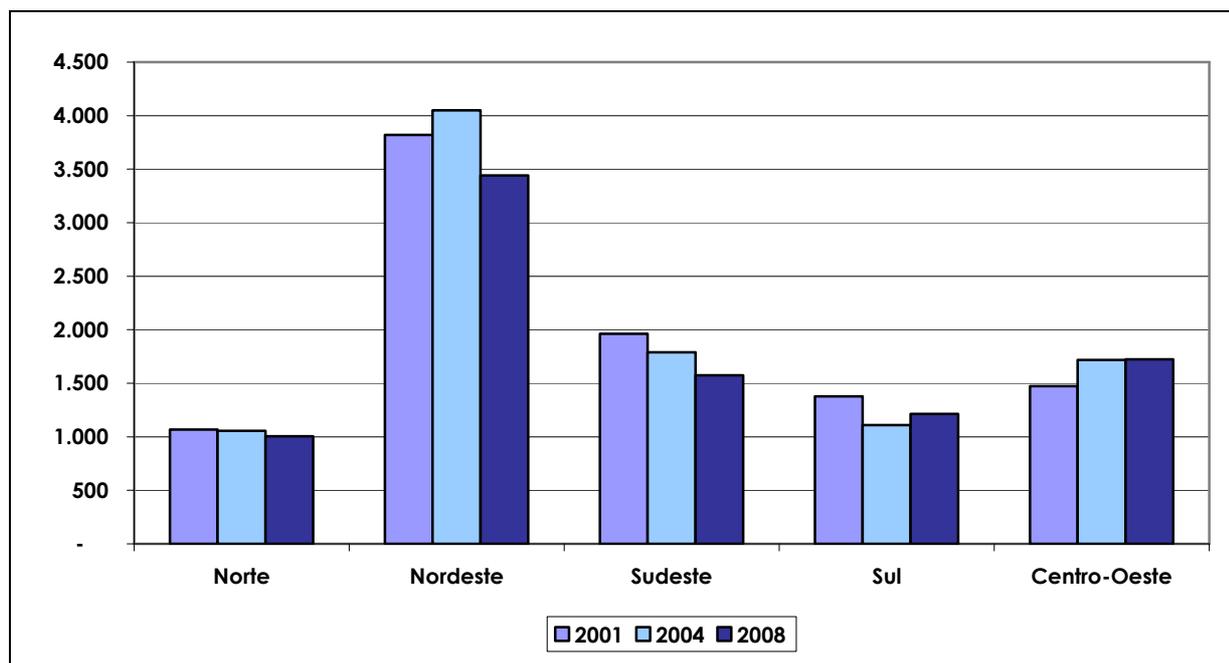
Fontes: PNAD 2001 a 2008.

É possível observar que a diferença entre a Região com maior cobertura da rede de esgotos (rede coletora e fossa séptica) e a menor, Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente, se manteve em 40 pontos percentuais entre os anos de 2001 e 2008. Entretanto, nas demais Regiões a diferença em relação à Região Sudeste diminuiu. Em relação ao Norte, a diferença caiu 11,6 pontos percentuais; em relação ao Nordeste 9,0 pontos percentuais e; em relação ao Sul 9,4 pontos percentuais.

Quanto ao déficit urbano de acesso ao esgotamento sanitário (rede + fossa) no país, que era de 9,7 milhões de domicílios em 2001, observa-se a redução do número de domicílios sem rede nem fossa para 8,9 milhões de domicílios em 2008. Essa redução representa uma queda de 7,6 % no número de domicílios sem acesso ao esgotamento sanitário nesse período. Essas melhorias representam um aumento no nível de cobertura de 5,9 pontos percentuais, passando de 75,73% de cobertura em 2001 para 81,68% em 2008, já contabilizado o crescimento populacional.

O Gráfico 29 detalha o déficit de acesso ao esgotamento sanitário (rede + fossa) de 2001 a 2008 nas áreas urbanas, segundo as Regiões. Como se observa, a partir dos dados do gráfico, em todas as Regiões, à exceção do Centro-Oeste, o número de domicílios sem acesso ao esgotamento sanitário reduziu-se. Em 2001, na Região Centro-Oeste, apurou-se um déficit de atendimento de 1,47 milhões de domicílios, que passou para 1,72 milhões de domicílios em 2008, correspondente a um aumento de 17% do número de domicílios sem acesso ao esgotamento sanitário.

Gráfico 29 - Domicílios urbanos sem acesso à rede de esgotamento sanitário ou fossa séptica, por Região – Brasil, 2001 a 2008 (mil domicílios)

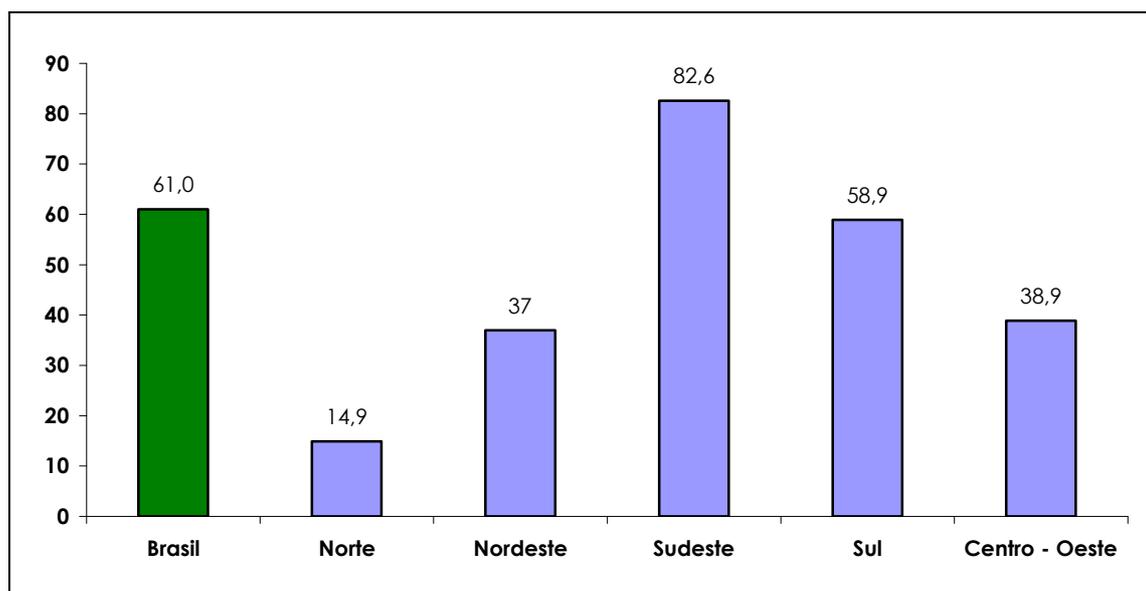


Fontes: PNAD 2001 a 2008.

Como destaque, as Regiões Sudeste e Nordeste tiveram a maior redução relativa no número de domicílios sem acesso aos serviços esgotamento sanitário, com queda de 19,79% e 11,92%, respectivamente, no período de 2001 a 2008. O número de domicílios sem acesso ao esgotamento sanitário (rede + fossa) no Sudeste passou de 1,96 milhões em 2001 para 1,57 milhões em 2008. Na Região Nordeste, o déficit passou de 3,81 milhões de domicílios para 3,44 milhões de domicílios no mesmo período.

O Gráfico 30 mostra o percentual dos domicílios particulares permanentes urbanos, com acesso simultâneo aos serviços de saneamento (rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário e/ou rede pluvial e com serviço de coleta de lixo diretamente) segundo a PNAD 2008. Observa-se que há grandes desigualdades entre as Regiões. Apurou-se na Região Norte um nível de acesso de 14,9%; no Nordeste de 37,0%, no Centro-Oeste de 38,9%; no Sul, de 58,9%; e, no Sudeste, de 82,63%.

Gráfico 30 - Percentual dos domicílios particulares permanentes urbanos com acesso simultâneo aos serviços de saneamento, segundo as Regiões – Brasil, 2008



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Nota: Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral e lixo coletado diretamente.

4.2.2 Evolução do acesso aos serviços de saneamento básico por faixa de renda

A Tabela 41 apresenta o número de domicílios urbanos totais e com acesso aos serviços de abastecimento de água por rede geral, segundo a faixa de rendimento mensal familiar, entre 2001 e 2008, de acordo com os dados das respectivas PNADs.

A partir dos dados da Tabela é possível observar um crescimento maior dos serviços entre os domicílios com menor rendimento, notadamente dentre aqueles que recebem até três salários mínimos.

Na média brasileira, de 2001 a 2008, o crescimento do acesso aos serviços de abastecimento de água foi de 27,43%. No período, o número de domicílios com acesso passou de 35,4 milhões para 45 milhões de domicílios. Considerando-se somente a faixa de renda cujos rendimentos variam de um a três salários mínimos, observa-se que o número total de domicílios cresceu 45% (passou de 12.327 para 17.873 domicílios), enquanto o acesso ao serviço aumentou em 56,6% (passou de 10,3 milhões para 16,1 milhões de domicílios atendidos). Já na faixa de rendimento que inclui domicílios com rendimentos de até um salário mínimo, observa-se que o número total de domicílios cresceu 31,6% (passou de 3.694 para 4.863 domicílios), enquanto o acesso ao serviço aumentou em 52,2% (o acesso passou de 2,7 milhões para 4,1 milhões de domicílios). Assim, pode-se constatar que o acesso aos serviços de abastecimento de água por rede geral cresceu 11,6 pontos percentuais (para a faixa de 1 a 3 SM) e 23,6 pontos percentuais (para a faixa de rendimentos que inclui os domicílios que recebem até 1 SM) além do crescimento domiciliar, nas respectivas faixas salariais.

Tabela 41 - Domicílios urbanos totais e com acesso aos serviços de abastecimento de água por faixa de rendimento mensal domiciliar – Brasil, 2001 a 2008

Domicílios urbanos particulares permanentes totais e com acesso à rede de abastecimento de água (mil unidades)										
Faixas de rendimento mensal domiciliar		Ano							% cresci_ mento	
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007		2008
Sem Rendimento	Total	715	533	653	519	452	419	733	614	-14,13
	Com acesso à rede	568	437	539	429	389	361	634	547	-3,70
	% de acesso	79,4	82,0	82,5	82,7	86,1	86,2	86,5	89,1	12,22
Até 1 salário mínimo	Total	3.694	3.988	4.555	4.117	4.843	4.786	5.026	4.863	31,65
	Com acesso à rede	2.683	3.014	3.498	3.236	3.866	3.948	4.205	4.164	55,20
	% de acesso	72,6	75,6	76,8	78,6	79,8	82,5	83,7	85,6	17,91
De 1 a 3 salários mínimos	Total	12.327	13.400	14.493	14.887	15.978	17.429	17.776	17.873	44,99
	Com acesso à rede	10.330	11.458	12.583	12.998	14.011	15.638	16.073	16.175	56,58
	% de acesso	83,8	85,5	86,8	87,3	87,7	89,7	90,4	90,5	8,00
De 3 a 5 salários mínimos	Total	8.017	8.153	8.637	9.285	9.170	9.167	10.076	10.341	28,99
	Com acesso à rede	7.315	7.463	7.943	8.607	8.530	8.549	9.422	9.679	32,32
	% de acesso	91,2	91,5	92,0	92,7	93,0	93,3	93,5	93,6	2,63
De 5 a 10 salários mínimos	Total	8.007	8.016	7.589	8.121	8.139	8.122	8.359	8.530	6,53
	Com acesso à rede	7.558	7.582	7.185	7.730	7.745	7.763	7.956	8.108	7,28
	% de acesso	94,4	94,6	94,7	95,2	95,2	95,6	95,2	95,1	0,74
Mais de 10 salários mínimos	Total	6.346	6.186	5.706	5.643	5.279	5.008	5.338	5.147	-18,89
	Com acesso à rede	6.105	5.968	5.502	5.419	5.084	4.815	5.149	4.947	-18,97
	% de acesso	96,2	96,5	96,4	96,0	96,3	96,1	96,5	96,1	-0,10
Total	Total	39.959	41.113	42.536	43.644	44.664	45.943	47.309	48.905	22,39
	Com acesso à rede	35.364	36.704	38.090	39.407	40.377	42.044	43.438	45.063	27,43
	% de acesso	88,5	89,3	89,5	90,3	90,4	91,5	91,8	92,1	4,07

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 a 2008

Quanto aos serviços de esgotamento sanitário por rede geral, na Tabela 41 observa-se a distribuição dos domicílios urbanos e o acesso aos serviços por faixa de renda entre os anos 2001 e 2008, segundo as respectivas PNAD.

Na média brasileira, de 2001 a 2008, o crescimento do acesso aos serviços de esgotamento sanitário por rede geral foi de 41%. No período, o número de domicílios com acesso à rede passou de 21,1 milhões para 29,6 milhões de domicílios. Assim como observado na análise do incremento do acesso aos serviços de abastecimento de água, os valores observados são significativos mesmo quando se considera o crescimento total de domicílios da própria faixa de renda. Assim, considerando-se somente a faixa de renda que varia de um a três salários mínimos, observa-se que o número total de domicílios cresceu 45%, enquanto o acesso aos serviços aumentou 85,4% (o acesso passou de 5,16 milhões para 9,6 milhões de domicílios), o que representa um crescimento de 40 pontos percentuais do acesso aos serviços de esgotos em relação ao crescimento domiciliar. Para a faixa de rendimentos que inclui domicílios com renda de até um salário mínimo, o crescimento do total de domicílios foi de 31,6%, enquanto o acesso cresceu 79,5% (o acesso passou de 1,2 milhões para 2,2 milhões de domicílios). Isso implica em considerar que o acesso aos serviços cresceu 48 pontos percentuais a mais que o crescimento domiciliar da faixa salarial.

Gasto Público em Saneamento Básico - 2009

Tabela 40 - Domicílios urbanos totais e com acesso aos serviços de esgotamento sanitário por rede geral, segundo a faixa de rendimento mensal domiciliar – Brasil, 2001 a 2008

Faixa de rendimento mensal domiciliar		Domicílios particulares permanentes totais e com acesso à rede de esgotamento sanitário (Mil unidades)								% cresci_ mento
		Ano								
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Sem Rendimento	Total	715	533	653	519	452	419	733	614	-14,13
	Com acesso à rede	314	251	323	268	228	225	393	350	11,46
	% de acesso	43,9	47,1	49,5	51,6	50,4	53,7	53,6	57,0	29,84
Até 1 salário mínimo	Total	3.694	3.988	4.555	4.117	4.843	4.786	5.026	4.863	31,65
	Com acesso à rede	1.221	1.337	1.678	1.595	1.894	1.870	2.129	2.192	79,52
	% de acesso	33,1	33,5	36,8	38,7	39,1	39,1	42,4	45,1	36,25
De 1 a 3 salários mínimos	Total	12.327	13.400	14.493	14.887	15.978	17.429	17.776	17.873	44,99
	Com acesso à rede	5.167	5.868	6.751	7.068	7.707	8.553	9.373	9.578	85,37
	% de acesso	41,9	43,8	46,6	47,5	48,2	49,1	52,7	53,6	27,92
De 3 a 5 salários mínimos	Total	8.017	8.153	8.637	9.285	9.170	9.167	10.076	10.341	28,99
	Com acesso à rede	4.311	4.495	4.957	5.367	5.390	5.404	6.291	6.478	50,27
	% de acesso	53,8	55,1	57,4	57,8	58,8	59,0	62,4	62,6	16,36
De 5 a 10 salários mínimos	Total	8.007	8.013	7.589	8.121	8.139	8.122	8.359	8.530	6,53
	Com acesso à rede	4.895	4.988	4.935	5.255	5.373	5.287	5.720	6.003	22,64
	% de acesso	61,1	62,2	65,0	64,7	66,0	65,1	68,4	70,4	15,22
Mais de 10 salários mínimos	Total	6.346	6.186	5.706	5.643	5.279	5.008	5.338	5.147	-18,89
	Com acesso à rede	4.546	4.482	4.201	4.114	3.911	3.698	4.129	3.956	-12,98
	% de acesso	71,6	72,5	73,6	72,9	74,1	73,8	77,4	76,9	7,40
Total	Total	39.959	41.110	42.536	43.645	44.664	45.943	47.309	48.905	22,39
	Com acesso à rede	21.061	22.010	23.472	24.402	25.058	25.808	28.035	29.692	40,98
	% de acesso	52,7	53,5	55,2	55,9	56,1	56,2	59,3	60,7	15,18

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 a 2008

5 CONCLUSÃO

O acesso à água e ao esgotamento sanitário, junto aos demais componentes do saneamento básico, além de uma questão de saúde pública, deve ser compreendido como um direito fundamental para a garantia da qualidade de vida e de um ambiente urbano salubre. Nesse sentido, a SNSA orienta suas ações com vistas à promoção do acesso universal a esses serviços, além da constante busca pela oferta dos serviços com qualidade, eficiência, regularidade e equidade.

A Lei Nº 10.683, de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, estabelece ao MCidades a competência de planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação dos recursos das políticas de desenvolvimento urbano e, dentre elas, da política setorial de saneamento básico. No exercício de suas competências, especialmente no que diz respeito aos aspectos relacionados ao planejamento e à gestão da aplicação dos recursos, a SNSA elabora e publica, desde 2006, o Relatório do Gasto Público em Saneamento. O Relatório é uma publicação anual que busca reunir, sistematizar e detalhar as informações sobre a alocação e a execução orçamentária e financeira dos gastos em saneamento básico realizados com recursos do OGU, de responsabilidade dos órgãos do Poder Executivo Federal (MCidades, MI, MS, MMA, MDS, MTur, dentre outros) e dos fundos financiadores (FGTS e FAT, sob gestão operacional da CAIXA e do BNDES, respectivamente). Além disso, o documento disponibiliza uma série de informações sobre a execução física das intervenções em saneamento, consolidando informações sobre a carteira de investimentos, empreendimentos em andamento, iniciados e concluídos no exercício, dentre outros dados. Nessa última parte, tem reunido somente dados de execução do MCidades e dos fundos financiadores, uma vez que depende da disponibilização de informações dos demais órgãos executores. Nesse sentido, há significativos desafios a enfrentar com o intuito de possibilitar uma visão geral, agregada e completa da situação da execução física dos empreendimentos apoiados com recursos públicos no setor de saneamento.

Conforme se apresentou no Relatório de 2009, o montante de recursos disponíveis para os investimentos em saneamento básico no exercício foi de R\$ 12 bilhões, sendo R\$ 7,6 bilhões (63%) oriundos do Orçamento Geral da União e R\$ 4,6 bilhões (37%) de financiamentos. No âmbito dos recursos orçamentários, destacou-se que o Ministério das Cidades foi o órgão contemplado com a maior parcela referente à programação de recursos previstos na LOA 2009 (67% do total programado). Como destaque, além do expressivo incremento de recursos orçamentários e onerosos disponíveis para investimentos, foi possível observar que a participação do Poder Legislativo na alocação dos investimentos em saneamento básico vem se reduzindo desde 2004.

A análise dos valores comprometidos e desembolsados para o saneamento básico desde 2003 demonstra os significativos avanços do Governo Federal na retomada das contratações de operações de crédito e repasses com recursos do OGU. Em 2009, foram comprometidos R\$ 9,7 bilhões e desembolsados R\$ 6,8 bilhões em iniciativas de saneamento básico com recursos do governo federal e dos fundos financiadores. Observou-se que, dentre os compromissos de gastos assumidos, os recursos orçamentários foram a principal fonte de gastos, responsáveis por 67,5% do total compromissado, enquanto os recursos de empréstimos comprometeram os 32,5% restantes. Ainda em relação aos valores totais comprometidos, R\$

6,4 bilhões (62,8% do total comprometido) correspondem a investimentos incluídos no PAC. Em relação aos desembolsos, que totalizaram R\$ 6,8 bilhões, os montantes desembolsados com recursos orçamentários superaram os valores de financiamentos: 52,13% dos valores desembolsados em 2009, que correspondem a R\$ 3,55 bilhões, foram oriundos de recursos do OGU. Ainda dos montantes totais desembolsados, R\$ 4,98 bilhões (73,2% do total) são atribuídos a desembolsos de empreendimentos incluídos no PAC. Na distribuição dos gastos por modalidade, têm sido priorizadas as ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento integrado. Quanto à distribuição dos gastos por Região, a análise dos valores comprometidos e desembolsados com recursos do OGU mostra a importância dos recursos não onerosos para a Região Nordeste enquanto os recursos de empréstimos, dadas as regras para acesso à fonte, têm sido destinados, principalmente, para a Região Sudeste do país.

Os investimentos realizados pelo MCidades e órgãos gestores da política de saneamento entre 1988 e 2009, para os contratos de empréstimos, e, entre 1996 e 2009, para os contratos de repasse, assinados entre a União e os entes federados e prestadores de serviços, ultrapassam R\$ 45 bilhões (em valores históricos), excluindo-se os valores de contrapartida. Esses investimentos, contabilizados em mais de 35 mil operações, foram classificados, ao final de 2009 segundo a seguinte situação: 23,6% foram concluídos, 57,9% estavam com obra em andamento e 18,45% não foram iniciados. Em 2009, foram concluídos 2.349 empreendimentos, cujos valores totalizaram R\$ 1,5 bilhão de investimentos da União, também sem contabilizar as contrapartidas, especialmente nas modalidades Pró-Municípios (37,6% do total) e na Região Sudeste (48% do total).

Já a carteira de investimentos, que engloba os contratos vigentes ao final do exercício de 2009, inclui também os valores aportados a título de contrapartida pelos proponentes e exclui as operações já concluídas. A carteira fornece um indicativo importante para o dimensionamento do montante de investimentos em curso no setor de saneamento no período que estão sob a gestão da União. Observou-se que a carteira perfazia um montante de R\$ 44,3 bilhões em investimentos em um total de 12.450 contratos vigentes, dos quais R\$ 27,7 bilhões correspondiam a operações do PAC. Dos empreendimentos da carteira, R\$ 23,22 bilhões, equivalentes a 56,6% das operações não tinham sido iniciados, grande parte de recursos orçamentários oriundos de emendas parlamentares, de reduzido valor. Essa característica impõe significativos desafios à gestão federal das operações firmadas com recursos do OGU, com vistas à conferir maior celeridade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Por fim, os indicadores de acesso dos domicílios brasileiros aos serviços de saneamento básico mostram os significativos avanços do setor em direção à ampliação dos serviços, garantindo o acesso de milhares de domicílios aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos anualmente. A evolução positiva dos indicadores mostra os resultados advindos da intensificação dos esforços públicos e privados no sentido de cumprir as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico. No entanto, muito ainda há por fazer, especialmente em esgotamento sanitário, de forma a garantir o acesso aos serviços, de forma contínua, especialmente para a população de baixa renda.

Gasto Público em Saneamento Básico - 2009

ANEXO 2 – Recursos comprometidos com iniciativas de saneamento básico em 2009, por fonte de recurso e Unidade da Federação

RECURSOS COMPROMETIDOS									
UF	OGU		FINANCIAMENTOS				TOTAL		Empregos Gerados
	TOTAL (R\$)	%	FGTS (R\$)	BNDES (R\$)	TOTAL (R\$)	%	TOTAL (R\$)	%	
AC	99.602.789,62	1,51	-	-	-	0,00	99.602.789,62	1,02	5.279
AM	67.462.661,00	1,02	72.900.000,00	119.999.999,98	192.899.999,98	6,09	260.362.660,98	2,67	13.799
AP	54.943.867,13	0,83	-	-	-	0,00	54.943.867,13	0,56	2.912
PA	239.019.154,03	3,63	132.263.999,00	-	132.263.999,00	4,17	371.283.153,03	3,81	19.678
RO	170.373.508,81	2,59	111.376.615,85	-	111.376.615,85	3,51	281.750.124,66	2,89	14.933
RR	88.458.517,57	1,34	-	-	-	0,00	88.458.517,57	0,91	4.688
TO	83.145.812,51	1,26	-	-	-	0,00	83.145.812,51	0,85	4.407
NORTE	803.006.310,67	12,20	316.540.614,85	119.999.999,98	436.540.614,83	13,77	1.239.546.925,50	12,71	65.696
AL	247.469.780,01	3,76	-	-	-	0,00	247.469.780,01	2,54	13.116
BA	667.323.861,97	10,14	-	165.480.424,99	165.480.424,99	5,22	832.804.286,96	8,54	44.139
CE	386.960.309,28	5,88	14.557.522,50	-	14.557.522,50	0,46	401.517.831,78	4,12	21.280
MA	265.293.445,76	4,03	-	-	-	0,00	265.293.445,76	2,72	14.061
PB	239.477.954,26	3,64	-	-	-	0,00	239.477.954,26	2,46	12.692
PE	479.775.697,59	7,29	56.425.250,00	-	56.425.250,00	1,78	536.200.947,59	5,50	28.419
PI	113.745.871,41	1,73	-	-	-	0,00	113.745.871,41	1,17	6.029
RN	149.942.429,80	2,28	-	-	-	0,00	149.942.429,80	1,54	7.947
SE	122.741.340,33	1,86	-	-	-	0,00	122.741.340,33	1,26	6.505
NORDESTE	2.672.730.690,41	40,61	70.982.772,50	165.480.424,99	236.463.197,49	7,46	2.909.193.887,90	29,83	154.187
PR	200.611.073,31	3,05	155.012.708,24	25.551.967,52	180.564.675,76	5,70	381.175.749,07	3,91	20.202
RS	245.100.327,69	3,72	227.298.443,96	4.630.000,00	231.928.443,96	7,32	477.028.771,65	4,89	25.283
SC	187.623.698,50	2,85	10.346.618,00	-	10.346.618,00	0,33	197.970.316,50	2,03	10.492
SUL	633.335.099,50	9,62	392.657.770,20	30.181.967,52	422.839.737,72	13,34	1.056.174.837,22	10,83	55.977
ES	97.545.440,52	1,48	13.472.850,00	55.321.960,00	68.794.810,00	2,17	166.340.250,52	1,71	8.816
MG	508.511.963,90	7,73	33.470.169,24	-	33.470.169,24	1,06	541.982.133,14	5,56	28.725
RJ	641.355.530,44	9,74	578.177.031,98	5.760.549,16	583.937.581,14	18,42	1.225.293.111,58	12,56	64.941
SP	640.932.998,58	9,74	106.797.769,00	1.101.109.999,95	1.207.907.768,95	38,11	1.848.840.767,53	18,96	97.989
SUDESTE	1.888.345.933,44	28,69	731.917.820,22	1.162.192.509,11	1.894.110.329,33	59,75	3.782.456.262,77	38,79	200.470
DF	88.445.764,47	1,34	91.000.000,00	-	91.000.000,00	2,87	179.445.764,47	1,84	9.511
GO	166.772.327,02	2,53	29.013.892,00	23.186.400,00	52.200.292,00	1,65	218.972.619,02	2,25	11.606
MS	124.154.189,14	1,89	36.657.213,00	-	36.657.213,00	1,16	160.811.402,14	1,65	8.523
MT	205.418.536,67	3,12	-	-	-	0,00	205.418.536,67	2,11	10.887
CENTRO OESTE	584.790.817,30	8,88	156.671.105,00	23.186.400,00	179.857.505,00	5,67	764.648.322,30	7,84	40.526
Nac	8.711,67	0,0001	-	-	-	0,00	8.711,67	0,00	0
BRASIL	6.582.217.562,99	100,00	1.668.770.082,77	1.501.041.301,60	3.169.811.384,37	100,00	9.752.028.947,36	100,00	516.858

Gasto Público em Saneamento Básico - 2009

ANEXO 3 – Recursos desembolsados com iniciativas de saneamento básico em 2009, por fonte de recurso e Unidade da Federação

RECURSOS DESEMBOLSADOS									
UF	OGU		FINANCIAMENTOS				TOTAL		Famílias Beneficiadas
	TOTAL (R\$)	%	FGTS (R\$)	BNDES (R\$)	TOTAL (R\$)	%	TOTAL (R\$)	%	
AC	55.693.541,17	1,57	2.216.611,13	175.737.087,00	177.953.698,13	5,46	233.647.239,30	3,43	30.817
AM	10.648.660,54	0,30	141.408.447,03	106.064.305,26	247.472.752,29	7,60	258.121.412,83	3,79	4.250
AP	4.061.651,03	0,11	4.332.831,28	-	4.332.831,28	0,13	8.394.482,31	0,12	205.218
PA	100.558.955,51	2,83	147.354.440,14	-	147.354.440,14	4,52	247.913.395,65	3,64	128.265
RO	47.636.980,48	1,34	12.400.996,52	-	12.400.996,52	0,38	60.037.977,00	0,88	41.349
RR	35.859.875,84	1,01	66.393.005,16	-	66.393.005,16	2,04	102.252.881,00	1,50	55.630
TO	28.538.883,66	0,80	927.389,39	-	927.389,39	0,03	29.466.273,05	0,43	5.916
NORTE	282.998.548,23	7,98	375.033.720,65	281.801.392,26	656.835.112,91	20,17	939.833.661,14	13,81	471.445
AL	172.766.753,42	4,87	-	-	-	0,00	172.766.753,42	2,54	125.285
BA	344.482.253,93	9,71	157.707.674,61	-	157.707.674,61	4,84	502.189.928,54	7,38	223.513
CE	304.069.820,63	8,57	8.772.947,34	1.776.398,00	10.549.345,34	0,32	314.619.165,97	4,62	184.236
MA	71.975.502,03	2,03	-	1.418.088,84	1.418.088,84	0,04	73.393.590,87	1,08	26.263
PB	176.686.155,13	4,98	8.965.287,50	1.000.000,00	9.965.287,50	0,31	186.651.442,63	2,74	124.251
PE	257.921.669,67	7,27	52.666.494,42	52.562.975,03	105.229.469,45	3,23	363.151.139,12	5,34	201.612
PI	54.249.534,25	1,53	4.722.060,53	-	4.722.060,53	0,14	58.971.594,78	0,87	21.418
RN	94.961.648,07	2,68	70.879.684,66	-	70.879.684,66	2,18	165.841.332,73	2,44	89.460
SE	63.416.579,22	1,79	-	477.358,80	477.358,80	0,01	63.893.938,02	0,94	42.760
NORDESTE	1.540.529.916,35	43,43	303.714.149,06	57.234.820,67	360.948.969,73	11,08	1.901.478.886,08	27,94	1.038.798
PR	52.361.586,44	1,48	93.166.936,78	25.831.109,13	118.998.045,91	3,65	171.359.632,35	2,52	68.259
RS	136.863.239,73	3,86	98.480.116,17	59.254.865,83	157.734.982,00	4,84	294.598.221,73	4,33	127.386
SC	32.854.383,15	0,93	14.392.508,89	58.501.517,67	72.894.026,56	2,24	105.748.409,71	1,55	45.324
SUL	222.079.209,32	6,26	206.039.561,84	143.587.492,63	349.627.054,47	10,73	571.706.263,79	8,40	240.970
ES	28.818.367,59	0,81	53.671.467,16	39.671.795,65	93.343.262,81	2,87	122.161.630,40	1,80	63.296
MG	148.974.108,78	4,20	257.371.630,76	323.747.866,19	581.119.496,95	17,84	730.093.605,73	10,73	302.668
RJ	375.061.969,32	10,57	17.927.231,81	50.434.173,05	68.361.404,86	2,10	443.423.374,18	6,52	140.065
SP	253.693.294,85	7,15	430.641.636,24	573.198.583,69	1.003.840.219,93	30,82	1.257.533.514,78	18,48	559.713
SUDESTE	806.547.740,54	22,74	759.611.965,97	987.052.418,58	1.746.664.384,55	53,63	2.553.212.125,09	37,52	1.065.742
DF	146.640.447,14	4,13	40.389.437,63	5.780.962,53	46.170.400,16	1,42	192.810.847,30	2,83	90.752
GO	123.047.219,37	3,47	10.553.212,26	15.804.420,68	26.357.632,94	0,81	149.404.852,31	2,20	66.495
MS	72.403.361,48	2,04	47.937.115,40	2.092.139,91	50.029.255,31	1,54	122.432.616,79	1,80	24.944
MT	65.474.854,44	1,85	9.438.408,07	10.150.000,00	19.588.408,07	0,60	85.063.262,51	1,25	41.461
CENTRO OESTE	407.565.882,43	11,49	108.318.173,36	33.827.523,12	142.145.696,48	4,36	549.711.578,91	8,08	223.651
Nac	287.634.771,60	8,1084	-	917.000,00	917.000,00	0,03	288.551.771,60	4,24	265.112
BRASIL	3.547.356.068,47	100,00	1.752.717.570,88	1.504.420.647,26	3.257.138.218,14	100,00	6.804.494.286,61	100,00	3.305.717

Gasto Público em Saneamento Básico - 2009

ANEXO 4 - Gastos per capita comprometidos e desembolsados com iniciativas de Saneamento Básico em 2009, por Unidade da Federação e fonte de recursos

GASTOS PER CAPITA EM SANEAMENTO BÁSICO (Em R\$)												
UF	COMPROMETIDOS						DESEMBOLSADOS					
	Média per capita (2003 a 2006)	Per capita 2007	Per capita 2008	Per capita 2009			Média per capita (2003 a 2006)	Per capita 2007	Per capita 2008	Per capita 2009		
				ONEROSO	NÃO ONEROSO	TOTAL				ONEROSO	NÃO ONEROSO	TOTAL
AC	59,85	152,05	780,4	0,00	144,12	144,12	26,08	50,65	244,04	257,48	80,58	338,06
AM	22,23	72,95	90,99	56,85	19,88	19,88	5,26	7,97	16,77	72,93	3,14	76,07
AP	36,87	146,13	76,33	0,00	87,68	489,50	10,18	75,27	61,54	6,91	6,48	13,40
PA	18,09	24,56	63,99	17,80	32,17	52,36	6,1	8,15	17,51	19,83	13,53	33,36
RO	20,48	63,69	45,25	74,06	113,29	191,24	13,25	20,48	22,53	8,25	31,68	39,92
RR	105,72	56,68	597,53	0,00	209,87	209,87	25,61	46,82	193,4	157,52	85,08	242,59
TO	27,27	127,31	51,89	0,00	64,35	64,35	18,54	49,92	57,21	0,72	22,09	22,81
NORTE	25,02	59,32	114,09	28,42	52,28	80,70	9,36	18,53	37,9	42,76	18,42	61,19
AL	25,47	144,54	67,74	0,00	78,41	78,41	13,7	28,81	43,24	0,00	54,74	54,74
BA	13,12	38,56	65,93	11,31	45,59	57,49	9,18	8,2	23,17	10,77	23,53	34,31
CE	25,72	59,54	86,81	1,70	45,27	47,17	18,32	24,04	34,12	1,23	35,57	36,81
MA	22,37	23,76	40,05	0,00	41,67	41,67	5,42	10,92	18,6	0,22	11,30	11,53
PB	50,81	84,73	94,65	0,00	63,52	63,52	23,15	38,81	44,91	2,64	46,87	49,51
PE	20,51	53,39	95,72	6,40	54,46	61,20	11,67	17,39	46,66	11,94	29,28	41,22
PI	33,83	60,77	104,13	0,00	36,16	36,16	15,85	34,9	44,07	1,50	17,25	18,75
RN	40,48	149,92	74,96	0,00	47,79	47,79	15,92	19,41	55,51	22,59	30,27	52,86
SE	49,58	90,12	112,04	0,00	60,77	60,77	35,8	20,23	55,49	0,24	31,40	31,64
NORDESTE	25,05	61,85	77,72	4,41	49,87	54,28	13,65	18,61	35,29	6,74	28,75	35,48
PR	22,88	57,15	46,91	16,90	18,77	37,78	18,46	5,9	19,72	11,14	4,90	16,04
RS	7,31	41,94	54,16	21,25	22,46	45,79	1,45	3,39	15,26	14,45	12,54	26,99
SC	15,1	36,02	62,32	1,69	30,66	32,46	6,89	9,03	18,09	11,91	5,37	17,28
SUL	14,93	46,49	53,16	15,25	22,85	38,10	9,1	5,6	17,59	8,54	8,01	16,55
ES	18,57	47,08	85,2	19,73	27,97	53,66	4,52	7,54	18,04	26,77	8,26	35,03
MG	34,8	127,83	68,64	1,67	25,38	27,25	13,83	48,1	29,79	29,01	7,44	36,44
RJ	8,67	27,81	51,17	36,47	40,06	78,64	3,95	10,39	40,72	4,27	23,43	27,70
SP	13,7	44,12	43,67	29,19	15,49	52,88	5,17	5,65	18,58	24,26	6,13	30,39
SUDESTE	18,1	61,73	53,12	23,41	23,34	46,75	7,03	17,18	25,72	22,98	9,97	32,95
DF	81,54	264,69	60,32	34,91	33,93	72,67	76,03	39,08	73,41	17,71	56,25	73,96
GO	36,31	64,5	40,66	8,81	28,14	38,28	11,14	18,68	46,32	4,45	20,76	25,21
MS	29,17	151,87	130	15,53	52,60	69,84	17,13	26,82	86,39	21,19	30,67	51,87
MT	31,92	91,14	101,71	0,00	68,43	68,43	22,05	26,71	58,26	6,53	21,81	28,34
CENTRO OESTE	42,21	122,4	72,8	12,94	42,09	55,03	26,16	25,6	60,8	10,23	29,33	39,56
BRASIL	21,82	63,72	66,28	16,55	34,38	50,93	10,7	16,61	30,71	17,01	18,53	35,54

ANEXO 1 – Ações orçamentárias utilizadas na apropriação dos valores dos gastos federais em saneamento

COD.	PROGRAMA	COD.	PROJETO/ATIVIDADE
MINISTÉRIO DAS CIDADES			
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10SU	Apoio a sistemas públicos de abastecimento de água em municípios das bacias da bacias receptoras da integração com o rio São Francisco com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10TB	Elaboração de projetos de saneamento nas bacias receptoras da integração com o rio São Francisco em municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes
1128	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	006H	Apoio a empreendimentos de saneamento integrado em assentamentos precários em municípios de regiões metropolitanas.
1128	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	0646	Apoio a projetos de saneamento ambiental em assentamentos precários (pat/prosanear)
1136	Fortalecimento da Gestão Urbana	006L	Apoio à elaboração de projetos de saneamento em municípios de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento econômico.
1138	Drenagem Urbana Sustentável	006J	Apoio a sistemas de drenagem urbana sustentáveis e de manejo de águas pluviais.
1138	Drenagem Urbana Sustentável	0578	Apoio à implantação e ampliação de sistemas de drenagem urbana sustentáveis
1138	Drenagem Urbana Sustentável	7L70	Apoio à implantação de sistemas de drenagem urbana sustentável
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	00AG	Apoio a sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos.
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	0638	Apoio à elaboração de projetos para implantação e ampliação dos sistemas de resíduos sólidos urbanos
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	0650	Apoio à implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos em municípios com população superior a 250.000 habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	116I	Apoio a sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	006E	Apoio a sistemas de abastecimento de água em municípios de regiões metropolitanas e de regiões integradas de desenvolvimento econômico.
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	006F	Apoio a sistemas de esgotamento sanitário em municípios de regiões metropolitanas e de regiões integradas de desenvolvimento econômico.
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	0586	Apoio a projetos de ação social em saneamento (pass/BID)
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	0636	Apoio à implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água em municípios com população superior a 15.000 habitantes
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	0654	Apoio à implantação e ampliação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários em municípios com população superior a 15.000 habitantes
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	10SC	Apoio a sistemas de abastecimento de água em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico, municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	1N08	Apoio a sistemas de esgotamento sanitário em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico, municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	2272	Gestão e administração do programa
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	7L49	Apoio a sistemas de esgotamento sanitário em boa vista - RR
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	7N68	Apoio à implantação de sistema de esgotamento sanitário em Macapá - AP

COD.	PROGRAMA	COD.	PROJETO/ATIVIDADE
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	7N72	Implantação de interceptores e estações de recalque no rio paraibuna em juiz de fora - MG
0310	Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	1D73	Apoio a política nacional de desenvolvimento urbano
0310	Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	3955	Estudos para modernização e reordenamento institucional e operacional do setor saneamento
1128	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	10S5	Apoio a empreendimentos de saneamento integrado em assentamentos precários em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico ou municípios com mais de 150 mil habitantes
1136	Fortalecimento da Gestão Urbana	1P95	Apoio à elaboração de projetos de saneamento em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico, municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes
1136	Fortalecimento da Gestão Urbana	8871	Apoio à elaboração de estudos e implementação de projetos de desenvolvimento institucional e operacional e à estruturação da prestação dos serviços de saneamento básico e revitalização dos prestadores de serviços públicos de saneamento
1138	Drenagem Urbana Sustentável	10SG	Apoio a sistemas de drenagem urbana sustentáveis e de manejo de águas pluviais
6001	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte	109A	Implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana em municípios com até 100.000 habitantes.
6002	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte	109B	Obras de infra-estrutura urbana em municípios de médio e grande porte
MINISTÉRIO DA DEFESA			
0647	Produção de material bélico	3500	Implantação de sistema de saneamento e proteção ambiental
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME			
1049	Acesso à alimentação	11V1	Construção de cisternas para armazenamento de água
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO			
1138	Drenagem Urbana Sustentável	1662	Obras de macrodrenagem
1138	Drenagem Urbana Sustentável	1E36	Canalização do córrego cascavel em Goiânia no estado de Goiânia
1138	Drenagem Urbana Sustentável	2B90	Obras de drenagem de pequeno vulto para recuperação de infra-estrutura hídrica
1138	Drenagem Urbana Sustentável	7E75	Obras de macrodrenagem no canal do jandia
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	115L	Implantação do sistema de esgotamento sanitário de campo formoso - no estado da Bahia
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	3429	Obras de revitalização e recuperação do rio São Francisco
0515	Proágua Infra-estrutura	109H	Construção de barragens
0515	Proágua Infra-estrutura	109I	Construção de açudes
0515	Proágua Infra-estrutura	109J	Construção de adutoras
0515	Proágua Infra-estrutura	109Z	Perfuração e equipamento de poços públicos
0515	Proágua Infra-estrutura	10AK	Implantação do sistema adutor de bocaina com 122 km no estado do Piauí (proágua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	10CT	Construção da adutora do canal do sertão alagoano - Delmiro Gouveia - AL
0515	Proágua Infra-estrutura	10DA	Construção da adutora Pirapama com 22,7 km no estado de Pernambuco
0515	Proágua Infra-estrutura	10G4	Implantação do sistema adutor da barragem capivara no estado da Paraíba
0515	Proágua Infra-estrutura	10GJ	Construção do canal de integração Castanhão - região metropolitana de fortaleza - no estado do ceará
0515	Proágua Infra-estrutura	115K	Modernização do sistema de abastecimento de belo jardim - no estado de Pernambuco
0515	Proágua Infra-estrutura	11NF	Implantação do sistema adutor de jacobina com 65 km

Gasto Público em Saneamento Básico - 2009

COD.	PROGRAMA	COD.	PROJETO/ATIVIDADE
			no estado da Bahia (proágua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	11NP	Obras complementares do açude de setúbal na bacia do vale do Jequitinhonha no estado de minas gerais
0515	Proágua Infra-estrutura	11NU	Implantação do sistema adutor de Cafarnaum com 120,6 km no estado de Bahia (proágua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	11PO	Construção dos sistemas de poços de água subterrânea
0515	Proágua Infra-estrutura	12F4	Construção da barragem pias no estado do Piauí
0515	Proágua Infra-estrutura	1604	Construção da barragem e adutora do poço do Marua no estado Piauí
0515	Proágua Infra-estrutura	1662	Obras de macrodrenagem
0515	Proágua Infra-estrutura	1716	Implantação da adutora do oeste com 721 km no estado de Pernambuco
0515	Proágua Infra-estrutura	1845	Construção de obras de contenção de enchentes
0515	Proágua Infra-estrutura	1851	Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica
0515	Proágua Infra-estrutura	1855	Estudos e projetos de obras de infra-estrutura hídrica
0515	Proágua Infra-estrutura	1C69	Implantação do sistema adutor serra de santana - 3ª etapa - com 50 km no estado do rio grande do norte (proágua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	1E32	Construção da barragem do rio arraias - eixo 16 - Properfins
0515	Proágua Infra-estrutura	1E63	Implantação do sistema de abastecimento de água rio pratagy
0515	Proágua Infra-estrutura	1159	Construção do sistema de abastecimento de água de missi no estado do ceara (proagua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	1162	Implantação do sistema integrado de abastecimento de água e esgotamento sanitário de coqueiro seco no estado de alagoas (proágua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	1163	Implantação do sistema integrado de abastecimento de água de Pedro Alexandre com 71 km no estado da Bahia (proágua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	1164	Implantação do sistema adutor de pias com 104 km no estado do Piauí (proágua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	1165	Implantação da 2ª etapa do sistema adutor do congo com 150 km no estado da Paraíba (proágua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	1167	Implantação do sistema de abastecimento de água dos municípios de Janaúba, mato verde e rio pardo de minas - sistema norte no estado de minas gerais (proágua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	1168	Implantação do sistema de abastecimento de água de palmeira dos índios no estado de alagoas
0515	Proágua Infra-estrutura	1180	Construção do sistema de abastecimento de água de riacho da serra no estado do ceara (proagua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	1K45	Implantação do sistema adutor de ibaretama com 28 km no estado do ceará (proágua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	1K46	Ampliação da adutora sal limoeiro no estado de Pernambuco (proágua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	1K48	Implantação das estações de tratamento de lodo das ETAs de barra do choça e planalto no estado da Bahia (proágua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	1K50	Ampliação do sistema adutor de Agrestina com 36 km no estado de Pernambuco (pro água nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	1K51	Implantação do sistema adutor alto oeste com 285 km no estado do rio grande do norte (proágua nacional)
0515	Proágua Infra-estrutura	2272	Gestão e administração do programa
0515	Proágua Infra-estrutura	2B90	Obras de drenagem de pequeno vulto para recuperação de infra-estrutura hídrica
0515	Proágua Infra-estrutura	3429	Obras de revitalização e recuperação do rio São Francisco
0515	Proágua Infra-estrutura	3445	Construção do sistema de abastecimento de água Ribeirão João
0515	Proágua Infra-estrutura	3601	Construção do complexo Castanhao no estado do ceara
0515	Proágua Infra-estrutura	3631	Implantação da adutora acauã com 130 km no estado da Paraíba
0515	Proágua Infra-estrutura	3642	Proagua - semi-árido

COD.	PROGRAMA	COD.	PROJETO/ATIVIDADE
0515	Proágua Infra-estrutura	3647	Construção da adutora jucazinho com 243 km de extensão no estado de Pernambuco
0515	Proágua Infra-estrutura	3715	Construção da barragem Berizal no rio pardo no estado de Minas Gerais
0515	Proágua Infra-estrutura	3735	Construção da barragem congonhas no estado de Minas Gerais
0515	Proágua Infra-estrutura	5143	Construção da adutora São Bento com 13 km no estado de Santa Catarina
0515	Proágua Infra-estrutura	5910	Construção da adutora de São Francisco com 42,5 km no estado de Sergipe
0515	Proágua Infra-estrutura	7E74	Construção da adutora do córrego João leite
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	1N64	Implantação da adutora pajeú com 582 km nos estados de Pernambuco e Paraíba
1138	Drenagem Urbana Sustentável	1E38	Urbanização de fundo de vale do córrego bandeira em campo grande
1138	Drenagem Urbana Sustentável	2272	Gestão e administração do programa
1138	Drenagem Urbana Sustentável	2B70	Controle de erosão marítima e fluvial
1138	Drenagem Urbana Sustentável	8084	Obras de pequeno vulto de macrodrenagem
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	10RM	Implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios das bacias do São Francisco e Paraíba.
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	10RP	Implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos em municípios das bacias do São Francisco e Paraíba.
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	116F	Abastecimento público de água em comunidades ribeirinhas do rio São Francisco - água para todos
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE			
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	2272	Gestão e administração do programa
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	6459	Fomento a projetos de gerenciamento e disposição de resíduos
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	86AA	Desenvolvimento institucional para a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos
MINISTÉRIO DA SAÚDE			
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	8881	Elaboração de projetos de saneamento nas bacias receptoras do São Francisco para municípios com até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou integradas de desenvolvimento econômico (ride)
1287	Saneamento rural	12GI	Abastecimento de água e instalações hidrosanitárias em escolas públicas rurais - água na
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	002N	Apoio à implantação, ampliação, melhoria do sistema público de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos em municípios com população acima de 250 mil habitantes ou em regiões metropolitanas
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	3984	Implantação, ampliação ou melhoria de sistema coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos em municípios até 30 mil habitantes e municípios com risco de dengue.
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	002K	Apoio para o desenvolvimento institucional de operadores públicos de saneamento ambiental
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	002L	Apoio à implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de esgotamento sanitário em municípios integrantes de regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento econômico (ride) para prevenção e controle de doenças.

Gasto Público em Saneamento Básico - 2009

COD.	PROGRAMA	COD.	PROJETO/ATIVIDADE
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	002M	Apoio à implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de abastecimento de água em municípios integrantes de regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento econômico (ride) para prevenção e controle de doenças.
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	008L	Apoio à implantação e ampliação de sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em municípios com mais de 50 mil habitantes, não integrantes de regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento econômico (ride).
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	0798	Apoio ao controle de qualidade da água para consumo humano
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	0800	Apoio a gestão dos sistemas de saneamento básico em municípios de até 30 mil habitantes
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	10GD	Implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (ride).
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	10GE	Implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (ride).
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	20AF	Apoio ao controle de qualidade da água para consumo humano
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	3861	Implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de abastecimento de água
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	5528	Saneamento básico para controle de agravos
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	6908	Fomento a educação em saúde voltada para o saneamento ambiental
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	7652	Implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção de doenças
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	7654	Implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de esgotamento sanitário
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10SK	Sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios das bacias receptoras do São Francisco com até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou integradas de desenvolvimento econômico (ride).
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10SL	Sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios das bacias receptoras do rio São Francisco com até 50.000 hab. Ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou integradas de desenvolvimento econômico (ride).
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10SV	Sistemas públicos de abastecimento de água em municípios das bacias receptoras do São Francisco com até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou integradas de desenvolvimento econômico (ride).
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10TA	Elaboração de projetos de saneamento nas bacias receptoras do São Francisco para municípios com até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou integradas de desenvolvimento econômico (ride) nacional.
1138	Drenagem Urbana Sustentável	3883	Implantação e melhoria de serviços de drenagem e manejo ambiental
1287	Saneamento rural	10GC	Implantação e melhoria de serviços de saneamento em escolas públicas rurais - "saneamento em escolas"
1287	Saneamento rural	10LP	Abastecimento público de água para comunidades rurais dispersas situadas às margens do rio São Francisco - água para todos
1287	Saneamento rural	2272	Gestão e administração do programa
1287	Saneamento rural	3921	Implantação de melhorias habitacionais para controle da doença de chagas

COD.	PROGRAMA	COD.	PROJETO/ATIVIDADE
1287	Saneamento rural	4641	Publicidade de utilidade pública
1287	Saneamento rural	7656	Implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento
1287	Saneamento rural	7684	Saneamento básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	10GG	Implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (ride)
MINISTÉRIO DO TRABALHO			
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	0863	Apoio para organização e desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos

Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental

Ministério das
Cidades

